

Daniel Trevisan Samways

**Entre a palavra e a ação: Uma análise de O Debate e do fazer jornalístico no interior do Paraná durante a ditadura militar brasileira (1964-1976)**

**Curitiba  
2009**

Daniel Trevisan Samways

**Entre a palavra e a ação: Uma análise de O Debate e do fazer jornalístico no interior do Paraná durante a ditadura militar brasileira (1964-1976)**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: Dra. Judite M. Barboza Trindade.

**Curitiba  
2009**

## **Agradecimentos**

Um trabalho de pesquisa jamais se conclui sem a ajuda de algumas pessoas. Tantos foram aqueles que, a sua maneira, contribuíram para a realização desse trabalho. Muitas conversas, cafés e cervejas permearam a conclusão dessa dissertação, com sugestões, críticas e discussões sobre os objetos de pesquisa, fundamentações teóricas e recortes temporais, que assombravam a cabeça dos colegas de mestrado. A última página a ser escrita é baseada nas lembranças desses dois anos de pesquisa, recordando aqueles que passaram e com certeza deixaram sua marca neste trabalho.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao professor Dr. Jair Antunes, orientador nos tempos de graduação, que foi um grande incentivador de meu ingresso em um curso de mestrado, e que hoje tornou-se grande amigo.

À minha orientadora, professora Dra. Judite Barboza Trindade, que com toda paciência me mostrou os caminhos corretos a seguir na escrita do trabalho, buscando sempre corrigir as falhas e os equívocos de meu texto, e que com grande simpatia me recebeu em seu gabinete durante mais de dois anos, em intensas, mas sempre divertidas, orientações.

Aos professores Luis Carlos Ribeiro, Marion Brepohl, Roseli Boschilia e Adriano Nervo Codato, pelas ótimas sugestões de encaminhamento nas bancas de qualificação e também na defesa, as quais espero ter atingido nessa versão final.

Aos amigos e sempre presentes, João Martins, Tiago Rodrigues, André Dyniewicz, Fábio Menon, Jaime e Hamilton Horst, Ricardo, Guilherme e Fernando Menon, que foram grandes parceiros nos momentos de diversão e boas conversas, me ajudando a prosseguir e incentivando na caminhada, nem sempre tranqüila, de um mestrado.

Aos colegas que transformaram-se em grandes amigos no mestrado, Aruanã dos Passos, Alexandro Neudorf, Luiz Felipe Alvez, Andrea Vizzotto, Rafael Dias, Luis Sabeh, Luiz Sereza, Ana Paula Franchi e Elena Shizuno, com os quais compartilhei bons momentos nas salas de aula, nos corredores do sexto andar, congressos e nos bares, sempre com ótimas conversas, mas que em muito se revelavam esclarecedoras.

Agradeço imensamente toda a atenção e carinho da secretária da Pós-Graduação, Maria Cristina, que sempre nos ouvia e atendia da melhor forma, sempre com grande simpatia.

Aos meus pais, Aurea e Hélion, que com toda atenção e carinho, souberam me

apoiar e incentivar, dando-me toda força e amor para continuar em frente. Sem dúvida, sem o seu amparo esse trabalho seria, por certo, muito mais difícil.

A todos esses que se fizeram presente nesses dois anos, dedico esse trabalho.

*Para meus pais,  
Aurea e Hélien*

## Sumário

<b>Resumo.....</b>	<b>7</b>
<b>Résumé.....</b>	<b>8</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>1. O campo político e o surgimento de <i>O Debate</i>.....</b>	<b>15</b>
1.1. A construção do inimigo e as disputas políticas na década de sessenta .....	24
1.2. O Golpe contra João Goulart e os militares no poder.....	28
<b>2. Imprensa e autoritarismo: a vontade de silenciar.....</b>	<b>42</b>
2.1. As relações entre imprensa e poder.....	49
2.2. A chegada ao poder e a censura: a vontade de silenciar torna-se real.....	55
<b>3. <i>O Debate</i> e a crítica nas linhas de jornal.....</b>	<b>82</b>
3.1. O Debate.....	84
3.2. Os militares no poder: Um jornal na ditadura.....	88
3.3. O jornal como veículo de reivindicações.....	105
3.3.1. A estrada para o progresso.....	106
3.3.2. A campanha pela educação.....	115
3.4. O MDB e o jornal.....	126
3.5. A volta mensal e a crise em <i>O Debate</i> .....	131
<b>Conclusão.....</b>	<b>135</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>139</b>

## **Resumo**

Este trabalho tem por objetivo analisar o jornal *O Debate*, fundado em 1961 na cidade de Irati, interior do estado do Paraná, e a maneira como este veículo esteve inserido no contexto da ditadura militar brasileira, instalada em março de 1964. Esse período autoritário, que estendeu-se até 1985, marcou profundamente a vida política e cultural do país. Aplicando medidas arbitrárias e violentas contra inúmeros cidadãos, o governo se valeu da força para combater um suposto inimigo, além de buscar criar uma imagem positiva do país. Entendemos que este jornal foi um espaço para reivindicações locais, que visavam o desenvolvimento da cidade e região, bem como um meio para críticas ao momento em que vivia o país. Por outro lado, o jornal apoiava medidas oficiais, demonstrando uma certa ambigüidade, ao elogiar governantes e seus atos, acreditando muitas vezes, que o país e o estado do Paraná estavam no caminho do progresso.

*O Debate* reuniu nomes da intelectualidade local, que publicavam seus textos, demonstrando sua forma de perceber a realidade em que viviam. Dessa forma, o jornal deve ser analisado não como um veículo neutro dentro da sociedade, mas antes como um reflexo dessa e a maneira como ela se representa. A imprensa é entendida aqui como um importante agente no campo político, marcado por paixões e ideologias políticas. Em um período autoritário, de combate ao comunismo, o Estado passou também a exercer um controle sobre os meios de comunicação, censurando e impedindo possíveis críticas ao governo. Este estudo parte da criação do jornal, em 1961, até o ano de 1976, quando interrompe suas atividades. Utiliza-se como fontes para essa pesquisa as edições do jornal, bem como documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) encontrados no Arquivo Público do Estado do Paraná.

**Palavras-chaves:** imprensa; ideologia; censura; autoritarismo; anticomunismo.

## Résumé

L'objet de l'étude de ce travail est l'analyse du journal "O Debate", établi en 1961 dans la ville d'Irati, localisée à l'intérieur de l'état du Paraná, et de la manière comme ce journal a été inséré dans le contexte de la dictature militaire brésilienne, installée en mars 1964. Cette période autoritaire, qui s'est élargie jusqu'en 1985, a marqué profondément la vie politique et culturelle du pays. En appliquant des mesures arbitraires et violentes contre d'innombrables citoyens, le gouvernement a utilisé de la force pour combattre ceux que il considérait des ennemis. D'autre part le gouvernement a cherché à créer une image positive du pays. Nous comprenons que ce journal permettait la réalisation de critiques sociales, qui avaient comme objectif le développement de la ville et de la région, mais aussi faisait la critique du moment politique que le pays vivait. D'autre part, le journal soutenait des mesures officielles de manière ambiguë, en faisant le compliment des actes des gouverneurs, en croyant beaucoup de fois que le pays et l'état du Paraná étaient dans le chemin du progrès.

Dans le journal "O Debate" écrivaient plusieurs intellectuels de la ville d'Irati, qui publiaient leurs articles qui montrent leur perception sociale. On doit analyser le journal comme un réflexe de la société et de la manière comme il y se représente et non dans une supposition de neutralité. La presse est importante dans le champ politique, marqué par des passions et des idéologies politiques. Dans une période autoritaire, de combat au communisme, l'État a passé aussi à exercer un contrôle sur les moyens de communication, en censurant de possibles critiques au gouvernement. L'objet de l'étude de cette thèse est la discussion de "O Debate" dès sa création, en 1961, jusqu'à l'année de 1976, quand il a fini leurs activités. Pour cette recherche on utilise les éditions du journal, ainsi que les documents du Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) trouvés dans l'Archive Publique de l'État du Paraná.

**Mots-clés: presse ; idéologie ; censure ; autoritarisme ; anticomunisme.**



## **Introdução**

As décadas de 1960 a 1980 foram marcadas por um grande tensionamento no campo político brasileiro e também em toda a América Latina, com a instalação de ditaduras militares, resultados de golpes de estado. Esses governos foram caracterizados pelo arbítrio e pela violência contra inúmeros cidadãos. No Brasil, a ditadura militar instalada em 1964, estendendo-se até 1985, foi de grande violência por parte do Estado, o qual entendia que suas medidas justificavam-se para impedir um avanço do comunismo ou para conter atividades subversivas. O discurso do anticomunismo, enunciado por diversos setores, como o meio empresarial, religioso, militar e também por grande parte da classe média, tornou possível que uma intervenção militar tirasse João Goulart da presidência, mergulhando o Brasil em vinte e um anos de ditadura militar.

O retorno a um regime democrático tornou possível que pesquisadores no Brasil pudessem se dedicar ao estudo da ditadura militar, apontando os crimes e os excessos cometidos seja pelo governo, seja também pela esquerda. A lenta abertura dos arquivos da repressão vem tornando possível também que outras facetas desse período venham a ser conhecidas e estudadas, mas também trazem em seu bojo, uma tentativa de acerto de contas com o passado. Memórias de militares, em uma tentativa de amenizar a responsabilidade daqueles que outrora estiveram no poder, ou mesmo justificar seus atos, vem ganhando cada vez mais espaço no meio editorial. Por outro lado, políticos que foram grandes aliados da ditadura, hoje mostram-se como incansáveis defensores da democracia, aproveitando-se, porém, das inúmeras vantagens políticas adquiridas no regime militar brasileiro. Grandes grupos dos meios de comunicação, beneficiados durante esse período, também apresentam-se como vítimas da censura, em um momento de cerceamento da informação, mostrando-se como defensores dos valores democráticos, mas esquecem-se do apoio dado para o golpe militar de 1964, bem como do silêncio frente as arbitrariedades do governo. Alguns jornais, ao invés do silêncio foram apoiadores incondicionais do governo, concedendo suas páginas para enaltecer as benesses que os militares vinham realizando no país.

Não se pode esquecer que esses anos de ditadura militar, no Brasil e em alguns países da América Latina, estão também inseridos em um contexto de Guerra Fria, na qual a polarização entre comunismo e capitalismo estava na ordem do dia. A intervenção

norte americana foi importante para conter possíveis governos ditos “populistas” ou de caráter esquerdista, apoiando a instalação de ditaduras militares, mais alinhadas aos interesses dos Estados Unidos.

Porém, a grande parte das pesquisas sobre a ditadura militar brasileira, concentram-se no estudo desse período nos grandes centros, a saber, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Não se pode desconsiderar a importância política dessas regiões e que grande parte dos embates ocorreram ali. Mas por certo, não ocorreram apenas nesses estados. Todo o país acabou por sofrer as consequências da chegada e da atuação dos militares no poder. Inúmeros políticos de todo o país perderam seus direitos apenas por demonstrar um descontentamento com os militares, ou por se associarem ou serem associados a partidos de esquerda. Não se pode esquecer os excessos cometidos por aqueles que, pelas ligações com o governo, em seus estados, procuraram eliminar adversários da cena política, ou ainda se beneficiaram financeiramente. A pressão e censura sofrida pelos meios de comunicação também não foi exclusividade dos grandes centros. Jornais em todo o país acabaram por sofrer com a ditadura militar, sendo impedidos de noticiar ou sendo fechados por se colocarem contra o governo.

Este trabalho estuda o jornal *O Debate*, criado na cidade de Irati, interior do estado do Paraná, em 1961, buscando entender como este esteve inserido no contexto da ditadura militar, colocando-se por vezes contra o governo, com textos de crítica, mas por outro, em determinadas situações, a favor das medidas dos militares. *O Debate* fundado pelo professor José Maria Orreda e pelo escrivão eleitoral João José Leandro em 1961, marcou o contexto político local durante sua existência, reunindo em suas páginas nomes da intelectualidade da região, que a sua maneira, posicionaram-se de forma mais crítica contra o poder local, bem como estadual e federal, mas também, em algumas situações absorveram o discurso político emanado dos centros de poder, dando apoio as medidas oficiais. Pretende-se assim, analisar de que forma esse veículo foi um espaço de crítica não somente ao poder local, mas também ao estado arbitrário em que se encontrava o Brasil, bem como para críticas ao governo estadual, que não estaria atendendo aos interesses da cidade e da região. Tal posicionamento, causou problemas ao jornal e ao seu diretor e proprietário, José Maria Orreda, como a perda de anunciantes, problemas com o governo, tendo que responder a um processo por uma matéria publicada, além das disputas políticas locais. Busca-se, dessa forma, entender como um jornal interiorano

posicionou-se frente ao contexto político em que estava inserido, sendo também um meio de divulgação do partido de oposição consentido naquele período, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Todavia, se o jornal foi um veículo do partido de oposição, também foi um meio para dar voz as reivindicações locais, como a construção de uma rodovia que atendesse a cidade e a região, a instalação de uma faculdade, melhores investimentos na educação pública, tendo como foco principal o desenvolvimento de Irati. Tal objetivo também levou o jornal a apoiar medidas oficiais, não se caracterizando em uma oposição contínua, tendo, por vezes, uma posição ambígua frente ao poder oficial. Entendemos que a tônica do *desenvolvimento* da região permeia todo o jornal, e que em nome desse desenvolvimento o jornal levantou inúmeras bandeiras, dando amplo destaque para campanhas em prol da cidade, o que, por certo, não seria muito bem visto pelo poder local.

Em um primeiro momento, busca-se apontar o contexto político em que o jornal estava surgindo, demonstrando a efervescência política não somente nacional, mas também local. Tal tensionamento político nos remete às formulações levantadas por teóricos como Pierre Ansart, que mostra a importância de um estudo das paixões políticas, bem como Bronislaw Basczko e os usos feitos desse imaginário social. O presente estudo, ao focar principalmente o político e as relações de poder que permeiam a sociedade, busca demonstrar a importância do político, tido no passado apenas como a superfície da sociedade e hoje visto como espaço de articulação do social, de representação e de tensionamentos, enfim, um espaço pulsante. As tensões que possibilitaram a derrubada do presidente João Goulart e a instalação de uma ditadura militar são um exemplo dessa efervescência no campo político, bem como da utilização desse imaginário social.

Em um segundo momento, é focado a questão da imprensa e do autoritarismo. Busca-se demonstrar as relações entre imprensa e poder e apontar a primeira não simplesmente como um veículo neutro dentro da sociedade. Descartamos aqui essa possibilidade, pois entendemos que a imprensa é antes reflexo desta sociedade, sendo carregada de valores e ideologias, as quais acabam por estar presente nas páginas de um jornal. O período compreendido entre as décadas de sessenta e oitenta, mesmo que tenha marcado um processo de profissionalização do jornalismo brasileiro, marcou também a atuação da imprensa como agente político, apoiando golpes, aliando-se a partidos

políticos, quando não muito, conferindo espaço para o discurso de políticos em defesa de seus interesses, que são, por certo, também os interesses da empresa jornalística. A instalação de uma ditadura militar marcou também um controle por parte do Estado aos meios de comunicação, muitos dos quais passaram a ser censurados, ou eram informados do que podiam ou não publicar. Porém, grupos de comunicação foram beneficiados pelo governo, ao apoiar as medidas dos militares e divulgar os feitos de um “país que vai pra frente.”

Por fim, é analisado o jornal *O Debate* e a sua produção até o ano de 1976, quando interrompe suas atividades, retornando apenas em 1980. O estudo de um periódico interiorano pode nos mostrar também a maneira como esse interior estava vivenciando os anos de ditadura militar, interior esse, esquecido muitas vezes pela historiografia, ao privilegiar o estudo de centros maiores. Porém, esse interior, mesmo que em um ritmo não tão acelerado, possui também suas lutas sociais e pode ser palco de calorosas disputas políticas. Carregando suas especificidades em relação a grande imprensa, jornais do interior acabam muitas vezes tornando-se muito mais panfletários do que a grande imprensa, pois o interesse da comunidade ou de seus proprietários está em jogo. Buscamos apontar essas especificidades, mas também demonstrar que um jornal do interior pode também ser alvo do poder público, ou mesmo sofrer pressões econômicas, com a retirada de anunciantes, ligados ao poder local. Esses jornais interioranos podem tornar-se poderosos atores políticos, pois em suas páginas ou na maneira como uma determinada matéria é publicada, um assunto pode ganhar uma determinada repercussão no meio social. Dessa forma, um poder mais amplo é obrigado a manter relações com esse poder local, o qual realiza suas reivindicações e pressiona aqueles que encontram-se no centro das decisões. Um jornal local adquire nesse campo político uma função de formador de opinião, conferindo destaque a essas lutas que marcam uma determinada região e, por certo, tomando partido em favor de algum grupo local. Ao tomar uma certa posição, esse jornal almeja levar sua interpretação da realidade a seus leitores, podendo assim, ser também entendido como um formador de opinião e não apenas como um mero veículo de notícias. A imprensa, por fim, torna-se ao mesmo tempo divulgador dessas disputas locais, ou torna-se também agente político nessas disputas, conseguindo muitas vezes uma certa mobilização social. Por outro lado, a imprensa torna-se uma importante fonte para conhecermos como essa sociedade se representa.

Foram utilizadas para esse trabalho um conjunto de fontes documentais, concentradas nos quinze primeiros anos do jornal *O Debate*, analisando principalmente editoriais, colunas políticas e colunas na qual o proprietário José Maria Orreda assinava com um pseudônimo, utilizando-se da ironia para desferir suas críticas e sua opinião, sem correr o risco de futuras represálias. Em mais de trezentas edições, o jornal passou por três fases. Circulando mensalmente de 1961 até o primeiro semestre de 1966, com um formato pequeno, com poucas fotografias e poucos textos. O jornal retornaria em 1967 semanalmente e em um formato maior, com um número crescente de anunciantes e com fotografias em número maior. O jornal voltaria a circular mensalmente a partir de 1973 quando problemas financeiros e a diminuição de anúncios obrigaram Orreda a editar o jornal apenas no primeiro domingo do mês. Porém, a partir de 1974 *O Debate* circularia de forma irregular, com edições esporádicas até o seu fechamento em 1976, quando problemas econômicos tornaram impossíveis as atividades do *periódico*. *O Debate* possuía uma tiragem de 4.000 exemplares, circulando principalmente na região Centro-Sul do estado do Paraná. Essas fases do jornal, e seus posicionamentos em cada uma delas, não refletem as fases da ditadura ou a maneira como o jornal estava percebendo esse estado autoritário. Por outro lado, podemos entender que essas fases refletem antes as estratégias das lutas políticas da região.

As páginas do jornal foram um grande espaço para reivindicações e também para críticas, sendo importante para que possamos conhecer como um periódico vivenciou a ditadura militar. Foram utilizados também processos do Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), depositados no Arquivo Público do Paraná, a partir dos quais podemos tentar compreender a atuação dos órgãos de repressão não somente a jornais e jornalistas, mas também a uma parcela da população, a qual o governo suspeitava de subversão, em um momento de “paranóia” por parte do Estado, ao ver o comunismo em praticamente tudo.

Os anos de ditadura militar marcaram o surgimento de inúmeros jornais alternativos em todo o país, muitos dos quais ligados a partidos políticos então extintos e na clandestinidade, e foram, devido ao seu caráter de crítica, censurados e perseguidos pelo governo. A grande maioria desses periódicos teve vida efêmera, não suportando inúmeros cortes em suas matérias ou a falta de anunciantes, ou também foram divididos para dar origem a outros periódicos, como foi o caso do jornal *Opinião*. O estudo de um

jornal como *O Debate* pode nos mostrar também as dificuldades sofridas por um veículo da imprensa do interior, sem dúvida afetada pelos anos de censura e autocensura, pela necessidade de suprimir, muitas vezes, parte de seu discurso. Buscamos assim, conceder espaço a essas vozes dissonantes, que a sua maneira protestaram e mostraram sua insatisfação com o momento vivido pelo país, pois “no mais vivíamos no mundo das trevas, sombras, medo e – pior de tudo – mediocridade e desinformação.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo. Editora 34, 2008. p. 8.

## 1. O campo político e o surgimento de *O Debate*.

Era o ano de 1961. Ano de grandes transformações na política nacional, bem como na política paranaense, ano da chegada de Jânio Quadros a presidência e de Ney Braga ao governo do estado do Paraná. O ano iniciava-se com a perspectiva da mudança, mas também repercutia uma grande efervescência no campo político e cultural no país. Aquele período, como se sabe, foi marcado por um grande tensionamento no campo social, no qual atores políticos buscavam sua legitimação, invalidando ao mesmo tempo possíveis adversários políticos. Essa busca por legitimidade e também o ataque aos inimigos ganhou, com a imprensa, grande força. A imprensa tornou-se assim, fundamental para difundir idéias, além da tentativa incessante de se conseguir cada vez mais aliados políticos. Nesse contexto chegava as bancas no dia 31 de janeiro a primeira edição de *O Debate*.

Podemos entender que *O Debate* foi também um espaço para a opinião pública local, a qual fazia sua interpretação a respeito dos acontecimentos naquele momento, um meio para se conhecer como essa sociedade se representava. Porém, a que se considerar que esse espaço também está ligado a outros interesses, não apenas aos da opinião pública, sendo meio de expressão de diversos grupos de pressão políticos e financeiros. Esse mesmo jornal noticia ainda reuniões políticas, manifestações e atividades diversas, como movimentações estudantis, noticiando as atividades desses grupos.<sup>2</sup> Buscamos assim, entender de que forma esse jornal posicionou-se frente aos acontecimentos, de que maneira interpretou as contradições dessas décadas de sessenta e setenta, marcadas por grandes mudanças e pela chegada dos militares ao poder.

Entretanto, não se deve entender a imprensa como neutra dentro de uma sociedade, pois a mesma está permeada de valores ideológicos, os quais sem dúvida, deixam sua marca no fazer jornalístico. Criar jornais seria então uma forma de

elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações. É uma maneira de se dar eco às posições pessoais, de classe ou de nações através de um complexo industrial-tecnológico, que além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como 'a verdade'.<sup>3</sup>

Devemos entender essa imprensa ou mesmo o jornalismo, como algo coletivo,

---

<sup>2</sup> BECKER, Jean-Jacques. *A opinião pública*. In RÉMOND, René. *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 196.

<sup>3</sup> MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia*. 2ª. Ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 11.

formado por diversos jornalistas e profissionais, que tornam-se importantes atores na construção de um veículo de comunicação, demonstrando que esse espaço não é algo homogêneo, mas antes formado por uma diversidade de opiniões. Por outro lado, também devemos entender esse mesmo veículo como uma empresa, que além de informar seu público, responde a interesses econômicos e de determinados grupos. Esses aspectos tornam-se relevantes para que possamos compreender o caráter parcial da imprensa.

Os veículos de comunicação buscam sempre repassar as informações como se fossem “a verdade”, além de se intitularem representantes de uma vontade nacional, defensores de uma causa justa para toda a sociedade. Os interesses do grupo que está na direção do jornal, passam a ser os interesses nacionais. Torna-se pertinente em um estudo da imprensa, levar em conta as paixões, os impulsos, as motivações morais que levaram a publicação de determinado assunto e também como foi produzido.<sup>4</sup>

A imprensa torna-se então representante de determinados segmentos da sociedade, pois um veículo de comunicação age motivado ideologicamente, seus proprietários não são neutros dentro da sociedade e buscam sempre dar voz às suas opiniões. Portanto, não se deve pensar um jornal em separado, ou ainda, acima da sociedade, mas antes como resultado de disputas sociais e ideológicas, onde seus atores buscam mobilizar a sociedade segundo seus interesses, dentro do contexto no qual estão inseridos. O jornal deixa sua imparcialidade e sua neutralidade para atender aos interesses de determinado grupo social.

O campo político é assim marcado pela disputa entre representantes desses setores, os quais estão influenciados por valores ideológicos e por aquilo que podemos denominar de paixões políticas. Esses valores estão intimamente ligados aos conflitos sociais, tornando-se pertinente “analisar de que modo a violência simbólica pode transpor um conflito social e contribuir para a sua conformação, de que modo pode mobilizar as energias e participar diretamente no desenvolvimento dos confrontos, de que modo intervém para interiorizar o conflito através dos diferentes agentes sociais.”<sup>5</sup> As ideologias teriam o papel de legitimar determinadas atitudes de quem detém o poder e também o de mostrar as razões dessa autoridade. Em contrapartida, se produz um discurso que torna o inimigo ilegítimo. Torna-se necessário então, a divulgação dessa ideologia, que seria

---

<sup>4</sup> JEANNENEY, Jean-Nöel. *A mídia*. In.: RÉMOND, Réne. *Op. Cit.* 2003. p. 222.

<sup>5</sup> ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Tradução Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 10.



ineficaz sem uma publicidade inteligível, onde os significados não são apresentados somente sobre as formas de discurso ou de forma escrita, mas também através de imagens, cartazes, caricaturas, onde se eleva uma ideologia e diminui outra.

Assim, uma ideologia política acaba por designar o sentido dos atos coletivos, o verdadeiro sentido, apontando para um modelo de sociedade legítima e indicando aqueles que seriam os verdadeiros detentores da autoridade, a quem todos deveriam respeitar. Essa autoridade traçaria os rumos para essa sociedade, em um fim ideal e os meios para alcançá-lo.<sup>6</sup> As ideologias afirmam a necessidade de uma adesão sincera e não uma simples obediência, sendo a legitimação sinônimo de confiança, admiração e identificação em oposição à invalidação, que seria o desprezo, o ódio e a raiva. Dessa forma, ao se aderir a uma ideologia, não se deve apenas obedecer aos líderes, mas admirá-los, respeitá-los, entender que eles serão os condutores para um futuro melhor, sendo os legítimos detentores da autoridade, além de exercer uma defesa da própria ideologia, combatendo formas contrárias de pensamento, invalidando outras possibilidades, sentindo ódio e desprezo por aqueles que estão no campo oposto. O campo político demonstra bem esses embates apaixonados, onde o inimigo político é sempre visto de forma negativa, sendo necessária sua invalidação e sua deslegitimação. Todavia, esse campo político e ideológico é marcado por uma disputa em se estabelecer a verdade, onde os atores políticos criam discursos para recordar a ilegitimidade do inimigo simbólico, além de colocarem-se como ecos de uma causa muito maior e dão a entender que suas intervenções são apenas meios acessórios para a instauração de um poder conforme os verdadeiros valores. Colocam-se como representantes de uma vontade nacional, como os únicos legítimos para deter a autoridade.

Entende-se que em um período de efervescência no campo do político, não se pode separar os agentes e seus atos, das imagens e das representações que fazem de si e de seus inimigos. As ações são guiadas por essas representações, modelando comportamentos, mobilizando energias e também legitimando a violência. São assim aplicadas múltiplas funções a esses imaginários sociais, onde as práticas coletivas são diretamente influenciadas por essas representações e símbolos.<sup>7</sup>

Dentro desse campo, no qual existe a identificação com seus pares e a repulsa ao

---

<sup>6</sup> ANSART, Pierre. *Op. Cit.* 1978. p. 36.

<sup>7</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In Enciclopédia Einaudi. (Anthropos – Homem). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v. 5. p. 298.

seu inimigo, mas também existem as reconciliações, reaproximações, é importante entender que as identidades, individuais ou coletivas, acabam sendo influenciadas e ganhando sentido através do componente afetivo, onde “as identificações e as identidades fazem parte das ações políticas e ajustam-se às situações específicas. Uma afirmação identitária pode tanto favorecer a confiança em si como a agressividade em relação ao outro.”<sup>8</sup>

O estudo de um jornal de interior em um dos períodos conturbados de nossa história, nos leva a questões mais complexas, como as relações de poder dentro da sociedade na qual se insere nosso objeto de estudo, período permeado por renúncias presidenciais, golpes, contragolpes e pela instauração em 1964 de uma ditadura militar, que permaneceu no poder por vinte e um anos, marcando profundamente a história nacional. Busca-se assim, melhor compreender a produção desse jornal durante esse período, e em que medida esse veículo pode ser também analisado como um formador de opinião local, o qual mantém seus interesses ao publicar determinada matéria, almejando influenciar seus leitores. Os veículos do interior carregam suas especificidades em relação a grande imprensa, como explicitado nas declarações em *O Debate* que entendia a sua maneira as diferenças entre a grande imprensa e a imprensa do interior:

Para os leigos e também para muitos jornalistas das grandes cidades, é misteriosa a vida e existência de pequenos jornais no interior, em pequenas cidades. Geralmente eles vivem de trabalhos tipográficos também, pois sendo impressos em máquinas planas podem fazer trabalhos gráficos de vários tipos. Muitos deles são apenas órgãos para propaganda política de pessoas de destaque no lugar, os ‘coronéis’ que agüentam com a diferença entre a entrada e saída na caixa...Outros são de propriedade de grandes industriais ou grupos que procuram defender seus interesses por meio da sua própria imprensa.

Há também um grupo de jornalistas abnegados que lutam mesmo, para o bem de sua cidade ou município e fazem esforço incriveis para manter seu jornal livre e independente, vivendo dos anúncios, venda avulsa, e impressões de boletins, propaganda em folhetos e obras gráficas em geral. Muitos comerciantes, fazendeiros e particulares cooperam com tais jornais e se orgulham disso, não permitindo que sua cidade fique sem jornal ou dependam somente dos diários das grandes cidades para as notícias locais.<sup>9</sup>

Por certo a história de Irati nessas duas décadas confunde-se também com a do próprio jornal. Para o jornalista Júlio Marcos Bronislavski, que atuou no jornal durante esse período

a formação de espírito cultural em Irati está intimamente ligada às gerações que se uniram em torno de *O Debate*. Basta passar os olhos pelas diversas edições para verificar a grande família

<sup>8</sup> ANSART, Pierre e BRESCIANI, Maria Stella. Apresentação. In SEIXAS, Jacy A., BRESCIANI, Maria Stella e Brepohl (orgs). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002. p. 8.

<sup>9</sup> *O Debate*. 06/08/1967.

cultural que ali brotou e continua a brotar. Todos os que vieram ter às páginas do jornal, para colaborar nas mais diferentes colunas, sempre se envolveram num mesmo espírito de defesa dos interesses sociais, econômicos e culturais do município. Por essa reciprocidade, a voz deste semanário sempre se elevou a favor de uma articulação que promovesse o desenvolvimento sócio-econômico de toda a região.<sup>10</sup>

Quando da criação do jornal em 1961, a política paranaense passava por grandes mudanças com a saída de Moisés Lupion do governo do estado, dando lugar a Ney Braga. A gestão de Lupion marcada por problemas no meio rural, ligados a questão da propriedade da terra, onde áreas eram tituladas para mais de uma pessoa, com nomes diferentes, o que levou a lutas entre posseiros e grileiros na região de Porecatu e também no Sudoeste do Paraná.<sup>11</sup> Seria um novo tempo para o estado do Paraná. Em Irati o empresário Edgard Andrade Gomes ocupava o cargo mais importante no Paço Municipal Dois de Abril<sup>12</sup>. Eram tempos de uma “encruzilhada” onde eram vários os caminhos, de um futuro incerto, quando chegava às bancas na manhã de 31 de janeiro de 1961 o jornal *O Debate*. Vivia-se a “expectativa, de uma nova escolha dos nossos homens de governo”<sup>13</sup>. Os anseios dos jornalistas e fundadores, estavam assentados na expectativa que o futuro governador “realizasse aquilo que não prometeu. Não talvez como valores no presente, mas como produtos históricos que os tempos renovam.”<sup>14</sup> Era como se estivessem sendo gestados novos ideais e novos projetos em todo país, com a posse de Jânio Quadros para a presidência com seu discurso de combate a corrupção. A chegada de um novo jornal à cidade não foi marcada por grande espetáculo na cena local, em vez disso, talvez a curiosidade de uma parcela da população. Contando apenas com um anúncio, e sem os recursos gráficos e técnicos, já presentes na grande imprensa brasileira,

<sup>10</sup> BRONISLAVSKI, Júlio Marcos. *Era uma vez Irati*. Irati, PR: Edições do Centenário: 2005. p. 125.

<sup>11</sup> LAZIER, Hermógenes. *Paraná: terra de todas as gentes e de muita história*. Francisco Beltrão: GRAFIT, 2003. p. 127. Segundo o historiador Ruy Wachowicz, o problema estava no chamado “segundo andar”, quando o governo do Estado expedia títulos de domínio a particulares em cima de glebas já tituladas. “O Estado apenas mudava a denominação da gleba. A mudança do nome da gleba era importante, porque senão os cartórios de imóveis não registrariam. Assim a gleba de Piquiri recebeu um segundo andar com a denominação de Piquirobi, a gleba de Rio Azul de Pindorama, a Ocohy de Guairacá, a colônia Afonso Camargo, de colônia Rio Quarto. Houve casos em que foi oficialmente criado o terceiro andar. (...) Desta forma ampliava-se o conflito social, na luta pela posse da terra. Esse conflitos tornaram-se célebres, principalmente na região de Céu Azul, Palotina, Assis Chateaubriand, etc.” WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, Mensos e Colonos*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987. p. 181.

<sup>12</sup> Nome do edifício onde se encontra a prefeitura municipal de Irati.

<sup>13</sup> *O Debate*. Nº 1 31/01/1961.

<sup>14</sup> Idem. Para os jornalistas a respeito das promessas de Ney Braga, “ninguém deseja outra coisa, desejando conscientemente o bem. O povo espera um governo sem simões e sem peixotos.”

a qual passou por considerável modernização na década de cinquenta<sup>15</sup>, o jornal tinha seu primeiro número com seis páginas e três fotografias de políticos locais. Porém, não são as fotos nem as propagandas que nos interessam neste momento, mas sim as palavras e os textos, a opinião do jornal e a análise dos acontecimentos.<sup>16</sup>

Questionamentos e indagações marcaram esse número inicial do periódico e se explicitaram em seu editorial, bem como as preocupações com o futuro da cidade e região. Não se estava lançando um jornal, mas sim “entregando em nome de Irati um jornal para quem desejar. É modesto, simples e sincero. Ou pretende ser sincero, modesto e simples.”<sup>17</sup> Assumia-se a idéia de que o jornalismo praticado ali, seria uma teimosia, frente as dificuldades e obstáculos enfrentados. “Dizer idealismo não é prudente; porque o ideal é uma condição de vida. Para o vendedor de sorvete, o ideal são os chupadores de picolé, para os barbeiros, são os barbudos. (...) Idealismo poderá ser o primeiro número. Depois será rotina.”<sup>18</sup> Reconhecia-se o valor da democracia, na qual o que mais vale são as opiniões, as idéias, os homens definidos, e que o jornal seria uma escola não somente para aqueles que o liam, mas para aqueles que o faziam. Chegava então as bancas prometendo não ser alegria de pobre e nem mostrar os dentes, “os problemas estão aí. E vamos brigar em paz.”<sup>19</sup>

A idéia de “brigar” em paz pode ser entendida como algo conciliador, buscando apontar soluções e melhorias, rechaçando uma postura de ataque mais incisivo. Isto ficou presente em vários momentos do jornal, porém sendo descartada em outras, onde um posicionamento mais crítico esteve nas linhas de *O Debate*.

A vitória de Ney Braga em 1960 marcaria uma possibilidade de mudança no cenário político paranaense. Cunhado do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto, seguiu carreira militar, sendo indicado por Bento, então governador, para a chefatura de

---

<sup>15</sup> Para um análise da modernização da imprensa brasileira na década de cinquenta ver RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 50*. Estudos de Jornalismo I. Campo Grande: 2001, v. 1. Ver também DE LUCCA, Tânia Regina, MARTINS, Ana Luiza (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. Especialmente parte III.

<sup>16</sup> Com relação às imagens e aos anúncios publicitários, será analisado mais adiante as mudanças ocorridas dentro do jornal na parte gráfica, bem como aumento do número de anunciantes e as relações do jornal com essas empresas, que estavam sob o controle de políticos locais. O papel da imagem e dos anunciantes e a necessidade de sua análise encontram-se em DE LUCCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

<sup>17</sup> **O Debate**. Nº 01. 31/01/1961.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Idem.

polícia entre os anos de 1952 à 1954. A carreira política de Ney Braga teve início com a sua vitória nas eleições para a prefeitura de Curitiba, em 03 de outubro de 1954, quando derrotou Wallace Tadeu de Melo e Silva. Braga foi ainda deputado federal entre os anos de 1958 e 1960, ano em que se candidatou ao governo do Estado pelo Partido Democrata Cristão (PDC), obtendo vitória sobre o candidato Nelson Maculam (PTB). Quase ao final do mandato, em 1965, deixou o governo do Estado para ser Ministro da Agricultura do governo de Castelo Branco.<sup>20</sup> Ney Braga tornou-se uma das principais lideranças das elites políticas, onde “passou a ser, no nível regional o político mais influente das forças conservadoras paranaenses”<sup>21</sup>. Mesmo que tentasse até certo ponto obter um bom relacionamento com o governo Goulart, Braga acabou por aliar-se aos golpistas de 1964 para derrubar o então presidente. Em sua trajetória política, Ney Braga “constituiu um grupo político, a partir do qual ocupará postos importantes no aparelho de Estado, tanto na esfera estadual, quanto na federal. Membros do 'neyismo' também ocuparam postos relevantes em partidos políticos.”<sup>22</sup> O papel exercido por ele e os espaços que ocupou, contribuíram para que alcançasse grande influência política em um período prolongado.

Dos proprietários de *O Debate* destacamos a figura de José Maria Orreda, que escrevia em todas as edições do jornal, sempre com um posicionamento crítico e muitas vezes com longos textos. Professor de Educação Física, Orreda destacou-se no meio intelectual da cidade, participando da cena política local, seja com suas opiniões através do jornal, seja candidatando-se a cargos políticos. Orreda foi também um dos fundadores do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), da Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE), membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, ganhou prêmio da *Académie Internationale de Lutèce/Paris* pela edição da *História de Irati*. Porém, merece destaque a participação de outros que passaram pela redação do jornal, como Carlos Alberto Pessoa, Denise Stoklos, Lenita Ruva, Ester Fenianos Bibas, Júlio Marcos Bronislowski. Constituído na maioria pela participação de estudantes secundaristas ou de universitários que residiam em outras cidades, de profissionais liberais, como médicos, advogados, além de professores da rede estadual, o jornal aglutinou nomes importantes da intelectualidade local, com reivindicações para o

---

<sup>20</sup> LAZIER, Hermógenes. *Op. Cit.* 129.

<sup>21</sup> KUNHAVALIK, José Pedro. *Ney Braga: trajetória política e bases do poder*. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004. p. 233.

<sup>22</sup> Idem. p. 232.

município e para a região. Esse espaço de sociabilidade, constituído na redação do jornal, ou com reuniões desses colaboradores em residências ou em bares e restaurantes, como o famoso Bar do Maluf, mostravam uma vitalidade intelectual, no qual as discussões a respeito da sociedade e as expectativas para o futuro ganhavam calorosos debates. Esses espaços são formados por adesões e exclusões motivados por posições tomadas, pelas afinidades políticas, conferindo seja à redação do jornal ou de seus jornalistas, um espaço rico em informações, mas que porém não está presente nas páginas publicadas.<sup>23</sup>

Irati, onde jornal tinha sua maior circulação, era uma cidade pequena do interior do estado, com uma população formada basicamente por imigrantes italianos, ucranianos, poloneses e alemães. Com uma tradição conservadora, a cidade não possuía até a década de setenta um curso universitário. Localizada na região Centro-Sul do estado e com uma população na casa dos trinta mil habitantes na década de sessenta, a cidade possuía grupos de poder econômico, os quais participaram ativamente da vida política, seja ocupando o executivo na prefeitura ou cargos no legislativo federal e estadual, ou por outro lado, apoiando políticos de prestígio.

As famílias Gomes e Zarpellon constituíam um grupo industrial na cidade, atuando em diversos ramos, como o madeireiro, fabricação de fósforos e cimento, e exerciam dessa forma grande pressão e controle na política local. Por certo esse poder local mantinha estreita ligação com um poder maior, que necessitava desse apoio do interior para se manter. Mesmo no período de ditadura militar, políticos identificados e alinhados com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao governo, necessitavam aplicar medidas de caráter mais popular para atender os anseios de seu eleitorado. Dessa forma esse poder maior relaciona-se com esse poder local, torna-se em certa medida, dependente dele. Mesmo estando sob uma ditadura esse poder estava amparado também nessas pequenas cidades, com políticos de renome regional, mas que auxiliavam na manutenção de um regime arbitrário. Por outro lado, políticos de oposição localizados nesse interior, nem sempre eram contrários a ditadura, mas filiavam-se ao MDB muitas vezes por interesse pessoal e não preocupados com o arbítrio dos militares. As relações no interior dessa sociedade são caracterizadas muitas vezes por favorecimentos pessoais e vantagens políticas.

A produção jornalística está fortemente influenciada por essas relações de poder,

---

<sup>23</sup> SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René (Org.). *Op. Cit.* 2003. p-249.

pois esses grupos políticos e econômicos mantém estreita ligação com a imprensa, anunciando, pagando matérias, além de algumas vezes serem também proprietários de jornais. Para tanto, torna-se importante analisar também o dinheiro que sustenta esses veículos de comunicação, seja através de anunciantes, ou também através do poder público que a pressiona através de propagandas oficiais, distribuindo-as em jornais que atendam seus interesses, com destaque para as matérias pagas no intuito de engrandecer uma personalidade política. Outro aspecto importante é a análise de como funcionam as influências dentro dos meios de comunicação, buscando compreender por que determinadas colunas depois de longo tempo são fechadas, e também a nomeação e afastamento de diretores e chefes de redação, além dos vários incidentes que marcam a vida desses meios de comunicação “que fazem a máquina ranger e revelar suas engrenagens.”<sup>24</sup>

Porém, o que nos interessa nesse discurso jornalístico? De que maneira ele é visto por nós? Claro está, que em nosso objeto de estudo, ideologia e imprensa caminham juntas, permeadas também por interesses políticos e econômicos. Buscamos assim, as aproximações e repulsas com o poder estabelecido, entendendo que em determinados momentos *O Debate* mantém um posicionamento mais crítico com relação a ditadura militar e contraditoriamente, mantém um apoio ao governo estadual e a políticos ligados a ARENA. Todavia, isso não descarta a existência de um certo descontentamento com o estado de exceção e a presença de textos críticos, seja utilizando-se de armas como a ironia, seja de um discurso mais direto. A necessidade de se compreender essa relação entre ideologia e discurso é fundamental, pois o jornalista possui sua visão de mundo e seus valores, os quais inevitavelmente estarão presentes no seu texto.

As análises de José Luiz Fiorin, apontam para uma relação entre ideologia e linguagem, onde o autor busca então “verificar qual é o lugar das determinações ideológicas neste complexo fenômeno que é a linguagem, analisar como a linguagem veicula a ideologia, mostrar o que é ideologizado na linguagem.”<sup>25</sup> Fiorin entende que o discurso é a materialização das formações ideológicas, estando ligado e sendo determinado por elas. Um discurso remeteria sempre a outros discursos, pois acaba por “citar” outros, onde pode-se perceber uma repetição dos mesmos percursos temáticos e figurativos. Entende-se que um discurso estaria então, baseado e amparado em outros, o

<sup>24</sup> JEANNENEY, Jean-Nöel. *Op. Cit.* p. 220.

<sup>25</sup> FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 7a.ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 7.

que não quer dizer apenas aceitação, mas também rejeição ou mesmo a repetição em um tom irônico. A análise do discurso não pode ser entendida como uma investigação policial, pois esta não pretende saber se o enunciador revela ou não sua verdadeira visão de mundo, mas preocupa-se com aquele inscrito no discurso, onde podem ser percebidos a que formação discursiva pertence determinado discurso, que pela utilização de determinados temas e suas figuras, configuram sua visão de mundo.<sup>26</sup>

Todavia, ao se utilizar da análise do discurso enquanto metodologia importante para se desvelar certos aspectos antes obscuros, deve-se levar em conta que “as pesquisas no campo da história podem se beneficiar das contribuições da análise do discurso, mas, ao mesmo tempo, fazem outras perguntas e buscam outras respostas. Preocupam-se, por exemplo, com a inserção social, política e econômica (...) e buscam os sentidos que mudam ao longo do tempo.”<sup>27</sup>

### **1.1. A construção do inimigo e as disputas políticas na década de sessenta**

O período no qual o jornal se insere, foi marcado por um tensionamento da sociedade política, com o embate entre projetos antagônicos para o país. A tentativa de impedir que Goulart assumisse a presidência, após a renúncia de Jânio Quadros, deu-se porque sua posse, na visão dos conservadores, representaria um risco ao país, pois, segundo um manifesto dos ministros militares, no período em que o vice-presidente exerceu o cargo de Ministro do Trabalho, “demonstrara, bem as claras, suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sociais sucessivas e freqüentes nos meios sindicais.” Ainda, referiram-se à infiltração em pontos-chaves do ministério sob o comando de Jango, “de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.”<sup>28</sup> Os militares apontavam para o perigo de que Goulart chegasse ao poder, e contribuísse assim, para uma *comunização* do país. O pensamento anticomunista na sociedade contemporânea, caracteriza-se inicialmente pelo repúdio às idéias comunistas e ao legado marxista, o qual influenciou a tomada do poder

---

<sup>26</sup> FIORIN, José Luiz. *Op. Cit.* 2000. p. 49.

<sup>27</sup> RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 35.

<sup>28</sup> Mensagem enviada ao Congresso pelo presidente interino Ranieri Mazzilli em 28 de agosto de 1961. Apud: FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 223.



em vários lugares, motivando assim diversos países, liderados pelos Estados Unidos, a erguerem barreiras contra o inimigo político, colorido de vermelho por seus opositores, tendo como marco emblemático a política da Guerra Fria. No entender dos setores conservadores a permanência do status quo seria uma ameaça a manutenção da ordem e dos valores morais e cristãos, e segundo a revista *Maquis* em 1961, “Jango representava (e representa) a porta aberta para o comunismo”.<sup>29</sup> Porém, Goulart, sob o apoio de alguns setores militares e com a *Rede da Legalidade*, organizada por Leonel Brizola, consegue assumir o cargo de presidente, porém, dentro de um regime parlamentarista, votado dias antes, para tentar assim, diminuir os poderes do novo presidente.

Dentro deste contexto político, os fundadores do jornal O Debate, visavam transmitir suas interpretações acerca da realidade, entendendo que seus valores eram os ideais, tornando-se assim apenas divulgadores de uma verdade, dos valores que julgavam os mais corretos. Dessa forma, a ocorrência de embates com outros jornais e jornalistas, que manifestavam naquele momento, um posicionamento diferente, demonstra a forma como os valores ideológicos influenciam na produção jornalística. A divergência entre os dois jornais da cidade no momento da renúncia de Jânio Quadros torna-se um bom exemplo disso.

No editorial do número 8 de 31 de agosto, o jornal afirma que “Jânio Quadros renunciou com se deixasse o campo e o apito logo no começo do jogo. Juiz de categoria não pode, realmente, apitar a pelada desta democracia artificial, hipócrita, de marginais.”<sup>30</sup> A crítica a desistência de Jânio Quadros e a maneira como ele abandonou o poder, deixando as esperanças e os anseios dos brasileiros no meio do caminho, estavam presentes naquele editorial, mostrando que o povo “trabalhou como burro para que Jânio vencesse, desejando a sua própria vitória. A esperança foi governo; é agora um cadáver putrefato. O país continuará a ser terra de ninguém. Leiam noticiário nas páginas da história.”<sup>31</sup> O desdobramento da renúncia de Jânio já nos é conhecido, onde um regime parlamentarista foi imposto para que João Goulart pudesse assumir como presidente. Merece destaque aqui, como a tentativa de impedir que Goulart assumisse o governo foi

---

<sup>29</sup> Revista *Maquis* n. 221, setembro de 1961. p. 9. Apud: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002. p. 234. A revista *Maquis* surgiu na década de 50 sob a direção de Fidélis Amaral Netto e realizou intensa propaganda anticomunista e esteve ligada ao Clube da Lanterna no Rio de Janeiro, do qual Amaral Netto fazia parte.

<sup>30</sup> **O Debate**. Nº 8. 31/08/1961.

<sup>31</sup> Idem.

percebida pelo jornal, o que também gerou uma disputa de editoriais com outro jornal da cidade, chamado *Tribuna dos Municípios*, de propriedade de Antônio Lopes Leite, então vereador da cidade de Irati e futuro deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional.

Em editorial intitulado “Cidade sem posição” de 30 de setembro de 1961, o editor do jornal, José Maria Orreda, demonstrava seu descontentamento com a apatia da população local que não se manifestou pela tentativa de golpe contra as instituições democráticas. Afirma o editorial que “nossa cidade assistiu passiva e emudecida o desenrolar do vexame democrático imposto à Nação por algumas propaladas sentinelas da ordem e do regime, os ministros militares; figuras que, fazendo o sr. João Goulart entrar em casa pela porta dos fundos.”<sup>32</sup> A indignação com essa passividade aumentava pelo fato de que em diversos pontos do país houve inúmeras manifestações.

Irati ficou à margem dos fatos, como se não tivesse líderes que a definisse; líderes para dizer, ao menos. 'nós queremos a ordem e o respeito ao regime, porque liberdade é resultante da alma desta Nação...' Nossa cidade que tem dado demonstrações eloqüentes da união de seu povo, de seu elevado propósito pelo bem comum. Irati atravessou a grande crise, os graves momentos de eminência à guerra civil, sem posição, sem definição.

Já é tempo dos nossos estudantes, que serão as futuras elites dirigentes, promoverem sua organização de classe, para que unidos e coesos, possam colocar-se em defesa dos ideais cívicos; para que se habituem aos debates freqüentes que o regime exige. Que assim aconteça e urgentemente, pois tão marginais seremos, quanto mais indefinida for a nossa posição; posição que, por dignidade e respeito próprio, nunca deve ser igualada, como agora, à justiça de Pilatos.<sup>33</sup>

Esse editorial carregado de um sentimento de indignação, foi recebido com críticas pelo jornal *Tribuna dos Municípios*, que, diferente de *O Debate*, elogiou essa passividade do povo iratiense, fazendo duras críticas a movimentos de agitadores, como em outros lugares.

Não era, como não é, ainda hoje, de valentias microfônicas, nem de trejeitos públicos de demagogia barata que se necessita, mas de atitudes viris quando elas precisam realmente ser demonstradas. E isso, felizmente, tem sido dado em Irati, a todo momento, em todos os assuntos a que somos chamados de fato a nos pronunciar.

Parabéns aos estudantes de nossa terra, que tem conhecimento pleno de sua missão e sabem que o seu tempo não é para ser esbanjado em badernas de ruas, nem em gritos histéricos de alucinados, mas no estudo profundo das suas matérias, para o preparo de sua missão futura, como homens, primeiramente, como profissionais também.<sup>34</sup>

Percebe-se assim, uma divergência sobre o que deveria ter feito a população local, onde a passividade ou o protesto estavam em questão. A passividade estaria associada para uns como algo correto e digno e o protesto associado à histeria, à demagogia e à

---

<sup>32</sup> **O Debate**. 30/09/1961.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> **Tribuna dos Municípios**. Outubro/1961.

baderna. Dessa forma, colocam-se características negativas ao ato de protestar, visto como algo inferior, pois a população deveria permanecer em suas casas aproveitando melhor seu tempo. O campo político assume assim um caráter de disputa ideológica, onde opiniões diversas buscam uma pretensa legitimidade e veracidade, utilizando-se dos meios de comunicação para expor suas idéias e criticar opiniões opostas. A crítica à passividade e as opiniões de *Tribuna dos Municípios*, ganhou novamente espaço no editorial de *O Debate*.

Desejamos refutar que, se o editorial da 'Tribuna' for a réplica do nosso pronunciamento, não procede. Isto porque não lamentamos a indefinição de Irati (o texto permanece) desejando 'valentias microfônicas' ou 'trejeitos públicos de demagogia barata'; não preconizamos a definição de Irati com 'atitudes de papel carbono ou decalque'; não lamentamos a ausência de estudantes em 'badernas de rua'.

Se esta é uma forma de definição, não é a que aceitamos como indispensável à participação ativa dos cidadãos e das classes no regime, que nunca será representativo com o povo indiferente e as classes desarticuladas. Não compreendemos, talvez por insuficiência ou ingenuidade de princípios, democracia sem o povo ativo, determinando os rumos que lhe forem propícios; não entendemos as classes inoperantes politicamente, dispersadas como os nossos estudantes.

Falamos da indefinição de Irati pelo emudecimento das classes e não pela ausência de 'badernas e agitações', lamentáveis, próprias do homem sem personalidade, integrando na massa inconsciente. Diz-se que só se prepara para a vida, vivendo. Os cidadãos de um regime democrático precisam cumprir as exigências da democracia. Se é possível cumpri-las com indiferenças, ou com algazarra, então Aristóteles é um mentiroso, pois situou a verdade no meio termo.<sup>35</sup>

Essa atuação da imprensa no espaço político nos mostra que esse campo, antes deixado de lado pela historiografia em prol de estruturas mais profundas e duradouras, carrega suas especificidades e seu estudo é de fundamental importância, não sendo apenas a superfície da sociedade, ou simplesmente um *événement*. O político pode antes, ser entendido como o espaço de articulação do social e onde também é representado, sendo a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete por sua vez.<sup>36</sup>

A história política privilegia o estudo do poder exercido dentro da sociedade, um “poder supremo, aquele se exerce numa sociedade global, no interior de um território definido por fronteiras, dispondo do poder de coerção, definindo a regra com a lei e sancionando as infrações, é o único poder que tem todos esses atributos.”<sup>37</sup> Porém, a história política se interessa também pela conquista e contestação desse poder, além da “relação do indivíduo com a sociedade global política – de onde o estudo de

<sup>35</sup> *O Debate*. 31/10/1961.

<sup>36</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Pour une histoire conceptuelle du politique*. Apud. FERREIRA, Marieta de Moraes. *A nova “velha história”: o retorno da história política*. In.: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271. p. 269.

<sup>37</sup> RÉMOND, René. *O retorno do político*. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Op. Cit.* 1999. p. 58.

comportamentos, das escolhas, das convicções, das lembranças, da memória, da cultura.”<sup>38</sup> Parte-se do pressuposto de que a imprensa pode tornar-se um meio para essa contestação, contendo em suas páginas críticas a um poder constituído em uma sociedade, sendo um meio para se dar voz a grupos políticos, que buscam nos meios de comunicação, espaço para propagar sua ideologia. Mesmo baseado em um modelo que privilegia o político não se pretende ignorar os aspectos econômicos nem sociais desse período, pois estes foram também decisivos na articulação e implantação de um governo autoritário. Todavia, as disputas dentro da sociedade não ocorrem somente por interesses econômicos ou de classes. Antes, ocorrem por motivações ideológicas, onde os aspectos dos sentimentos políticos vem à tona.

## **1.2. O golpe contra João Goulart e os militares no poder**

O período em que Goulart esteve na presidência, foi marcado pelo crescimento de movimentos anticomunistas, onde o ideário de combate ao inimigo foi fortemente influenciado pelo momento de Guerra Fria e por todas as teorias formuladas nos Estados Unidos. Foi também marcado por ampla liberdade de expressão cultural e política, processo que vinha da década anterior. Tais ideais buscavam uma profunda transformação da sociedade e impulsionavam a participação da classe popular na cena política, causando temor nos setores mais conservadores, que se constituíam em um grupo heterogêneo, abarcando diversos segmentos sociais. Pode-se afirmar que o fator de união seria a aversão à mudanças sociais, e a necessidade de se conservar as antigas estruturas da sociedade. Enquadram-se nesse meio algumas entidades de classe como as associações e federações comerciais, industriais e empresariais de várias partes do país, reunindo grandes grupos financeiros, muitos dos quais sentiram-se ameaçados com o advento do comunismo em escala mundial. No plano religioso, determinados grupos radicais dentro da Igreja Católica identificados com as normas papais de respeito à moral e aos valores cristãos tiveram atuação considerável nos anos finais da década de cinquenta e início de sessenta. Esses valores, enraizados na sociedade brasileira, baseavam-se na percepção de uma sociedade hierarquizada e do respeito à propriedade privada e à moralidade. Grupos como a *Tradição, Família e Propriedade* (TFP), *Rearmamento Moral*, dentre outros, são

<sup>38</sup> RÉMOND, René. *O retorno do político*. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Op. Cit.* 1999. p. 58.

um exemplo do conservadorismo católico, respeitando os velhos ensinamentos, constituindo-se em atores atuantes na sociedade. Por certo, não se pode deixar de considerar a existência, por exemplo, da Teologia da Libertação, movimento católico, porém identificado com os setores progressistas e condenado pela alta cúpula da Igreja Católica, além da Ação Popular, também nascido no meio católico e posteriormente alinhado à esquerda. A existência de partidos políticos identificados com esse conservadorismo, como a União Democrática Brasileira (UDN), o Partido de Representação Popular (PRP), fundando pelo integralista Plínio Salgado, o Partido Democrata Cristão (PDC), além dos pequenos partidos de posicionamento conversador surgidos na década de cinquenta. Podemos então denominar esses setores conservadores como *as direitas*, devido a sua heterogeneidade e seus diferentes interesses, unidos porém pela noção de preservação dos valores cristãos e morais, de claro combate ao comunismo e contrários por certo, a mudanças sociais de caráter *socializante*. Esses setores irão lançar-se na década de sessenta contra aquilo que entendiam como um real perigo para a democracia brasileira.

A idéia de um “perigo vermelho” ameaçando a sociedade não surgiu por certo nos meses que antecederam o golpe. Tem-se a clareza de que o imaginário anticomunista tem suas raízes em períodos que remontam a era Vargas, ainda na chamada Intentona Comunista em 1935.<sup>39</sup> Este imaginário teve a partir desse período suas nuances, adquirindo em determinados momentos, maior destaque e em outros uma relativa insignificância, passando praticamente despercebido. Por certo, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, este ideário conservador articula-se também com a Guerra Fria. O discurso de combate ao inimigo, retornou assim com grande força no início da década de sessenta, quando João Goulart assumiu a presidência. O papel de entidades como o Instituto Brasileiro da Ação Democrática (IBAD), criado em 1959, e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), surgido em 1961, que atuaram fortemente na campanha para desestabilizar o governo de Goulart, e segundo Motta, visavam “propagandar os ideais liberais e democráticos, notadamente as vantagens da livre-iniciativa sobre o comunismo e o estatismo. Para tanto, financiaram publicações e filmes, distribuíram encartes por intermédio da grande imprensa e organizaram palestras.”<sup>40</sup> Outro movimento de grande destaque e que também exerceu considerável papel nesse

<sup>39</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. Cit.* 2002. p. XXI

<sup>40</sup> Idem. p. 243.

período de forte cunho anticomunista, foi o movimento *Tradição, Família e Propriedade* (TFP). Esse movimento fundado em julho de 1960 por um grupo de católicos e identificados com a doutrina mais tradicional da Igreja Católica, buscava “obter estatuto jurídico para suas atividades, e de reunir de forma associativa a vasta *família de almas* que comungava dos mesmos ideais de seu líder espiritual e doutrinário, Plínio Corrêa de Oliveira.”<sup>41</sup> O estatuto da TFP, em seu artigo primeiro, afirma que ela “visa defender e estimular, de forma mais ampla, a Tradição, a Família e a Propriedade Privada, pilares da civilização cristã no País, bem como, de modo geral, promover e animar a ordem temporal segundo os princípios do Evangelho, interpretados de acordo com o Magistério tradicional da Igreja.”<sup>42</sup>

A polarização ideológica vivida nos meses iniciais de 1964, onde os atores políticos passaram a disputar cada vez mais o poder, buscando estabelecer uma verdade e deslegitimando aquele que encontrava-se no lado oposto, teve um acirramento considerável no mês de março, onde os embates políticos e ideológicos ganharam ares por vezes dramáticos, trazendo um clima de total incerteza à população, levando ao questionamento corrente de *quem dará o golpe no Brasil?*<sup>43</sup> Se ainda restava alguma dúvida quanto ao posicionamento político do presidente Goulart, esta deixou de existir no comício de 13 de março, na Central do Brasil. Goulart, pressionado pelos setores esquerdistas pela urgência de se realizar as reformas na “lei ou na marra”, com a impossibilidade de uma conciliação com a oposição, e a não aprovação pelas vias legais das reformas de base, foi levado a “abraçar a esquerda” e propor a execução das reformas. Pode-se afirmar que o comício da Central fez com que os opositores do presidente deixassem o campo das representações e partissem realmente para ação, organizando-se com passeatas de protestos e com o esbravejar estridente dos defensores da “Tradição, Família e Propriedade”.

---

<sup>41</sup> ZANOTTO, Gizele. Tradição, Família e Propriedade: Cristianismo, sociedade e salvação In: Anais do XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade - Mundos Religiosos: Identidades e Convergências. São Bernardo do Campo/SP: UMESP / ALER, 2006. v. I. p.

<sup>42</sup> Art. 1º/ § 1º . Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. Apud: Zanotto, Gizele. *Op. Cit.* 2006.

<sup>43</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Quem dará o golpe no Brasil*. In: Nanci Valadares de Carvalho, *Trilogia do terror. A implantação: 1964*, Rio de Janeiro, Vértice/Editora Revista dos Tribunais. Note-se que o referido texto, publicado originalmente em 1962, com 98 páginas em uma edição de bolso pela Civilização Brasileira, teve uma tiragem de cinco mil exemplares e esgotou-se em cinco dias, não sendo reeditado por pressões do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A análise do autor previa que a instabilidade política e econômica poderia facilitar um golpe de estado, porém executado pelo próprio presidente João Goulart.

O comício que contou com a participação de mais de 200 mil pessoas, onde podia-se ver bandeiras vermelhas com foices e martelos, tradicional símbolo do comunismo, teve nos pronunciamentos de João Goulart e Leonel Brizola inflamados discursos, apontado para a necessidade das reformas e de que havia no país, setores golpistas, não interessados na sua realização efetiva.

Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse dona da democracia, ou proprietária das praças e ruas. Desgraçada democracia a que tiver de ser defendida por esses democratas. Democracia para eles não é o regime da liberdade de reunião para o povo. O que eles querem é uma democracia de um povo emudecido, de um povo abafado nos seus anseios, de um povo abafado nas suas reivindicações.

(...) Estaríamos, assim, brasileiros, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, desta Nação e desses reclamos que, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, levantam o seu grande clamor pelas reformas de base e de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será o complemento da abolição do cativeiro para dezenas de milhões de brasileiros, que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria. Ameaça a democracia, enfim, não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro, é explorar os seus sentimentos cristãos, na mistificação de um indústria do anticomunismo, insurgindo o povo até contra os grandes e iluminados ensinamentos dos grandes e santos Papas que informam notáveis pronunciamentos, das mais expressivas figuras do episcopado nacional. O inolvidável Papa João XXIII é que nos ensina, povo brasileiro, que a dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamento natural para a vida, o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder propriedade à todos. (...) Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena maioria.<sup>44</sup>

O comício causou por certo, a indignação e o receio aos não simpatizantes da política de Goulart, como pode se notar no pronunciamento do jornal *Tribuna da Imprensa*, porta-voz do lacerdismo, que assim descreveu o evento:

Guerra civil, fechamento do Congresso, constituinte e até implantação da socialização crescente da economia do País foram os elementos essenciais utilizados pelos oradores de comício de ontem pelas reformas de base, do presidente João Goulart ao deputado Leonel Brizola; do presidente da SUPRA [ Superintendência da Reforma Agrária] ao representante do CGT. O Sr. João Goulart antecipou o quadro da revolução civil, ao creditar àqueles que se opõe às reformas um possível derramamento de sangue no país.<sup>45</sup>

Os opositores de Goulart articularam-se para a realização das chamadas “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade” em diversas cidades do país. Se o comício de Goulart reuniu os setores mais populares, identificados mais com as esquerdas e com a realização das reformas, as Marchas reuniram principalmente os setores conservadores da classe média e alta, mobilizando os defensores da liberdade, da democracia, dos valores

<sup>44</sup> Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, Rio de Janeiro em 13.03.1964. Apud: FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004. pp. 283-284.

<sup>45</sup> *Tribuna da Imprensa*. 14.03.1964. Apud: CODATO, Adriano Nervo e OLIVEIRA, Marcus Roberto. *Op. Cit.* 2004. p. 274.

morais e cristãos. “A reação veio imediata. No dia 19, em São Paulo, desenrolou-se uma primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade. As direitas unidas, alarmadas, aparentando decisão, também foram às ruas, cerca de 500 mil pessoas. Outras marchas se seguiram em várias cidades. (...) As forças desencadeadas da contra-reforma.”<sup>46</sup> Após a marcha, foi celebrada uma missa pela “salvação da democracia”, além da distribuição de um *Manifesto ao povo do Brasil* para reagir contra Goulart. Deve-se salientar que as Marchas, “foram atos públicos organizados por setores católicos da classe média urbana – e impulsionados por políticos conservadores (a Ação Democrática Parlamentar, em primeiro lugar), pela elite empresarial (reunida no IPES) e pelos movimentos femininos.”<sup>47</sup> Elas condenavam a política populista, por considerá-la demagoga e corrupta, além do sempre combatido, e por vezes atribuído de uma força inexistente, comunismo, considerado materialista ateu e de características *totalitárias*, apresentando um risco eminente à propriedade privada e à democracia. Em eco ao clima de guerra-fria em que se vivia, comunismo e populismo, eram percebidos como antidemocráticos. Ambos sufocariam a liberdade e impediriam a realização de uma verdadeira democracia, e colocariam em risco a obediência aos valores tradicionais cristãos e as liberdades individuais.

Após a marcha de São Paulo ocorre em Curitiba a “Marcha a favor do Ensino Livre”, que se realizou em 24 de março. A marcha de Curitiba criticava a postura do presidente e do Ministério da Educação em tentar impor um único livro didático e tentar promover a encampação das escolas particulares. Este evento, articulado também com o apoio dos mesmos grupos femininos e contando com o apoio de entidades e federações comerciais, como a Associação Comercial do Paraná (ACOPA), criticavam, além das questões referentes ao comunismo e ao respeito à moral, também futuros prejuízos financeiros decorrentes das medidas. Note-se que o presidente da ACOPA, Oscar Schrappe Sobrinho, que foi um dos mais atuantes na organização do evento e nos protestos contra Goulart, possuía vínculos com o setor gráfico, sendo proprietário das “Impressões Paranaenses” e da *Revista Panorama*, conhecido periódico de postura conservadora, além de presidir também o Sindicato das Indústrias Gráficas, tendo por

---

<sup>46</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 30.

<sup>47</sup> CODATO, Adriano Nervo e OLIVEIRA, Marcus Roberto. *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Vol. 24, n.º 47. p. 273.



esse motivo grandes interesses no mercado dos livros didáticos.<sup>48</sup> Uma das críticas maiores era contra o livro didático de História, coordenado pelo historiador Nelson Werneck Sodré, que caracterizava-se em recontar o processo de organização da sociedade brasileira, contrariando os principais mitos da história tradicional.<sup>49</sup> Todavia a marcha, que contou com a adesão de última hora do governador Ney Braga, caracterizou-se também pelo temor de uma possível *comunização* do país, que levaria à destruição dos valores cristãos e democráticos, estando também permeada pelo receio de perdas financeiras.

Com o crescente clima de insegurança e com as inúmeras marchas que se seguiam por todo o país, a certeza de que um golpe seria dado, teve um aditivo a mais com a participação de marinheiros em uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos, comemorando o segundo ano da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais (AMFN), entidade considerada ilegal para a Marinha, que ordenou a prisão dos participantes do evento por quebra da hierarquia militar. O vice-almirante Cândido Aragão que deveria realizar a prisão dos revoltosos, acabou por aderir ao movimento. Goulart proíbe a invasão do local, o que leva o ministro da marinha, Silvio Mota a pedir demissão, sendo substituído pelo almirante da reserva Mario Cunha Rodrigues. Os revoltosos acabaram sendo anistiados pelo presidente em 26 de março de 1964.

Já no dia 30 de março, Goulart daria seus últimos passos como presidente. Ao participar de um evento dos sargentos da Polícia Militar no Automóvel Clube e discursando de improviso, afirmava que “(...) para compreender o esquema de atuação desses grupos que tentam impedir o progresso do país e barrar a ampliação das conquistas populares, basta observar que são comandados pelos eternos inimigos da democracia, pelos defensores dos golpes de Estado e dos regimes de emergência ou de exceção.”<sup>50</sup> Os golpistas mais uma vez estavam tentando retirar o presidente do poder e impedir a realização das reformas.

O discurso do Automóvel Clube e a participação junto aos setores baixos da oficialidade, foi a faísca que faltava para ascender o barril de pólvora do embate político. Motivadas pelo sentimento de quebra de hierarquia militar, apoiada pelo presidente, as tropas militares lideradas pelo general Olympio Mourão Filho, vindas de Minas Gerais

---

<sup>48</sup> CODATO, Adriano Nervo e OLIVEIRA, Marcus Roberto. *Op. Cit.* pp. 290-291

<sup>49</sup> Idem. p. 287.

<sup>50</sup> Discurso de João Goulart em 30 de março de 1964. Apud: FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004. p. 318.

marcharam para o Rio de Janeiro em 31 de março de 1964, antecipando o golpe, que estava marcado para alguns dias após a movimentação das tropas de Mourão.

(...) ao que tudo indica, o golpe estava marcado para alguns dias depois da movimentação de tropas precocemente iniciada no dia 31, em Juiz de Fora (MG), pelo general Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª região militar, oficial que sempre parecera afoito demais aos olhos dos verdadeiros líderes da conspiração. Mourão, porém, impacientava-se com a demora. Em articulação com o governador mineiro Magalhães Pinto, decidiu tomar a iniciativa. (...) Surpreendidos pela iniciativa de Mourão, e sem conseguir, dissuadi-lo, os principais conspiradores perceberam que já era tarde demais: tomaram as iniciativas possíveis para que o golpe se completasse.<sup>51</sup>

Após uma série de ligações e adesões de última hora, militares legalistas acabaram por apoiar o golpe e uma intervenção temporária dos militares, para garantir a “ordem e o respeito à democracia”. Um governo que contava com mais de 76% de aprovação caiu como um castelo de cartas.<sup>52</sup>

Do Rio de Janeiro, Goulart parte para Brasília e de lá para o Rio Grande do Sul, de onde sairia para o exílio e da vida política. Com boa parte da grande imprensa clamando pela saída de Goulart da presidência, como os conhecidos editoriais do *Correio da Manhã*, “Basta!” de 31 de março, “Fora!” de 1º de abril, e “Basta! E Fora!” de 2 de abril, o jornal afirmava que “a Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart que não a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia!”<sup>53</sup>

No momento da viagem de Goulart para o Rio Grande do Sul, era decretada vaga a presidência, com Goulart ainda em solo brasileiro. As articulações e a total falta de compromisso com a democracia e com a Constituição, tornaram possível que Aldo de Moura Andrade decretasse a vacância da presidência, mesmo com o comunicado emitido por Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil de Goulart, afirmando que o presidente ainda encontrava-se no Brasil. Porém, o comunicado foi ignorado pela mesa. Em 3 de abril Ranieri Mazzilli assume a presidência, porém, longe estava do poder, que tinha seu brilho e luminosidade no Rio de Janeiro, com Costa e Silva intitulado Comandante Supremo da Revolução. No dia seguinte é aprovado o nome do Marechal Castelo Branco para a

<sup>51</sup> FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004. p. 16.

<sup>52</sup> O índice de aprovação de Goulart foi apontado por TOLEDO, Caio Navarro. 1964: *O golpe contra as reformas e a democracia*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 76.

<sup>53</sup> Editorial “Fora!” do *Correio da Manhã* de 1º de abril de 1964. Apud: FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004. p. 324.

sucessão presidencial, a ser realizada por meio de escolha indireta pelo Congresso Nacional. Já no dia 9 é baixado o primeiro Ato Institucional, conhecido posteriormente como AI-1, inaugurando uma infinidade de atos que se seguiriam. O AI-1 estendia os poderes de cassação de mandato ao presidente até 15 de junho de 1964. No dia seguinte é divulgada uma lista com cem nomes de políticos cassados, que perderam seus direitos políticos por dez anos, na qual constava o nome de João Goulart, Luis Carlos Prestes, Darcy Ribeiro, Jânio Quadros, Miguel Arraes, entre outros. Castelo Branco é empossado presidente em 15 de abril, prometendo eleições para a sucessão presidencial em 1965. As próximas eleições diretas para presidente realizar-se-iam somente em 1989.

Mergulhava o país em um regime autoritário, comandado por militares onde prevaleceu a aplicação da força e da violência sobre supostos subversivos da ordem, da moral e dos bons costumes. Criando um aparato repressivo que espionava, prendia e torturava, os militares buscaram eliminar da cena política, cidadãos que posicionaram-se contra o governo.

Se a situação no país era de excessos por parte dos militares, a situação não era diferente no Paraná, e o clima de insegurança com os atos repressivos praticados pelo governo chegavam a todos os estados. Segundo Marion Brepohl Magalhães, “o Paraná é considerado, pelo senso comum, como um Estado conservador, e sua população é tida como pacata e ordeira.”<sup>54</sup> Esse senso comum levava em conta que seria aqui uma “terra de forasteiros, os diversos emigrados aqui chegados, procedentes de diferentes regiões e em momentos históricos distintos, pretendiam 'fazer sua América', sem se importar com projetos coletivos ou mesmo com a política.”<sup>55</sup> A autora afirma, todavia, que essa visão seria distorcida, apontando para a documentação encontrada no arquivo do DOPS no Paraná. Como em outros estados, no Paraná a repressão agiu duramente contra aqueles que se opunham ao regime, ou mesmo contra aqueles a que o regime entendia como possíveis subversivos. Deputados paranaenses foram cassados, perdendo assim seus direitos políticos, como Amaury Silva, Walter Alberto Pecoits, que perdeu parte da visão enquanto esteve preso, Almir Passos, Leon Neves Barcelos, João Simões, Valdemar Daros, Miguel Denizo, Brasília Abud, Constantino João Kotzias, José Alencar Furtado, Renato Celidonio, Sinval Martins de Araújo, Mirian Pirih, Jorge Miguel Nasser e Anibal

---

<sup>54</sup> MAGALHÃES, Marion Brepohl. *Paraná: Política e governo*. Curitiba: SEED. 2001. p. 89.

<sup>55</sup> Idem.

Khury.<sup>56</sup> Muitas outras pessoas sofreram com o arbítrio dos militares, e a lista daqueles que foram presos e perseguidos pelo governo seria demasiado extensa. “A repressão no Paraná atingiu centenas de pessoas, entre políticos, militares, estudantes, intelectuais e dirigentes sindicais. As maiores vítimas foram os jovens, estudantes que, iludidos por uma falsa idéia de democracia, se deixaram envolver em acontecimentos políticos ou eram arrastados por suas justas e compreensíveis reivindicações.”<sup>57</sup> As palavras de Heller definem os afetados pela repressão, porém não se pode esquecer que muitos daqueles envolvidos nos grupos de esquerda, não tinham nesse primeiro momento do regime, um ideal de democracia. O objetivo de muitos desses jovens era derrubar a ditadura militar e além disso combater o imperialismo estadunidense, o qual, no entender desses jovens, trazia graves problemas para a autonomia do povo brasileiro.

O caso do deputado cassado no Ato Institucional nº 1, Walter Pecoits, da região de Francisco Beltrão merece destaque aqui. Em agosto de 1964 quando retornava de uma viagem ao Uruguai com a família, Pecoits acabou sendo preso por um destacamento da Polícia Militar, chefiado pelo coronel João Rodrigues da Silva Lapa, também chefe da polícia. Acusado de ter chefiado a revolta de posseiros em Três Barras, foi espancado e atingido com uma coronhada de rifle, perdendo a visão do olho esquerdo. Um dia após a cirurgia de Pecoits, a Assembléia Legislativa aprovou uma CPI em 13 de agosto para apurar as denúncias de abuso e violência contra o ex-deputado. Presidida pelos deputados Haroldo Leon Peres (UDN), Antonio Lopes Júnior (PRP), Olívio Belich (PTN), Egon Puddel (PSD), Armando Quiroz (PDC) e Joaquim Néia de Oliveira (PTB). O deputado Marino Pereira, afirmou na tribuna que ao procurar informações sobre o caso, descobriu, através do secretário Italo Conti, que Pecoits fora preso após depoimentos de pessoas envolvidas no caso de Três Barras, ouvidas nos dias 10 e 11 de agosto, ou seja, depois da prisão do ex-deputado. Segundo Marino, “ocorre que não se pode compreender como a polícia pôde prender um cidadão antes de receber as denúncias, uma vez que a detenção de Pecoits ocorreu no dia 9.”<sup>58</sup>

Solto somente em 24 de dezembro de 1964, Pecoits retornou a Francisco Beltrão, sendo obrigado a comparecer em Curitiba para responder a um Inquérito Policial Militar (IPM) na auditoria da Justiça Militar. Em 1966 sua prisão foi novamente decretada, onde

<sup>56</sup> LAZIER, Hermógenes. *Op. Cit.* 2003. p. 200.

<sup>57</sup> HELLER, Milton Ivan. *A resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 35

<sup>58</sup> Idem.

o embate entre o promotor de justiça, a favor de Pecoits, Alberto Gonçalves da Cruz, e o general Henrique Carlos Assumpção Cardoso, presidente do Conselho Permanente de Justiça, o qual solicitava a prisão do ex-deputado. O promotor substituto acabou sendo afastado do caso, mas o processo acabou não se concluindo pela falta de provas que comprovassem o envolvimento do réu com o caso de Três Barras.

Além da repressão, a vigilância do DOPS no estado foi exercida de forma intensa, seguindo os passos de diversos suspeitos de subversão, participando com agentes infiltrados em congressos e reuniões de estudantes e políticos da esquerda, demonstrando uma preocupação exagerada com movimentos de oposição, dando-lhes uma força que com certeza não possuíam. Conforme documento interno,

consta que um grupo de elementos em número de 6, estiveram em Curitiba, oriundos de São Paulo e Rio, visando, em contatos nesta Capital, uma ação coordenada e planejada por elementos da ala estudantil.

Ficou deliberado o seguinte: Treinamento e escolha de uma liderança nova e firme, pois que os atuais estão SUPERADOS, incluindo KARAN, VIEIRA NETO, e os demais 'teóricos'. Lançamento de 'falsos líderes' que chamam de 'esquerda festiva' (filhos ou filhinhos de papai que querem aparecer em público, como bandeira de motivação. A coordenação no entanto, deve ficar sob responsabilidade dos 'LÍDERES NATOS ou EFETIVOS' que por conseguinte devem ficar ocultos.

(...) Resolveram ainda, criar uma Entidade, com fachada religiosa a fim de atrair a simpatia dos estudantes, etc., que ficou posteriormente decidida com nome 'IRMANDADE SUPREMA', de caráter puramente subversiva – linha AÇÃO POPULAR, atual APMLB.<sup>59</sup>

Os militares, sem dúvida, não chegaram ao poder sozinhos, nem tampouco foram os únicos protagonistas do golpe operado em março de 1964. Diferentes análises se concentraram sobre as razões do golpe, como citado no início deste capítulo. Não é objetivo deste trabalho retomar diversas análises sobre o golpe, muitas já superadas e criticadas pela historiografia. Deve-se lembrar que as referidas análises, situam-se em um tempo determinado, marcado muitas vezes por modelos de análises “dominantes”, que acabavam influenciando consideravelmente o trabalho.

Recentes trabalhos historiográficos, destacando-se os trabalhos de Carlos Fico<sup>60</sup> e Lucilia de Almeida Neves Delgado<sup>61</sup>, reuniram diversas análises sobre o golpe e as diferentes temporalidades explicativas para a intervenção militar em 1964. Com teses defendidas no exterior, destacam-se inicialmente os trabalhos de Alfred Stepan, *Os militares na política: mudanças de padrões na vida brasileira* e o trabalho de René

<sup>59</sup> 28/SNI/ACT/68. Dossiê DOPS – Relatórios. (2ª) 1967-1968. Nº 850. Topografia. 104. **Arquivo Público do Paraná.**

<sup>60</sup> FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004.

<sup>61</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Op. Cit.* 2004. pp. 15-28.

Armand Dreifuss, 1964: *A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*.

O trabalho de Stepan, defendido como tese de doutoramento na Universidade de Colúmbia, em 1969 apontava para a existência de um “Padrão Moderador” da sociedade brasileira, que atuaria como árbitro em momentos de crises políticas, intervindo sempre que fosse necessário para garantir a ordem e a segurança. Tal “padrão moderador” seriam as Forças Armadas, que assumiriam o poder e logo em seguida o devolveriam aos civis. Em 1964 tal padrão deixou de funcionar, devido à falhas nas instituições civis e na percepção de quebra de hierarquia militar.<sup>62</sup> Para Fico, as insuficiências históricas, “estavam na própria análise do chamado ‘padrão moderador’, já que existiram interferências diretas dos militares na política brasileira antes de 1964 e é bastante problemática a visão do ‘subsistema militar’ como ‘variável dependente’ do sistema político global.”<sup>63</sup> O mérito do livro de Stepan, encontra-se no fato de apontar para o estudo dos militares tanto com suas interações com a sociedade, como em seu caráter autônomo.

As análises de Dreifuss apontam por outro lado, para a intervenção da classe empresarial no golpe em 1964. Para o autor, o complexo IPES/IBAD exerceu considerável papel no golpe e funcionou quase que como um partido, sendo um “Estado-Maior da burguesia multinacional associada que desenvolveu uma medida, planejada e calculada que a conduziu ao poder”<sup>64</sup> A teoria de que as classes populares estariam pressionando as estruturas ideológicas dominantes, o que levou setores empresariais, liderados por um bloco de poder multinacional, acabou por atuar no sentido de conter a organização nacional da classe trabalhadora.<sup>65</sup> A participação cada vez maior de uma classe popular, que antes era apenas um setor manipulado, acabou por gerar uma luta de classes que culminou no golpe em 1964, sob uma forma conspiratória, objetivando conter o acesso da classe trabalhadora a cena política. Porém, Dreifuss acabou por superestimar a capacidade de ação e mobilização das entidades empresariais, como o IPES e o IBAD, na condução do processo histórico, descartando, por sua vez, o posicionamento das classes médias, que viam a ascensão da classe trabalhadora e a possível redistribuição da renda, como algo que poderia afetar suas posições, conseguidas nos anos anteriores, causando a perda de privilégios e status social. Com certeza o trabalho de Dreifuss

<sup>62</sup> STEPAN, Alfred. Apud: FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004. p. 31.

<sup>63</sup> FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004. p. 31.

<sup>64</sup> DREIFUSS, René Armand. Apud: FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004. p. 35.

<sup>65</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Op. Cit.* 2004. p. 23.

merece destaque por apontar as relações entre as entidades empresariais e movimentos sociais, como os de caráter religioso e feminino, demonstrando a ajuda financeira que tais movimentos receberam do complexo IPES/IBAD, e da numerosa quantia de documentos arrolados pelo autor, que ocupam quase a metade do livro, reunidos na parte de apêndice.

Outro modelo de análise, surgido como uma crítica ao modelo marxista, e que apontava para o papel dos militares no golpe executado em decorrência da quebra de hierarquia militar, foi o trabalho de Gláucio Ary Dillon Soares, *O golpe de 64*.<sup>66</sup> A análise de Soares afirma que “o economicismo do pensamento político e social na América Latina fez com que se fosse buscar nas elites econômicas os responsáveis pelo golpe. O golpe, porém, foi essencialmente militar: não foi dado pela burguesia ou pela classe média, independentemente do apoio que estas lhe prestaram.”<sup>67</sup> Dessa forma, apesar de apoiarem o golpe, a burguesia e a classe média não participaram do golpe na visão de Soares. Os militares são vistos como responsáveis pela intervenção, motivada antes, pela quebra da hierarquia militar e de uma posterior subversão da ordem. Para ele, foi antes uma conspiração militar com apoio da burguesia, do que uma conspiração da burguesia com apoio militar. O autor afirma ainda que os militares teriam bastante “autonomia na criação e manutenção de um sistema de valores”, possuindo um “alto grau de isolamento social.”<sup>68</sup> Preocupados com o perigo do comunismo, do caos administrativo, desordem política e com o ataque à hierarquia e a disciplina militar<sup>69</sup>, os militares, acima dos interesses empresariais, mesmo sem uma liderança específica, que conduzisse o movimento, obtiveram êxito na “Revolução de Março”, a qual realizou-se em meio a um caos conspiratório, pois não havia muita coordenação entre os grupos militares em diversos pontos do país, e “todos teriam passado grande parte da conspiração à procura de líderes.”<sup>70</sup> Cabe aqui o questionamento em que medida essa capacidade atribuída aos militares, como única força responsável pelo golpe, mesmo que apoiado pela burguesia, porém sem levar em conta seus interesses, pode ser realmente analisada, deixando de lado o papel exercido pela propaganda financiada por entidades empresariais, como o IPES, o

<sup>66</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. *O golpe de 64*. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon, D’Araújo, Maria Celina (orgs.) *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

<sup>67</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. Apud: FICO, Carlos. *Op. Cit.* P. 38.

<sup>68</sup> Idem. p. 40.

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> D’Araújo, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (Org.) *Visões do Golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Ediuouro, 2004. p. 17.

interesse e o medo de perdas econômicas de uma burguesia multinacional e mesmo o papel exercido pelo governo dos Estados Unidos no golpe.

Cabe ressaltar que dentre as várias análises e teorias sobre o golpe

Não há nenhuma fragilidade lógica ou teórica em considerarmos como dados causais necessários à explicação do golpe aspectos macroestruturais (as demandas do capital internacional), decorrências sociopolíticas de tais demandas (luta política organizada pelos empresários), padrões de funcionamento das instituições (impasse do sistema político) ou os comportamentos e as leituras de agentes históricos singulares (percepção de ‘caos’ e quebra da disciplina/hierarquia pelos militares). A dificuldade de estabelecimentos de nexos causais entre elementos tão diferentes é problema antigo tanto das ciências sociais quanto da história, mas importa dizer que *todos* esses aspectos devem ser considerados – e não exclusivamente um ou outro – quando da análise de fenômenos complexos, como visivelmente foi o golpe de 64.<sup>71</sup>

Levando em conta a questão do combate ao comunismo como decisivo para a efetivação do golpe de 1964, o qual não realizou-se apenas por motivações econômicas ou políticas, torna-se importante considerar o papel dos embates ideológicos nesse momento. Não esquecendo análises que concentram-se no econômico, no político ou na ação exclusiva dos militares, influenciados ou não pelos Estados Unidos, entendemos que esse momento de ruptura institucional foi possível graças ao sentimento de combate e de repulsa ao comunismo, unindo assim setores diversos de nossa sociedade, que juntos conseguiram concretizar a derrubada de Goulart. Seria uma análise reducionista compreender esse momento apenas por um “único prisma, não estabelecendo uma relação articulada do sentimento anticomunista com as questões políticas e econômicas que permeavam os posicionamentos conservadores da época.”<sup>72</sup> O golpe militar pode ser melhor compreendido se considerada a conjuntura econômica e política da época. Não esquecendo a ampla efervescência cultural, e o sentimento de medo e repúdio ao comunismo, o inimigo político, aspecto esse próprio da Guerra Fria.

Entende-se que o medo do inimigo político não foi eliminado da cena política após a intervenção militar de março. Dessa forma, como poderiam ser entendidas as medidas repressivas, pós-64 senão pelo combate ao inimigo político? Inimigo que deveria ser extirpado para garantir a preservação da ordem, da moral e dos bons costumes. Pode-se perceber nas inúmeras medidas de repressão e cerceamento às liberdades individuais, uma constante necessidade de proteger a sociedade do perigo vermelho. Inúmeros militantes das *esquerdas*, foram presos, torturados e mortos, jornais e manifestações culturais como o teatro, música e cinema, foram censurados, limites foram impostos para

<sup>71</sup> FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004. p. 43.

<sup>72</sup> OLIVEIRA, Marcus Roberto. *A ideologia anticomunista no Brasil*. Revista de Sociologia Política. Curitiba, 23. 2004. p. 185.



a atuação na vida pública, tudo em nome da Segurança Nacional, impedindo assim, que subversivos tomassem de assalto a “democracia brasileira”, garantida pela “Revolução de Março” e tão propagada pelos militares, porém deixada de lado e esquecida em todos os atos arbitrários e repressivos.

Sustenta-se aqui a tese de que o combate ao inimigo político, um sentimento de repulsa ao comunismo e a tudo aquilo que ele representava em termos de mudança social, foi o que uniu diferentes setores e, posteriormente, foi responsável pelas medidas saneadoras e repressivas dos militares. A imprensa foi censurada e cerceada em sua liberdade, pois a presença de textos que não fossem legitimadores da ordem militar estabelecida, eram tidos como uma subversão à ordem, escritos por supostos ou potenciais “comunistas”, cabendo aos militares medidas repressivas contra matérias e artigos perigosos à sociedade, às famílias, à ordem e aos bons costumes, cristãos e democráticos.

O Estado passou a decidir o que a população poderia ou não ter conhecimento, buscando assim, construir uma imagem positiva de nação, livre de problemas, repressão e autoritarismo. Se de um lado, jornalistas foram presos e jornais foram fechados ou desistiram de tentar combater o governo, por outro, setores alinhados com os militares passaram a noticiar as belezas e maravilhas de um “país que vai pra frente”. Desta forma, a imprensa foi um, dentre os vários setores, afetados pelo autoritarismo e violência do Estado. A censura constituiu-se assim em poderosa arma para se manter uma verdade, a oficial.

## 2. Imprensa e autoritarismo: a vontade de silenciar

*O censor federal proíbe a divulgação do discurso do líder da maioria, senador Filinto Müller, negando que exista censura no Brasil. (Ordens da Polícia Federal passadas ao Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1972.)*

*Não deverão ser divulgadas notícias que possam: comprometer no exterior a imagem ordeira e econômica do Brasil. (Manual de 1968)*

*Por ordem superior, fica proibido publicar qualquer notícia ou comentário sobre as medidas impostas aos jornais inclusive confisco de edições, se houver. (Salvador, 25/08/1972)*

*Fica proibido publicar o decreto de dom Pedro I, do século passado, abolindo a censura no Brasil. Qualquer comentário sobre esse decreto também fica proibido (Salvador, 06/09/1972)*

*Tínhamos de censurar porque é tão fácil manipular o povo, este povo brasileiro tão sem cultura (...) Por isso a censura é um método de proteger a população de ser explorada. (Declaração de Moacyr Coelho, chefe da Polícia Federal)<sup>73</sup>*

Um regime autoritário, como o vivido pelo Brasil entre os anos de 1964 e 1985 guarda ainda muitas facetas desconhecidas para os historiadores que se dedicam a pesquisas sobre o período. Conhecer-lo implica em esbarrar muitas vezes com a memória viva ou então construída, por aqueles que vivenciaram a ditadura militar. Esbarra-se infelizmente, na dificuldade de acesso à fontes, muitas das quais protegidas por decretos oficiais. No intuito de tornar eficiente o ato repressivo, elaborou-se uma série de normas, relatórios, informes e comunicados que mostram a maneira como esses indivíduos viam

---

<sup>73</sup> Os textos da epígrafe encontram-se em SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Tradução Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Ver também KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* 2004.

seus inimigos, aqueles que deveriam ser combatidos e eliminados da cena política. Esta produção deveria, por outro lado, ser ocultada da população, devendo ser mantida em sigilo oficial. Atos repressivos e uma vontade autoritária estão presentes nessa infinidade de documentos, que mostram o lado mais assustador e perverso de um governo que intitulou-se já nos seus primeiros dias como legítimo defensor dos valores democráticos em oposição aos males e abusos cometidos por seu antecessor, João Goulart.

Com a tomada do poder em março de 1964 através de um golpe de estado, visto e assistido de forma passiva pela maioria da população, que confiante em uma intervenção militar redentora, acreditava estar protegida contra o mal representado pelo comunismo e sindicalismo. Afirmando ser apenas uma situação temporária, onde muito em breve se retornaria a normalidade democrática, acabaram por alterar o caminho da “Revolução”<sup>74</sup>. Após estabelecerem-se no poder, os militares apontaram para a incapacidade dos civis em combater o inimigo interno, tão presente no imaginário político da época e, com certeza, muito bem aproveitado por aqueles que no poder, criaram e modificaram as leis em benefício de um setor conservador e assustado com as possíveis mudanças sociais, pregadas pelos “vermelhos” vindos do leste.

Permeados por um pensamento autoritário, os militares lançaram-se na criação de um aparato repressivo já nos primeiros dias do golpe em 1964, visando combater um inimigo interno, que ameaçava subverter a ordem estabelecida. Produzindo um discurso para justificar os atos repressivos, criaram órgãos de segurança e de violência ou aperfeiçoaram os já existentes, que levaram a instauração de um verdadeiro estado de exceção, muito distante das garantias individuais de um estado de direito pleno.

Não se pode afirmar, todavia, que os militares atuaram contra toda uma sociedade, agindo acima dela e sobre ela, mas sim, que contou com o apoio de considerável parcela da população, seja através de informantes voluntários, seja com simples simpatizantes do regime, que empolgados com o bom momento da economia, confiavam na tutela dos

---

<sup>74</sup> A questão se os acontecimentos de 31 de março podem ser analisados como um golpe ou revolução, ainda provoca uma certa tensão entre o meio militar ou seus simpatizantes e o restante daqueles que produziram análises sobre o período. O meio militar insiste em intitular 31 de março de 1964 como “Revolução”, onde chegaram ao poder os mais aptos a governar e também para salvar o país do comunismo. Entendemos que o termo revolução se aplica a eventos onde as estruturas sociais são modificadas significativamente, o que, por certo, não ocorreu em 1964. O termo golpe torna-se então, mais apropriado para definir essa conjuntura da história nacional, haja vista que os militares agiram ilegalmente, desrespeitando a Constituição de 1946, principalmente ao decretar vaga a presidência com João Goulart ainda em solo brasileiro.

militares sobre o país.<sup>75</sup> Um descontentamento maior passa a surgir já nos anos finais da década de setenta, quando a economia do país entrou em crise, levando, além dos movimentos de origem política, também os de reivindicação trabalhista a participarem da luta pelo retorno ao modelo democrático. Seria incorreto afirmar que toda a população combateu o regime durante seus vinte e um anos de existência, em uma resistência democrática.<sup>76</sup> Levando em conta esse apoio aos militares, não podemos anular a existência de uma resistência ao governo que foi duramente perseguida e sofreu, sem dúvida, grandes humilhações, além de torturas físicas e psicológicas.

O regime surgido em 1964 buscou desde os primeiros instantes atestar legalidade ao movimento, construindo elementos que pudessem torná-lo legítimo perante a sociedade. No preâmbulo do Ato Institucional número 1, decretado em 09 de abril de 1964 lê-se que “a revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma.” A busca pela legitimidade do regime pautava-se então em justificar o novo momento político e social pelo qual passava o país, na construção de um ideário de democracia, exaltando valores de respeito à ordem, ao progresso, à justiça social, baseados em uma pretensa legalidade.<sup>77</sup>

No que tange a essa busca de legitimidade por parte do governo, buscamos neste capítulo abordar as relações entre imprensa e autoritarismo, mostrando as medidas impostas por aqueles que se encontravam no poder para silenciar jornais e jornalistas, além da censura cometida contra as diversões públicas, aqui tratadas em separado, pois entende-se que foram censuras diferentes, com legislações e executores diferentes, porém subordinadas ao mesmo órgão, a Polícia Federal ligada ao Ministério da Justiça. As relações entre imprensa e o poder, se por um lado revelam a face combativa e denunciadora da imprensa, com jornalistas empenhados em investigar e noticiar as mazelas do país, sendo punidos por isso em momentos autoritários, mostra por outro, a cooperação de setores da imprensa com esse poder, atendendo antes a interesses de

<sup>75</sup> Para uma melhor análise dos informantes voluntários, conferir MAGALHÃES, Marion Brepohl. *A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar*. Revista Brasileira de História, vol. 17, nº 34. pp. 203-220.

<sup>76</sup> Sobre essas construções da memória e o apoio da população, ver REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. Cit.* 2004.

<sup>77</sup> REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Ed. UEL. 2001. pp. 32-33.

grupos financeiros e políticos, do que com qualquer preocupação com os problemas sociais. Essas relações mostram como determinados setores da imprensa conseguiram vantagens com o governo, desde grandes contas publicitárias, até matérias pagas que garantiram grandes lucros a essas empresas, antes comerciais do que veículos de informação da sociedade. Não se afirma aqui que toda imprensa foi perseguida pelo regime militar, nem tampouco que toda ela optou por apoiar os militares. Mas se por um lado, muitos foram duramente perseguidos, outros com certeza apoiaram e ajudaram na manutenção de um regime de exceção. A imprensa pode apresentar esse caráter ambíguo, de resistência ou de consentimento.

Com a chegada dos militares ao poder em 1964, representando os setores mais conservadores da sociedade brasileira, o arbítrio, a violência e o terror de Estado, passam a ser a ordem e a rotina das práticas governamentais, que, com a implantação e reformulação de aparelhos repressivos por todo o país, buscaram eliminar da cena política os inimigos da nação, entendidos como subversivos pelo regime. Além desse caráter violento, o governo trouxe a tona uma prática comum em regimes de exceção, o ato de censurar. Dessa forma os militares criaram todo um aparato censório para controlar a produção jornalística nesse período, tentando criar, dessa forma, uma verdade. O ato de censurar, perpassa também por um mascaramento da realidade, a qual é forjada e construída por aqueles que detém o poder de controle e veto. Assim, pode-se afirmar que eram publicadas notícias incompletas, ou pior, falsas, pois, tornava-se importante para o regime além do cerceamento da informação, a construção de uma imagem ou mesmo que justificasse atos repressivos.

O discurso da oposição ficou, em certa medida, limitado pela censura, que impediu que críticas mais consistentes ao regime fossem tornadas públicas. Porém, mesmo controlando e cerceando a imprensa, seja com cortes e suspensões de contas publicitárias ou mesmo pressionando outros patrocinadores, ou ainda com a prisão de jornalistas e proprietários e com a presença de censores nas redações, pode-se afirmar que houve um espaço de atuação de uma imprensa contrária ao regime, seja ela de caráter alternativo, ou pequenos jornais em um formato tradicional, e que a sua maneira buscaram fazer uma crítica ao regime, seja através da ironia ou de um posicionamento mais crítico. Tal posicionamento, por certo, levou muitos a pagarem um alto preço. Outros, de sorte muito diferente, tiveram alto lucro com o apoio aos militares.

Talvez muitos possam imaginar que o ato de censurar e controlar a imprensa, bem como a produção cultural, é exclusiva de períodos ditatoriais ou autoritários, inexistindo em momentos democráticos, onde as liberdades estão garantidas por uma Constituição. Porém, tal afirmativa não condiz com a história republicana brasileira. Se em momentos autoritários ou de exceção esse controle à imprensa e às diversões públicas torna-se muito mais severo, ele manteve-se em momentos democráticos. De forma que “(...) a censura não pode ser considerada uma excêntrica exclusividade dos governos autoritários, pois não são somente esses que se utilizam desse instrumento de poder. Também, não pode ser analisada como passageiro e vinculado a um determinado projeto político.”<sup>78</sup> Stephanou afirma que no Brasil a censura oficial, aquela que é aplicada aos cidadãos através do Estado, divide-se em quatro momentos mais marcantes. O primeiro, seria o período monarquista, iniciado com a chegada da família real em 1808 e o início do reinado de D. Pedro II, em 1840. Nesse período o objetivo principal seria combater as conjurações e conspirações de caráter republicano. Já em um segundo momento, compreendido no que se chama de Primeira República (1889-1930), o objetivo principal seria evitar um contragolpe monárquico, revoltas regionais e movimentos comunistas. Com o advento do Estado Novo em 1937, teria início um terceiro período, no qual o objetivo seria combater as doutrinas “exóticas”, como o comunismo, socialismo e o anarquismo. Tal estado de exceção ou de rigor censório teve fim em 1945, com a saída de Getúlio Vargas e com o retorno ao modelo democrático, promulgado na Constituição de 1946. O quarto, e último, momento de censura, para o autor estaria compreendido entre os anos de 1964 até 1978, onde o objetivo principal seria ocultar as arbitrariedades e garantir a continuidade do regime vigente.<sup>79</sup> Porém, não discordando dos dois primeiros momentos levantados, 1808-1840 e 1889-1930, optou-se por considerar como decisivo e como influência para a posterior censura dos militares, o período de Estado Novo (1937-1945), além de considerar um decreto de 1946, de número 20.493/46 o qual serviu de base para a atuação dos censores já no regime militar. Todavia, esta periodização demonstra como a censura esteve presente já nos primeiros momentos de nossa história, ainda como colônia de

---

<sup>78</sup> STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 20. Segundo o autor, “a censura a obras literárias, longe de configurar-se basicamente como excesso ou desvio, aparece historicamente como norma”. citando SILVA, Dionísio da. *Nos bastidores da censura – sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989. p. 21-22.

<sup>79</sup> STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Op. Cit.* 2001. p. 20-21.

Portugal, estendendo-se até momentos mais contemporâneos.<sup>80</sup> Se é verdade, como afirma Stephanou, que a censura foi mais marcante e atuante entre os anos de 1964 até 1978, também é verdade que ela foi além desse período, permanecendo até a Constituição de 1988.<sup>81</sup>

Se o fim do Estado-Novo representou o fim do arbítrio do estado frente às liberdades individuais, marcou também algumas permanências com o antigo sistema de regulamentação das diversões públicas, bem como de um controle à imprensa. Já no início de 1946, no dia 24 de janeiro, é publicado o Decreto 20.493, o qual serviu de base para o exercício da censura até a Constituição de 1988, quando da revogação do decreto. Tal decreto passou a regular o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), bem como administrar as questões de moralidade e dos bons costumes.<sup>82</sup> Este decreto em seu artigo 4º afirma que:

Ao Serviço de Censura de Diversões Públicas compete censurar previamente e autorizar:

- I - as projeções cinematográficas;
- II - as representações de peças teatrais;
- III - as representações de variedade de qualquer espécie;
- IV - as execuções de pantomimas e bailados;
- V - as execuções de peças declamatórias;
- VI - as execuções de discos cantados e falados, em qualquer casa de diversão pública, ou em local freqüentado pelo público, gratuitamente ou mediante pagamento;
- VII - as exibições de espécimes teratológicos;
- VIII - as apresentações de préstimos, grupos, cordões, ranchos, etc. e *estandart* e carnavalescos;
- XIX - as propagandas e anúncios de qualquer natureza quando feitos em carros alegóricos ou de feição carnavalesca, ou, ainda, quando realizados por propagandistas em trajes característicos ou fora do comum;
- X - a publicação de anúncios na imprensa ou em programas e a exibição de cartazes e fotografias, quando se referirem tais anúncios, cartazes e fotografias aos assuntos consignados nos números anteriores dêste artigo;
- XI - as peças teatrais, novelas e congêneres emitidas por meio de rádio;
- XII - as exibições de televisão.<sup>83</sup>

<sup>80</sup> Para um levantamento da censura exercida no Brasil, desde o período colonial, estendendo-se até o regime militar de 1964, conferir o trabalho de CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002.

<sup>81</sup> Para Beatriz KUSHNIR, a censura permaneceu mesmo após o fim do regime militar em 1985. Não mais sobre a imprensa, mas ainda sobre as diversões públicas. “Pode-se afirmar que a legislação autoritária existiu porque uma parcela conservadora da sociedade clamava por essas ações repressivas e/ ou preferia fechar os olhos para sua existência. Igualmente se podem encontrar traços de permanências dessa intervenção autoritária do Estado depois do fim formal de decretos e leis desse cunho”. “(...) desde a posse de Sarney, em março de 1985, até o início de 1987, a Nova República continuou utilizando o expediente dos atos censórios. Conforme os dados do DCDP, foram 261 letras de músicas cortadas e 25 terminantemente vetadas.” KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* 2004. p. 140-147.

<sup>82</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* 2004. p. 83.

<sup>83</sup> O Decreto 20.493/46 está disponível em <http://www2.camara.gov.br/legislacao/login.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=329043&seqTexto=1&PalavrasDestaque=20.493>. Acessado em 21 de junho de 2008.

A execução dessa tarefa cabia a um censor, função esta criada dentro dos quadros da União em 1924. Neste sentido, confundem-se intelectuais exercendo um cargo de censor federal para as diversões urbanas. O próprio Vinícius de Moraes, acabou por exercer a função de censor de cinema durante o Estado Novo. Para tanto, em determinados momentos era necessária uma formação específica, normalmente de nível superior, na área de humanidades.<sup>84</sup>

O início de um estado pretensamente democrático, marcou por certo a continuação de uma censura às diversões públicas e um controle por parte do Estado, demonstrando sua vontade de conter tudo aquilo que pudesse desrespeitar ou violar a ordem, a moral e os bons costumes.<sup>85</sup> Essa nova fase da vida política brasileira, por mais que tentasse demonstrar a vivência de um pleno estado democrático, ainda buscava eliminar assuntos contrários aos “interesses nacionais”, não extinguindo velhos traços e hábitos, como o ato de censurar. Assim,

(...) por mais que o Decreto nº 20.493, de 1946, almejasse inaugurar uma nova fase, resquícios da anterior, como a censura prévia, ainda permaneciam lá. Difícil, portanto, seria mudar as diretrizes censórias ou mesmo extingui-las pela via formal, já que possuíam raízes profundas na nossa cultura.<sup>86</sup>

Buscando tornar ainda mais eficiente o exercício da censura, em maio de 1948, é publicado o Decreto nº 24.911. Segundo esse decreto:

Art. 134. O ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores poderá autorizar a assistência aos trabalhos de censura prévia, em caráter permanente ou ocasional, e representantes de entidades especializadas, e de fins educativos ou morais, interessadas na elevação do nível dos espetáculos públicos, sem ônus para o Tesouro, e sem que isso importe em qualquer intervenção nos trabalhos da censura.<sup>87</sup>

Ao analisar este decreto, é possível perceber como a censura exercida no pós-64 valeu-se de uma legislação antiga, a qual serviu para a execução do ato censório, constituindo-se em umas das várias armas jurídicas utilizadas pelos militares em sua busca de silenciar o discurso da oposição.

---

<sup>84</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* 2004. p. 89. Em telegrama de 21/11/1936 citado por Beatriz Kushnir, Alceu Amoroso Lima agradece ao ministro da Educação e Saúde a nomeação de Vinicius de Moraes como censor. p. 89, nota 35.

<sup>85</sup> No dia 7 de maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral, por decisão de três votos contra dois, declara a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

<sup>86</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* p. 100.

<sup>87</sup> Decreto disponível em KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* p. 102.



## 2.1. As relações entre imprensa e poder.

Por outro lado, as relações entre imprensa e o poder nesse período, compreendido entre os anos de 1945 até 1964, não foram somente de arbítrio por parte do governo, com a criação de um código de leis para a regulamentação do exercício jornalístico. Pelo contrário, também caracterizou-se pela troca de favores e por uma rede de influências. Não podemos imaginar o campo político apenas como de opostos, tendo a imprensa de um lado e o governo de outro. Nem sempre esses dois agentes políticos tornam-se antagonistas, como, por exemplo, a imprensa buscando sempre cobrir a verdade, realizando o papel que teoricamente lhe caberia, e, de outro, o governo perseguindo jornais e jornalistas, ou perseguindo diversas atividades culturais. Deve-se lembrar que a imprensa, aqui entendida como a imprensa escrita, o rádio e a televisão, em muitos casos, pode exercer um papel de colaborador do próprio Estado, atuando muitas vezes quase que como um Diário Oficial.<sup>88</sup> Essa troca de favores estava baseada na concessão de empréstimos e na publicação de matérias de interesse do governo.

Ao retornar ao poder em 1951, Getúlio Vargas não contava com grande apoio da imprensa em geral, o que talvez tenha motivado sua ajuda a Samuel Wainer na criação do jornal *Última Hora* e suas sucursais por todo o Brasil. A ajuda foi a concessão de um empréstimo do Banco do Brasil ao jornalista. Mesmo com o pagamento do empréstimo, essa ajuda acabou por abalar o governo de Vargas e levou a oposição a levantar a questão a fundo, criando uma comissão de inquérito no Congresso, que passou a investigar os negócios de Wainer com o Banco do Brasil.<sup>89</sup> Por outro lado, em suas memórias lembrou o próprio Wainer que “entrava na sala do presidente do Banco do Brasil sem ter pedido audiência e sem bater na porta. Ele sempre achava que, se fizesse cara feia, seria atacado no dia seguinte pela Última Hora e perderia o cargo. E quem entrava sem se fazer anunciar no gabinete do Banco do Brasil, naturalmente, não tinha ido lá para conversar amenidades; sempre saía com os bolsos cheios de dinheiro.”<sup>90</sup>

<sup>88</sup> Entendemos que a imprensa escrita e o rádio ocuparam lugar central até a década de setenta, no que diz respeito a sua utilização pelo governo como meio para divulgação de uma propaganda estatal. Rádios e jornais eram beneficiados ao defender o governo. A recepção desses dois meios de comunicação era ainda nesse período muito maior do que a televisão, que no final dos anos setenta e início de oitenta consolidou sua posição de liderança como meio de informação da grande maioria da população brasileira.

<sup>89</sup> SMITH, Anne-Marie. *Op. Cit.* 2002. p. 28.

<sup>90</sup> WAINER, Samuel. Apud: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 50*. Estudos de Jornalismo I. Campo

Apesar das críticas da oposição à Vargas, torna-se salutar lembrar que os empréstimos não foram concedidos apenas à empresa de Wainer, nem tampouco tenha sido ele a receber os maiores valores. Pelo contrário, diversos jornais receberam grandes somas em dinheiro e garantiram sua sobrevivência graças ao apoio do Estado.

As empresas de Roberto Marinho foram beneficiadas durante os primeiros anos da década de cinquenta, obtendo suntuosos empréstimos do governo, alcançando o valor de um milhão de dólares. As condições foram extremamente vantajosas para as empresas de Marinho, que deu como garantia sua velha rotativa Goss, sendo a mesma hipotecada cinco vezes simultaneamente. Todavia, esses empréstimos não garantiram o apoio de toda imprensa à Vargas, que acabou por sofrer inúmeras críticas através dos meios de comunicação comandados por Assis Chateaubriand e Roberto Marinho, que mesmo não se opondo diretamente à Vargas, colocaram a Tv Tupi e a Rádio Globo a disposição de Carlos Lacerda, para que pronunciasse seus inflamados discursos contra o presidente e Samuel Wainer.<sup>91</sup> O destino de Vargas já nos é demasiado conhecido, mas mostra o quanto foram atribuladas e tenazes as relações entre imprensa e o poder estabelecido, que acabou por ser interrompido com o suicídio do presidente, após inúmeras críticas de Lacerda.

Por outro lado, políticos de renome possuíam ligações com a imprensa não pelo fato de concederem empréstimos através de bancos estatais, mas por serem donos ou acionistas de grandes jornais. No estado do Paraná, o jornal *O Estado do Paraná*, foi criado em 1951 para dar sustentação política ao então governador do estado, Munhoz da Rocha. De outro lado, Moisés Lupion era acionista do jornal *O Dia* e da *Gazeta do Povo*, tendo cinquenta por cento das ações. Lupion e Munhoz da Rocha, foram políticos de prestígio no estado, alcançando notoriedade nacional. Lupion governou o estado entre 1947 e 1950, pelo Partido Social Democrata (PSD), sendo reeleito entre 1955 e 1960, e Bento Munhoz da Rocha entre 1951 e 1955.<sup>92</sup> O jornalista Freitas Neto, que foi convidado para participar da criação de *O Estado do Paraná*, observa que os próprios jornalistas estavam, de certa forma, ligados aos interesses e compromissos políticos dos respectivos jornais. Afirma, que “a Gazeta, por exemplo: quase todos os profissionais eram do Partido

---

Grande: 2001, v. 1. p. 42-55.

<sup>91</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. Cit.* 2001. p. 47-55.

<sup>92</sup> SILVA, Emerson de Castro Firmo. *Uma tribo e suas trilhas num sindicato: concepção sindical de jornalistas no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná*. Dissertação de Mestrado apresentada à UFPR. 2002. p. 37.

Social Democrata. O Pinheiro Júnior, que foi deputado, era o redator-chefe.”<sup>93</sup>

Esta relação entre imprensa e poder pode transformar-se, por certo, em um jornalismo parcial, que ao invés de noticiar os fatos, acaba por realizar o trabalho de encobrir aquilo que possa prejudicar a imagem de seus proprietários, aqui os próprios governantes. Ou quando esses encontram-se afastados de cargos políticos, a imprensa pode tornar-se uma poderosa arma nas mãos daqueles que buscam atacar seus adversários, visando um possível retorno ou uma escalada ao poder. Não foram poucos os casos na história nacional onde políticos de prestígio possuíam cotas em empresas jornalísticas ou quando eram aqueles que detinham a maioria do capital. Em outros casos, contavam com o apoio dos jornais e dos jornalistas, como foi o caso de *O Estado do Paraná*, criado para apoiar Munhoz da Rocha.

A imprensa como órgão de informação de uma sociedade, acaba por atender a interesses políticos, sendo um meio de manipulação social, com a publicação de matérias, as quais lhe são atribuídas o caráter de verdade legítima e inquestionável. Criticar a imprensa seria o mesmo que criticar a verdade. Um fato qualquer pode, ao sair em um determinado meio de comunicação, adquirir status de veracidade não atingido por outros meios. Inúmeras pessoas acabaram por tomar como verdades, matérias jornalísticas que buscavam antes o ataque a inimigos políticos, do que o interesse em cobrir um fato em sua totalidade. Onde estaria a verdade, quando dois jornais estavam sob a influência de dois políticos rivais?

Para Freitas Neto uma certa profissionalização da empresa jornalística vai ser atingida em meados da década de cinquenta, demonstrando que os proprietários do jornal passaram a aceitar, a partir deste período, um distanciamento entre interesses ideológicos e políticos, com os interesses capitalistas do jornal. Para ele

(...) Nós tínhamos, no começo do Estado do Paraná, um conselho de redação que escolhia o tema do editorial, e a maneira de tratá-lo e tal. E geralmente contra. Era o interesse do grupo contra o dono do jornal. Eu tinha o argumento que geralmente era irrefutável. Eu dizia: 'Olha. Nós somos profissionais e ganhamos a mesma coisa. O interesse é de vocês...vocês são donos do jornal'. Isso funcionava sempre. Então, eu acho que quando o profissional se envolve com os interesses da empresa, o jornal perde muito crédito. E no caso, por exemplo, da Gazeta do Povo também. Na Gazeta do Povo o Pinheiro Júnior também fazia parte da direção da empresa. Então sempre marca muito. Mas é uma filosofia que hoje em dia é difícil de defender. Tem a opinião pública.<sup>94</sup>

Ao acompanhar o depoimento de Freitas Neto sobre a imprensa, tem-se a impressão de que as relações dentro da empresa jornalística tornaram-se realmente sérias

<sup>93</sup> Depoimento de Freitas Neto em SILVA, Emerson de Castro Firmo. *Op. Cit.* p. 37.

<sup>94</sup> Idem. p. 38.

nesse início da década de cinquenta, onde a opinião de um jornalista acaba por prevalecer frente ao seu proprietário, deixando interesses políticos de lado, imperando apenas os interesses capitalistas desta empresa. Porém, não se pode afirmar que tal “profissionalização” foi uma norma na imprensa brasileira. Pelo contrário, a viciosa relação entre proprietários de um jornal, aqui seja ele de grande circulação ou um pequeno jornal interiorano, não responde somente a interesses propriamente capitalistas, mas também a interesses que perpassam pelo campo político, com troca de benefícios, mergulhados em uma poderosa rede de influência. Não se pode ignorar o papel exercido por estas empresas em períodos eleitorais, por exemplo, onde os ânimos e as paixões políticas marcaram inúmeras manchetes dos jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*, bem como de diversos veículos por todo o país. O ano de 1955 foi marcado por diversas tentativas do partido de oposição, a UDN, em refrear a candidatura de Juscelino Kubitschek, com a atuação de Carlos Lacerda, expoente maior dos oposicionistas, o qual

(...) utilizou-se largamente da televisão, do rádio e de seu jornal em seus ataques contra JK. Deles buscou utilizar-se, ainda, quando seu intuito era vetar a posse dos eleitos, sendo, no entanto, interrompido pelo chamado contragolpe de 11 de novembro, que garantiria a posse e instauraria o estado de sítio no país a partir do dia 26 do mesmo mês. Lacerda optou, então, pelo auto-exílio, em Portugal e nos Estados Unidos, do qual retornaria apenas em outubro de 1956.<sup>95</sup>

Se por um lado alguns jornais buscavam uma posição mais neutra neste período, uma grande parcela deste setor participou ativamente do cotidiano político do qual noticiavam, constituindo-se em poderoso agente e personagem de uma história da qual assumiam uma suposta exterioridade.<sup>96</sup>

Carlos Lacerda foi sem dúvida um dos grandes expoentes de uma participação ativa na cena política, utilizando-se da sua *Tribuna da Imprensa* para realizar duras críticas a determinados governantes e tentar, por certo, obter maior destaque político. Contrariando essa visão de empresa jornalística sem interesses, ou afastando-se de disputas políticas, Lacerda usou seu veículo de comunicação segundo seus interesses. Passando por uma fase de modernização que atingiu toda a grande imprensa, recebeu novos investimentos e inovou em questões técnicas e gráficas, mas não abandonando seu caráter opinativo, colocando-se dessa forma contra a tendência de outros jornais.<sup>97</sup> O

<sup>95</sup> BIROLI, Flávia. *Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960)*. In: Revista Brasileira de História, vol. 24, nº 47. 2004. pp. 219-220.

<sup>96</sup> Idem. p. 218.

<sup>97</sup> DELGADO, Marcio de Paiva. *O “golpismo democrático”: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. Dissertação de Mestrado apresentada à UFJF. 2006. p. 19.

jornalista Alberto Dines, que iniciou sua carreira na *Tribuna*, afirma que Lacerda fazia “um excelente jornalismo, muito panfletário, politizado, reacionário, mas de grande padrão, de alto nível.”<sup>98</sup>

Ao apontar a *Tribuna* como uma exceção deste período, marcado como de transformação dos antigos jornais panfletários em empresas jornalistas, que passaram por um intenso processo de modernização, tanto na parte técnica e gráfica, quanto nas relações entre jornalistas e patrões, e dos últimos com a política, como citado anteriormente, esquece-se do papel exercido pela grande imprensa em períodos de crise em nosso país, presentes em nossa história após o fim do Estado-Novo, como a sucessão presidencial em 1955-56, e no golpe em 1964.

Em 1955 com as eleições presidenciais e com a candidatura de Juscelino Kubitschek, os embates no campo político tomaram grandes proporções, levando a uma intervenção militar em 11 de novembro deste mesmo ano. A candidatura de Kubitschek representava, na visão dos partidos conservadores, um retorno ao modelo varguista, tido, para esse setor, como sinal de atraso e decadência na política. A vitória de Kubitschek, mas não por maioria absoluta, levou a oposição a tentar impedir a posse do presidente eleito. A imprensa participou ativamente desse período, seja para defender e apoiar a posse de Kubitschek, seja para tentar impedir sua posse. Ao analisar os jornais *O Estado de São Paulo* e o *Correio da Manhã*, nesse momento de crise, Flavia Biroli afirma que estes dois veículos foram importantes, pois acabaram por ter “sustentado posições diversas durante a crise de 1955, mas também do fato de considerarmos que foram, naquele momento, interlocutores importantes, agentes que mediarão (e matizaram, de acordo com seus interesses e percepções) as perspectivas em confronto.”<sup>99</sup> Esses jornais, optaram por diferentes caminhos, tendo o *Correio da Manhã* apoiado a candidatura de Kubitschek, bem como sua posse, e *O Estado de São Paulo*, contra Juscelino, dando voz a uma forma de pensamento muito próxima à União Democrática Nacional (UDN), representante dos setores mais conservadores da sociedade, inclusive o próprio Lacerda. Em 1955 *OESP* afirma que “(...) jornal de oposição, isto é, jornal que não se enfeuda nem se enfeudou nunca a grupos, partidos, ou governos – a independência de que legitimamente nos orgulhamos dá-nos força moral para aconselhar a quem nos lê a que

<sup>98</sup> DINES, Alberto. Apud: DELGADO, Marcio de Paiva. *Op. Cit.* 2006. pp.19-20.

<sup>99</sup> BIROLI, Flavia. *Jornalismo, Democracia e Golpe*. Rev. Sociologia Política, Curitiba, 22, jun. 2004. p. 90.

perfilhe como sua a causa de moralização, ordem e de respeito encabeçada pela UDN.”<sup>100</sup>

Durante o Estado de Sítio que durou cerca de um mês e meio, decretado após o contragolpe do Marechal Henrique Lott, os jornais acabaram sendo os mais atingidos pela censura. O então vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, que ocupava a presidência, após o impedimento de Carlos Luz, reuniu-se em 28 de novembro com setores da imprensa para a fixação das normas da censura a serem seguidas pelos jornais. Não tratava-se de uma censura exercida pelo Estado, mas uma censura exercida pelos próprios jornais, devendo estes colaborar com o governo. Porém, alguns dias após essa reunião, esses jornais da grande imprensa passaram por um processo de censura prévia. Cada página fechada do jornal deveria ser enviada ao gabinete do executor do Estado de Sítio, coronel Orlando Geisel, no Ministério da Guerra para aprovação. A desobediência a essa regra levou a apreensão do jornal *Correio da Manhã*, aliado de Kubistschek. Em 29 de dezembro foi instituída a presença de um censor em cada redação.

Este breve recuo, procurou demonstrar a existência de uma tradição, em nossa sociedade pré-1964, de uma vontade de silenciar e controlar a imprensa. Não se afirma aqui que tal existência ou permanência tenha se realizado da mesma forma com o governo militar, nem tampouco que os militares buscaram dar continuidade a um projeto já em curso. Pelo contrário, os militares inauguraram uma nova forma de controle sobre a sociedade brasileira, da qual a imprensa faz parte, não podendo ser pensada em separado. O que pretendeu-se até aqui, foi demonstrar a presença de um ato de controle por parte do Estado sobre os meios de comunicação.

A sociedade brasileira, inserida dentro de um “campo político”, no qual atores sociais, por vezes antagônicos, acabam entrando em conflito, foi marcada pelo embate entre diferentes formas de perceber a realidade, bem como diferentes projetos para a sociedade. Estes projetos encontraram na imprensa um meio para difundir e propagar suas idéias. Idéias que são apresentadas como a verdade.

Entendendo essa produção de um discurso no meio social, marcada pelo embate entre setores antagônicos, podemos afirmar que essa disputa ideológica está inserida em um campo que seria o ponto de convergência entre esses agentes rivais, pois

A produção dos bens simbólicos visa, em primeiro lugar, a audiência, a escuta; trata-se de ser ouvido, de estabelecer com o público uma relação pontual, confirmando ou ampliando uma comunicação anterior. Ao mesmo tempo, e sem que tais finalidades sejam decomponíveis, trata-se, para o locutor, de confirmar sua existência, de dar de si uma imagem favorável e do rival uma

---

<sup>100</sup> Coluna *Nosso Conselho*. Apud: BIROLI, Flávia. *Op. Cit.* 2004. p.95.

imagem negativa, de conquistar apoio.<sup>101</sup>

Os militares, bem como os civis que também participaram do governo, ao assumirem o poder através de um golpe de Estado, buscaram silenciar a imprensa de oposição, colocando limitações também a antigos colaboradores. Todavia, este regime de controle à imprensa não foi exclusividade dos grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, bem como medidas repressivas contra aqueles tidos como subversivos pelo governo, que acabaram sofrendo sérios castigos físicos e psicológico em diversas partes do país.

## **2.2. A chegada ao poder e a censura: a vontade de silenciar torna-se real.**

Como apresentado no primeiro capítulo, os anos iniciais da década de sessenta foram de extrema efervescência no campo político, com o embate entre setores antagônicos, que teve seu desfecho em março de 1964 com o golpe de Estado e a chegada dos militares ao poder, representando os setores mais conservadores da sociedade. Esses setores, motivados por um sentimento anticomunista, procuravam livrar a sociedade dos males representado por João Goulart e tudo aquilo que sua política poderia trazer.

A acensão dos militares marcou o início de um estado autoritário, caracterizado pela violência e arbítrio, que transformou a repressão e a tortura em prática cotidiana durante mais de vinte anos. Pode-se afirmar que essas medidas repressivas visavam negar o espaço de atuação da oposição, que deveria ser eliminada da cena política no entender dos militares. Para se manter a ordem no país, basearam-se em uma Lei de Segurança Nacional. A eliminação desse espaço consiste para o discurso dominante, na dificuldade em aceitar a legitimidade da oposição. Tal dificuldade, por certo, está ligada a visão dos setores conservadores sobre a oposição, que no seu entender estava ligada aos males advindos do comunismo e do socialismo. Forget afirma que “os projetos formulados positivamente como a busca de um ideal na defesa da nação escodem um ângulo 'negativo' que é mais preciso e visa a eliminação de toda forma de oposição ao regime; é assim que a pretendida luta contra a subversão constantemente se assemelha a uma batalha anticomunista.”<sup>102</sup> Assim, os atos militares podem ser pensados como uma

<sup>101</sup> ANSART, Pierre. *Op. Cit.* 1978. p. 80.

<sup>102</sup> FORGET, Danielle. *Conquistas e resistências do poder: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Lucimar de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 63.

representação da eterna luta do bem contra o mal, onde o mal estava estigmatizado nos comunistas, devendo serem combatidos pelos militares, representantes das justas causas e dos melhores valores de nossa sociedade.

Em 9 de abril é decretado o Ato Institucional, sendo conhecido posteriormente como AI-1, devido a existência de atos posteriores. Este ato conferia poderes excepcionais ao presidente da República para cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos até 15 de junho de 1964. Essas medidas excepcionais foram garantidas ao Marechal Castelo Branco, empossado presidente em 15 de abril, através de eleição indireta realizada pelo Congresso Nacional. A idéia de que Castelo possa ser identificado com uma linha moderada, presente em uma corrente de analistas do período, não condiz com a realidade de seu governo, onde inúmeras medidas repressivas foram decretadas, além da cassação de vários políticos, que acabaram perdendo seus mandatos e seus direitos políticos. Este primeiro governo militar acabou por criar as pré-condições para o que viria depois, com o recrudescimento do regime. Castelo Branco decretou o Ato Institucional nº 2 em 27 de outubro de 1965, que instituiu o bipartidarismo, reformulou a Lei de Segurança Nacional, criando a noção de guerra interna e justificou os atos de violência, fechou o Congresso e decretou também a Lei de Imprensa, a qual foi uma grande limitação à liberdade de expressão. Castelo deveria permanecer na presidência até janeiro de 1966, quando completariam os cinco anos do mandato de Jânio Quadros e o poder voltaria as mãos dos civis. Porém, ao conquistar o poder, os militares entenderam que sua transferência aos civis representaria ainda grandes riscos à segurança do país, que deveria ainda continuar sob o comando militar.

Essa mudança ocorreu ainda em 1964, quando em 22 de julho é prorrogado o mandato de Castelo até 15 de março de 1967, com a realização das eleições marcadas para 1966. Porém, as eleições para governador de onze estados, acabou por selar a mudança dos rumos da “Revolução” e a permanência dos militares no poder. A vitória da oposição em Minas Gerais e na Guanabara, que com uma aliança formada pelo PSD e PTB, tendo o candidato Francisco Negrão de Lima na Guanabara, e com Israel Pinheiro em Minas Gerais, tornou-se vitoriosa, levando a instituição do bipartidarismo no país. Setores militares mais radicais solicitaram ao então presidente Castelo Branco o não acatamento da vitória da oposição nesses estados, medida esta rejeitada pelo presidente. Dessa forma, os setores mais conservadores e ligados a UDN, passaram a fazer parte da



Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e os políticos mais ligados a oposição ao regime, pertencentes aos quadros do PSD e do PTB, passaram então para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido de oposição consentido pelo governo. A idéia da manutenção de um partido de oposição foi a tentativa de manter uma fachada democrática para o governo, o qual ainda realizava eleições, além de manter aberto o Congresso Nacional. Tal tentativa, por certo, constituiu-se em um mascaramento da realidade, pois esse partido de oposição, sem muitos dos quadros cassados e banidos da vida política, pouca força teve nesses anos iniciais do regime militar, prevalecendo a vontade do governo, com o apoio do partido de sustentação do regime, a ARENA. Nos quadros da ARENA encontravam-se políticos da base aliada dos militares, o que não impediu que alguns de seus membros rompessem com esse apoio, com a cassação de alguns de seus filiados, como o próprio Carlos Lacerda, que descontente com os rumos do governo, lançou-se na criação, junto com Juscelino Kubitschek e João Goulart, da Frente Ampla, movimento que visava um retorno ao modelo democrático.

Uma possível moderação do governo de Castelo Branco, não pôde ser percebida nas medidas reguladoras da liberdade de expressão. Mesmo que seu governo seja apresentado como moderado, os atos repressivos foram também marca de seu mandato. Em março de 1967, o presidente Castelo Branco sanciona o Decreto-Lei nº 314, conhecida como a Lei de Segurança Nacional. Tal decreto acabou por instituir a noção de “guerra psicológica”, apontando para a necessidade de se combater o inimigo interno. Esta lei acabou também por legitimar inúmeros atos repressivos, tornando a perseguição aos inimigos políticos em algo legal. É possível perceber a noção de guerra psicológica em seu artigo 3º:

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa a conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da

Esta noção de guerra psicológica foi muito cara para os militares, pois afirmavam a necessidade de se combater este inimigo interno, que estaria tentando subverter a nação. A Lei de Segurança Nacional enquadrava inúmeras pessoas, que de certa forma, a desrespeitaram no entender militar, devendo por isso sofrer as sanções legais. Essas pessoas foram acusadas de praticar atos subversivos e contribuir para o avanço do comunismo no país. A idéia de “paranóia” dentro do governo fica clara quando todos passam a ser possíveis inimigos da nação, devendo por isso, serem vigiados e reprimidos quando necessário. No pensamento militar essa necessidade justificava os atos arbitrários contra milhares de pessoas. A imprensa também sofreu com essa “paranóia” militar, com inúmeros jornalistas acusados de contribuírem ou mesmo serem representantes do comunismo, ou de participarem de uma possível tentativa de guerra revolucionária para tentar destituir a “Revolução de Março”. Alguns realmente participaram desta tentativa, ou possuíam ligações com partidos de esquerda, principalmente os da chamada imprensa alternativa, sendo a própria redação do jornal, ponto de encontro de militantes perseguidos pelo regime. Alguns destes jornais tornaram-se por vezes porta-vozes dos interesses destas organizações de esquerda, então na clandestinidade.<sup>104</sup> Esta ligação da imprensa alternativa com partidos ou organizações de esquerda, contribuiu para uma maior vigilância dos aparelhos de segurança sobre eles e sob seus proprietários, por vezes perseguidos pelo regime. Deve-se ressaltar que alguns desses integrantes também escreviam na grande imprensa, porém sem conseguirem espaço para a publicação de seus ideais, acabaram encontrando nesses veículos alternativos um espaço para dar vazão às suas motivações ideológicas.

Em 9 de fevereiro de 1967, ainda com Castelo Branco na presidência, é publicada

<sup>103</sup> Lei de Segurança Nacional disponível em <http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=366980&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>. Acessado em 04 de julho de 2008.

<sup>104</sup> Para Bernardo Kucinski “havia basicamente, duas grandes classes de jornais alternativos. Alguns predominantemente políticos, tinham raízes nos ideais de valorização do *nacional* e do *popular* dos anos 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos de 1960. Em geral pedagógicos e dogmáticos, os jornais alternativos políticos foram, no entanto, os únicos em toda a imprensa brasileira a perceberem os perigos do endividamento externo, ainda em 1973, e o agravamento das iniquidades sociais. (...) Tanto a linguagem dogmática da maioria dos jornais políticos formulada de modo canônico, como sua postura pudica, refletiam o marxismo de cunho religioso e os preceitos morais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), predominante durante a maior parte do ciclo alternativo. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 14.

a Lei de Imprensa que regulava a liberdade de manifestação de pensamento e de informação, bem como as normas para o funcionamento dos meios de comunicação. A Lei nº 5.250 afirmava que:

Art. 1º É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.

§ 1º Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitos à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram, como também em relação aos executores daquela medida.

Art. 2º É livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos (art. 11) ou quando atentem contra a moral e os bons costumes.

(...)

Art. 7º No exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação não é permitido o anonimato. Será, no entanto, assegurado e respeitado o sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, radiorepórteres ou comentaristas.

§ 1º Todo jornal ou periódico é obrigado a estampar, no seu cabeçalho, o nome do diretor ou redator-chefe, que deve estar no gozo dos seus direitos civis e políticos, bem como indicar a sede da administração e do estabelecimento gráfico onde é impresso, sob pena de multa diária de, no máximo, um salário-mínimo da região, nos termos do art. 10.

§ 2º Ficarà sujeito à apreensão pela autoridade policial todo impresso que, por qualquer meio, circular ou for exibido em público sem estampar o nome do autor e editor, bem como a indicação da oficina onde foi impresso, sede da mesma e data da impressão.

(...)

§ 4º O diretor ou principal responsável do jornal, revista, rádio e televisão manterá em livro próprio, que abrirá e rubricará em todas as folhas, para exhibir em juízo, quando para isso fôr intimado, o registro dos pseudônimos, seguidos da assinatura dos seus utilizantes, cujos trabalhos sejam ali divulgados.<sup>105</sup>

Mesmo que afirmasse a existência da livre manifestação do pensamento, do recebimento e a difusão de informações ou idéias logo no primeiro artigo da lei, o seu segundo parágrafo aponta para uma possível intervenção sobre a imprensa ao afirmar uma censura prévia em caso de estado de sítio. Esse embaraço de números entre decretos, atos e leis, demonstra a busca do governo em tentar dar um aparato de legalidade ao regime, ainda em sua fase inicial, com constantes mudanças na lei, que tornassem possível um

---

<sup>105</sup> Disponível em <http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?IdeNorma=359026&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>. Acessado em 04 de julho de 2008.

maior controle sobre supostos inimigos do Estado.

A idéia de um tripé legislativo elaborado pelo jornalista Pompeu de Souza, que foi o primeiro presidente do Conselho Superior de Censura (CSC), aponta para “um amontoado de leis, decretos, portarias e instruções caóticas, caducas e contraditórias, que vão do decreto nº 20.493, de 1946, ao decreto-lei nº 1.077, de 1970, ambos de caráter proibitivo, passando pela jamais aplicada Lei Gama e Silva (Lei nº 5.536, de 1968), liberal e progressista.”<sup>106</sup> Neste arcabouço jurídico, confundem-se medidas contra a obscenidade, a pornografia, a proteção às famílias, bem como medidas contra inimigos políticos. A busca pela legalização da imposição e preservação de moralidades e costumes, foi uma das marcas principais do regime. Permeados pela Doutrina de Segurança Nacional, os militares pós-64 buscaram a criação e a manutenção da idéia de um “Brasil Grande”, auxiliados pela censura que contribuiu como deseducadora da nação, mostrando apenas aspectos de interesse do governo.<sup>107</sup>

A segunda ponta deste tripé proposta por Pompeu de Souza seria a lei 5.536 de 1968, já no governo de Costa e Silva. Esta lei marcaria a criação de um Conselho Superior de Censura, o qual seria uma instância de recursos para vetos e proibições dos censores, sendo composto por oito integrantes ligados ao governo e oito ligados a entidades à sociedade civil, o qual tinha por objetivo rever em grau de recurso as decisões da censura. Porém este conselho foi regularizado apenas em 1979, mais de dez anos após sua aprovação. A idéia de um conselho com atribuições de caráter liberal infelizmente não se desenhou. Porém, mesmo com um suposto aspecto liberal, em seu artigo nota-se um interessante ponto:

**Art 3º.** Para efeito de censura classificatória de idade, ou de aprovação, total ou parcial, de obras cinematográficas de qualquer natureza levar-se-á em conta não serem elas contrárias à segurança nacional e ao regime representativo e democrático, à ordem e ao decoro públicos, aos bons costumes, ou ofensivas às coletividades ou as religiões ou, ainda, capazes de incentivar preconceitos de raça ou de lutas de classes.<sup>108</sup>

A lei 5.536 de 1968, mesmo que não apontando para uma censura específica da imprensa, mas antes para um caráter classificatório de idade, demonstra uma preocupação com atos que atentassem contra à ordem e aos bons costumes e com conteúdo que fosse

<sup>106</sup> Pompeu de Souza em texto publicado no *Jornal do Brasil* de 29/07/1985. Apud: KUSHNIR, Beatriz, *Op. Cit.* 2004. p. 81. Este tripé foi para Pompeu a base jurídica para o exercício da censura durante o período militar.

<sup>107</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* 2004. p. 81.

<sup>108</sup> Disponível em <http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=357799&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>. Acessado em 04 de julho de 2008.

contra a segurança nacional, coloca uma brecha para a atuação da censura no pós-1968.

Ainda em 1968 foi promulgado o Ato Institucional nº 5, que conferiu poderes excepcionais ao poder executivo, que passava a não depender mais da aprovação do Congresso. Depois do discurso do deputado Márcio Moreira Alves, criticando as Forças Armadas e a sua brutalidade, o governo pediu sua cassação para que pudesse processá-lo, devido sua imunidade parlamentar. Diante da recusa do Congresso em cassá-lo, o presidente Costa e Silva decretou o AI-5, fechando o parlamento por tempo indeterminado, adquirindo amplos poderes discricionários, trazendo de forma brutal, o terror da ditadura. Segundo alguns analistas foi um golpe dentro do golpe. Este decreto afetou duramente qualquer forma de oposição e questionamento ao regime, e a partir de então a classe política passou a sofrer de forma mais intensa a violência dos aparelhos repressivos. A partir do AI-5 “intensifica-se a repressão, e o inimigo não é mais o terrorista, o comunista, visado pela contra-insurgência, mas, em vez disso, toda forma de oposição ao regime.”<sup>109</sup> Além de suspender garantias constitucionais, como a estabilidade, vitaliciedade do senado, imovibilidade, o *habeas corpus*, instituiu a cassação dos direitos políticos de quaisquer cidadão pelo prazo de 10 anos. A amplitude da liberdade de ação conferida ao poder executivo, encontra-se nas considerações do ato ao afirmar que “se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária.”<sup>110</sup> Imbuídos da responsabilidade de “não permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro” os militares tornaram o decreto extremamente amplo, pois tudo aquilo que o governo julgasse como subversivo enquadrava-se neste ato, sendo necessária a devida aplicação das penas. O AI-5 autorizava o governo a legislar quando da decretação do recesso parlamentar, o que tornava possível a criação de leis única e exclusivamente por vontade do governo. Tudo aquilo que fosse contra os interesses da “Revolução” seria passível de punição, pois não estaria apenas contra os interesses do governo, mas também da nação, no entender desses militares.

Por outro lado, não se pode afirmar que a decretação do AI-5 foi apenas uma

<sup>109</sup> FORGET, Danielle. *Op. Cit.* 1994. p. 65.

<sup>110</sup> O Ato Institucional nº 5 encontra-se disponível em FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004. p. 383.

resposta contra a negativa do Congresso em acatar o pedido de cassação imposto a Moreira Alves, nem tampouco uma resposta à “luta armada”. Desde o início do regime militar havia setores dentro do governo, interessados na constituição de um aparato global de controle da sociedade, assim como já havia antes do golpe, a opção pela luta armada dentro de determinados setores das esquerdas. Este projeto de repressão e controle “supunha não apenas a espionagem e a polícia política, mas também a censura, a propaganda política e o julgamento sumário de pretensos corruptos.”<sup>111</sup> O AI-5 seria antes, o desejo de setores mais radicais dos militares em exercer um controle maior sobre a sociedade, do que uma simples resposta a uma conjuntura específica. Todavia, essa conjuntura justificava a criação de mecanismos de maior controle e repressão sobre a sociedade, desejo esse exposto já nos momentos iniciais do regime em 64, porém negado por Castelo Branco. O AI-5 marcou profundamente a sociedade política brasileira, pois possibilitou um recrudescimento do regime, que aumentou significativamente as atividades repressivas e representa a forma como o governo vai atuar a partir de então.

No que se refere a questão da imprensa, este ato também acabou por impor sérias limitações a liberdade de expressão, justificando medidas censórias contra inúmeros jornais, que passaram a conviver com a presença de censores nas redações logo após a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, além dos manuais encaminhados às redações com as normas a serem seguidas e os assuntos proibidos, sendo sua publicação, passível de punição. Porém, certas críticas ao ato e ao momento de exceção em que encontrava-se o país, não foi percebida pelos censores. O *Jornal do Brasil*, que na época tinha Alberto Dines como editor chefe, colocava uma nota comentando o tempo da seguinte forma: “O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38° C, em Brasília; Mín.: 5° C, nas Laranjeiras.” A referência ao local dizia respeito aos dois centros do poder, Brasília e Rio de Janeiro, e a referência ao número 38, dizia respeito ao Ato Complementar nº 38, que criou a Comissão Geral de Investigação e foi publicado no mesmo dia 13 de dezembro, juntamente com o Ato Institucional nº 5, outra referência no comentário sobre o tempo.<sup>112</sup>

Se houve censura antes do AI-5, como a prisão do jornalista Hélio Fernandes, proprietário da *Tribuna da Imprensa*, por ter publicado uma crítica ao presidente Castelo

<sup>111</sup> FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004. p. 82.

<sup>112</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999. p. 207.

Branco logo após sua morte, a censura no regime militar passa a ser exercida de forma mais intensa e sistemática após o 13 de dezembro de 1968, marco divisório para o controle à imprensa no país. Após esse ato a “censura à imprensa escrita viveu períodos de maior ou menor intensidade e variou seu modo de atuação de acordo com o periódico, a extensão de suas denúncias e com a intensidade de sua resistência.”<sup>113</sup> Isso demonstra o caráter multifacetado da censura exercida no Brasil durante o regime militar, mostrando que diversos veículos de informação foram diferentemente afetados pelo controle do governo, com a imposição de censores dentro das redações, e outros, livres dessa imposição passaram a receber “orientações” do que não deveriam publicar, o que ficou conhecido como *autocensura*.

O caráter legal da censura ainda divide muitos pesquisadores, dentre os quais alguns apontam para a criação de decretos que teriam tornado esta ação legal, e outros que, por outro lado, afirmam que ela teria sido ilegal e ilegítima durante todo o estado de exceção. A idéia de legalidade ou não da censura, nos remete também a outros questionamentos sobre o próprio regime, pois este também foi instaurado de forma ilegal, através de um golpe de Estado, passando por cima da própria constituição, além dos inúmeros atos violentos e arbitrários, cometidos a revelia da sociedade, mas com o consentimento do governo. Porém, para o governo tudo era exercido em nome da nação e para a manutenção da ordem e da segurança, não importando que mortes ou a própria censura fossem ou não legais. No entender militar tudo se justificava, pois, “A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil.”<sup>114</sup> Se a censura foi ilegal, o regime instaurado em 1964 não foi diferente.

Voltando à Lei de Imprensa de 1967, citada anteriormente, lê-se no parágrafo segundo do artigo primeiro, que a liberdade de manifestação do pensamento, bem como a procura e o recebimento de informações ou idéias, não se aplicaria em caso da vigência de estado de sítio. Para Beatriz Kushnir, mesmo não tendo sido decretado oficialmente o estado de sítio durante o regime, pois se almejava uma boa imagem do governo, negando a existência de atos arbitrários, o AI-5 para muitos juristas foi uma decretação não oficial de estado de sítio, não constituindo um pleno estado de direito, tornando possível que o parágrafo 2º fosse executado.<sup>115</sup>

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> Em diversos documentos oficiais encontra-se este carimbo. Talvez um paradoxo, pois os processos de censura à jornais terminam com a afirmação do caráter democrático da Revolução.

<sup>115</sup> KUSNHIR, Beatriz. *Op. Cit.* 2004. p. 105.

No dia da decretação do AI-5, foi distribuído um manual aos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro. O manual distribuído no Rio de Janeiro trazia as seguintes normas:

Manual distribuído no Rio de Janeiro

1. Objetivos da censura:

Obter da imprensa falada, escrita e televisiva o total respeito à Revolução de Março de 1964, que é irreversível e visa a consolidação da democracia;  
Evitar a divulgação de notícias tendenciosas, vagas ou falsas, que possam vir a trazer a intranquilidade ao povo em geral.

2. Normas:

- a) Não deverão ser divulgadas notícias que possam:
- propiciar o incitamento à luta de classes;
  - desmoralizar o governo e as instituições;
  - veicular críticas aos atos institucionais;
  - veicular críticas aos atos complementares;
  - comprometer no exterior a imagem ordeira e econômica do Brasil;
  - veicular declarações, opiniões ou citações de cassados ou porta-vozes;
  - tumultuar os setores comerciais, financeiros e de produção;
  - estabelecer a desarmonia entre as forças armadas e entre os poderes da República ou a opinião pública;
  - veicular notícias estudantis de natureza política;
  - veicular atividades subversivas, greves ou movimentos operários.

4. Prescrições diversas:

- a) a infração das normas do n.º 3 implica a aplicação das sanções previstas em lei;
- b) os espaços censurados deverão ser preenchidos de forma a não modificar a estrutura da publicação ou programa;
- c) as presentes instruções entram em vigor no ato do recebimento, revogando-se as disposições em contrário.

Ass: General de Brigada César Montagna de Souza<sup>116</sup>

Estavam proibidas críticas ao governo e aos atos institucionais e complementares, matérias que comprometessem a imagem do Brasil no exterior, bem como tudo aquilo que pudesse provocar a desarmonia da sociedade. O desejo de silenciar a imprensa, impedindo assim que maiores questionamentos ao regime fossem divulgados, teve seu recrudescimento e aprimoramento a partir do AI-5, quando pode-se afirmar que houve uma institucionalização da censura. Na noite de 13 de dezembro de 1968 o jornal *O Estado de São Paulo*, recebe a visita da Polícia Federal que sugere modificações no editorial “Instituições em Frangalhos”. Diante da recusa, a edição do jornal é apreendida, com a alternativa de ser liberado se o editorial fosse modificado, não comentando a

---

<sup>116</sup> Estas notas foram publicadas no jornal *Resistência* em 21/1/1969, e foram cedidas pelo jornalista Elio Gaspari à Beatriz Kushnir, as quais não continham o item 3. Apud: KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* 2004. p. 108, nota de rodapé 63.



derrota do governo no caso Moreira Alves. Júlio de Mesquita, proprietário do jornal, compareceu a uma reunião com o governador Abreu Sodré e o general Silvio Correia de Andrade, delegado regional da Polícia Federal em São Paulo, e afirmou que “competia ao Departamento de Polícia Federal, em São Paulo, o exercício da censura, uma vez que *O Estado* não podia se auto censurar.”<sup>117</sup> Durante dezembro de 1968 até agosto/setembro de 1972 o jornal receberia telefonemas e bilhetinhos com recomendações do que não deveria ser publicado. De 1973 até 1975 o jornal receberia a presença de um censor, o qual realizaria os vetos na própria redação, cortando aquilo que fosse contrário aos interesses do governo.<sup>118</sup>

Dentro deste arcabouço legislativo que se construiu ao longo destes anos iniciais do regime militar, em um embaralhar de números e leis, demonstrando um certo *bacharelismo*, típico da sociedade brasileira, faltava uma legislação que enquadrasse de forma mais clara a imprensa dentro das normas censórias. A elaboração de um decreto em 1970 talvez possa demonstrar uma mudança nesse sentido, tentando abarcar de forma mais precisa a imprensa, justificando e legalizando uma censura prévia. A ambigüidade deste decreto, resume-se naquilo que ele visava coibir, que eram justamente questões que ferissem a moral e os bons costumes. Porém, pode-se afirmar que este conceito de *moral* e *bons costumes* torna-se amplo demais em um período autoritário. Analisar a censura como um ato político, pode nos ajudar a compreender de forma mais clara a intervenção do governo sobre à imprensa. Tudo era objeto de censura, desde livros, filmes, teatro, música, imprensa escrita, falada e televisionada. Um informe datado de 11 de maio de 1964, determina a apreensão dos livros da coleção “História Nova” de Nelson Werneck Sodré e outros autores na cidade de Curitiba, pois a mesma seria de orientação sectária, desvirtuadora dos fatos históricos. O informe nº 81-E2/66, também na cidade de Curitiba, lista uma série de livros considerados subversivos, dentre eles *O Golpe começou em Washington* de Edmar Morel, *O Golpe de Abril*, de Edmundo Muniz, *1º de Abril*, de Mario Lago, dentre vários outros títulos de caráter marxista, com estudos sobre história contemporânea, da América Latina, trabalho, alienação, além das obras do próprio Marx e de Engels. O informe nº 108-E2/66 afirma que o livro *Os Dez Mandamentos* de vários autores, como Jorge Amado, Carlos Heitor Cony, dentre outros, era “uma obra suja, asquerosa, e audaciosa de orientação comunista com a finalidade de destruir os alicerces

<sup>117</sup> Apud: AQUINO, Maria Aparecida de. *Op. Cit.* 1999. p. 54.

<sup>118</sup> Idem.

da família brasileira” devendo por isso ser apreendido.<sup>119</sup>

Entender essa censura como um ato político é possível ao se analisar o artigo 3º da lei 5.536/68, onde se afirma que nenhuma manifestação poderia ser contra questões que envolvessem a segurança da nação, perpassando assim pelo campo político, além do respeito à moral e bons costumes. O ato de censura caracteriza-se não somente pelo controle das diversões públicas, ou a questões que pudessem ferir os bons costumes, mas também a assuntos de caráter estritamente político.<sup>120</sup> Ferir a moral e os bons costumes também poderia se dar através de críticas ao regime, aos governantes, ou mesmo apontar para os benefícios do comunismo, considerado como infame dentro da sociedade brasileira. Tais exemplos ilustram como estes pontos podem também ser percebidos como uma ofensa à moral e aos bons costumes, merecendo por isso, a punição da censura. Censurar, nesse período, seria então entendido como um *ato político* em qualquer das suas esferas de utilização, mesmo a que buscasse questões apenas de cunho moral.

O Decreto-Lei nº 1.077 publicado em 26 de janeiro de 1970, “dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes”, alegando que “algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes”, e que “tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuem o amor livre e ameaçam destruir os valores da sociedade brasileira”, além do que “o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.” No que se refere ao controle prévio, seu artigo 2º afirma que “caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, verificar quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.”<sup>121</sup> Além da perda de exemplares, ficando a cargo do proprietário as despesas com inceneração, este não deixaria de responder por crime previsto na Lei de Imprensa, nos artigos 61 e 62.

Anne-Marie Smith entende que a censura exercida durante o período militar foi ilegal, sendo exercida de forma inconstitucional. Dessa forma o Decreto-lei nº 1.077/70 apenas “autorizava a censura moral de livros e revistas recreativas, mas não a censura política de notícias ou informação.”<sup>122</sup> Smith não considera que a Lei de Imprensa

<sup>119</sup> **Arquivo Público do Paraná.** Dossiê *Publicações apreendidas*. Nº 1610.

<sup>120</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* 2004. pp.105-106.

<sup>121</sup> O Decreto-Lei 1.077 encontra-se disponível na íntegra em FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004. pp. 390-391

<sup>122</sup> SMITH, Anne-Marie. *Op. Cit.* p. 96.

afirmava a suspensão da liberdade de imprensa e de pensamento em caso de estado de sítio, sendo que para ela o estado de sítio nunca foi decretado no Brasil durante o regime militar. Dessa forma a censura seria ilegal dentro dos próprios parâmetros do regime. A idéia de que o governo nunca quis assumir a existência de censura à imprensa estaria ligada a preocupação com sua legitimidade, a qual seria afetada, caso a censura se tornasse oficial, sendo diferente de casos como na Espanha de Franco ou em Portugal de Salazar, onde os jornais traziam junto ao seu logotipo, um *imprimatur* declarando que as matérias tinham sido examinadas e autorizadas. Dessa forma, existiu no Brasil, segundo a autora, uma vontade em esconder a existência de censura, não havendo uma legislação específica a esse respeito, justamente para não torná-la legal, o que por certo, traria problemas para imagem de suposta democracia levantada pelos militares. Mesmo sendo ilegal, com a tentativa de se ocultar sua existência, além de negá-la, ela foi também muito padronizada, com pessoal encarregado, tendo procedimentos estabelecidos, equipamentos, cronogramas e locais determinados. O processo de censura, seria portanto ilegal e inconstitucional.

Apontando para uma inércia quase que total da imprensa brasileira, Smith afirma que grande parte, ou quase sua totalidade consentiu com o regime, onde os atores da imprensa brasileira aceitaram essas proibições ilícitas, não realizando a cobertura do assunto proibido, os quais acabaram sendo fortemente afetados pelo sentimento de medo, ou ainda, muitos acabaram por colaborar com o regime, levando-os a apoiar a repressão e atos autoritários do governo. Muitos jornalistas apoiaram de fato o governo, em uma postura declaradamente anticomunista, em defesa da ordem existente. Por certo, é claro que o medo não impediu muitos jornalistas de escreverem, não deixando-os em silêncio total. Haveria uma banalização da censura, transformada em rotina dentro das redações, a tudo abarcando, funcionando automaticamente em um sistema anônimo. Seria contra esse sistema anônimo que a imprensa sentia-se impotente. Se a censura era praticada pelo governo e não pela própria imprensa contra si mesma, também não é menos verdade que esta obedeceu quase sem resistência, tornando-se difícil de discernir de quem seria a responsabilidade pela censura. Em uma relação ambígua, com a existência de casos de evasão e sabotagem, demonstrando que a imprensa não seria totalmente fraca ou desprovida de ação, além de não estar totalmente paralisada pelo medo, o que demonstraria que ela não seria genuinamente favorável ao regime. Por outro lado, é certo

que o cumprimento das normas impostas pelo governo tornou-se regra dentro das redações. Dessa forma “a imprensa acomodou-se a um processo totalmente ilegal que violava suas liberdades profissionais e constitucionais fundamentais.”<sup>123</sup>

Por outro lado, Beatriz Kushnir e Maria Aparecida de Aquino apontam para o caráter legal da censura, com a existência de um decreto que amparava o ato censório. Este decreto seria o de número 1.077/70, que conferiu um aspecto legal à censura, o qual seria a última ponta do tripé proposto pelo jornalista Pompeu de Souza. De acordo com o Decreto nº 20.493/46, o serviço de censura deveria analisar antecipadamente e aprovar em partes ou na totalidade, todas as exhibições de cinema, teatro, shows, bem como a execução de discos, propagandas e anúncios de empresas, o decreto 1.077/70 foi ainda mais longe. Baseado na preocupação com a manutenção da ordem e dos bons costumes, como se com isso sua intenção política fosse anulada, o governo proibiu publicações nacionais e importadas que ofendessem esses requisitos.<sup>124</sup> Segundo a análise de três censores, ao baixar este decreto

(...) o governo considerou, ao baixar o Decreto nº 1.077/70, que o emprego desses meios de comunicação [imprensa escrita e cinema] obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional e que tais publicações estimulam a licença, insinuando o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira.<sup>125</sup>

Apontando para um caráter subversivo, então em curso, segundo os censores, o qual colocaria em risco a segurança nacional, pode-se perceber uma preocupação também política com a moral e os bons costumes, os quais poderiam ser duramente afetados caso não houvesse uma intervenção do governo sobre a imprensa. Caberia ao ministro da Justiça “verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente à moral e aos bons costumes”<sup>126</sup> sendo o Departamento de Polícia Federal responsável pela execução desta tarefa. A censura seria então uma questão de Estado.<sup>127</sup>

Após o decreto, policiais da Polícia Federal reuniram-se no Rio de Janeiro, recebendo instruções de como agir no caso da censura. Os oito pontos eram:

**Primeiro:** quanto às normas gerais, pautava-se pela veracidade das notícias publicadas; pelo

<sup>123</sup> SMITH, Anne-Marie. *Op. Cit.* 2002. p. 137.

<sup>124</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* p. 116.

<sup>125</sup> Esta análise faz parte do livro de Carlos Rodrigues, Vicente Alencar Monteiro e Wilson Q. Garcia, *Censura Federal – leis, decretos-leis, decretos e regulamentos*. Apud: KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* 2004. p. 116. Para Kushnir este livro era considerado como a “bíblia” dos censores, o qual embasava os pareceres, sendo uma compilação da legislação sobre a censura.

<sup>126</sup> Decreto 1.077/70.

<sup>127</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* 2004. p. 117.

cumprimento da Lei de Imprensa, a de n.º 5.250/67, e pela proibição do uso de expressões como “fonte fidedigna”, “pessoa ou político bem informado”, “fontes autorizadas da Presidência”, “fontes autorizadas do ministério”, “assessores”;

**Segundo:** quanto à política, deliberava que era proibido notícias, declarações, entrevistas etc. de pessoas atingidas pelos Atos Institucionais e membros de organizações estudantis; bem como de declarações contra o governo, ou animosidade entre membros do regime, ou fatos políticos não comprovados; não criticar os Atos Institucionais e a legislação vigente, não divulgar notícias de prisões e censura;

**Terceiro:** quanto aos atos atentatórios ao patrimônio, interditava notícias sobre assaltos a estabelecimentos de crédito;

**Quarto:** quanto aos costumes, proibia a divulgação de crimes ou cenas obscenas que atentassem contra a moralidade da família brasileira;

**Quinto:** quanto aos problemas religiosos, vetava tanto a divulgação de atitude política de clérigos quanto aos episódios que criassem animosidades nessa seara;

**Sexto:** centrava-se nas questões financeiras e proibia a divulgação das políticas econômicas do governo;

**Sétimo:** quanto às questões sociais, censurava a divulgação de movimentos operários, greves, ou qualquer outro tema que promovesse a “subversão da ordem pública”. Era também interditado o comentário a “movimentos subversivos em países estrangeiros, planos de condutas violentas, guerrilhas etc., assim como filmes para televisão de movimentos desta natureza”;

As “**recomendações finais**” determinavam serem proibidos, “sob qualquer hipótese ou pretexto e, no tocante às matérias acima especificadas, “manchetes”, títulos, fotografias ou legendas de caráter sensacionalista, malicioso ou que não correspondam exatamente ao texto.”<sup>128</sup>

Kushnir aponta ainda para a existência de decreto secreto, de nº 165-B/71, que “ratificava a posição de comando do Ministério da Justiça.”<sup>129</sup> Seria dali que sairiam os dez pontos proibitivos deste decreto 165-B/71, mostrando onde estava o centro da censura e as decisões tomadas no caso de intervenções na imprensa. Segundo o decreto, os pontos proibidos eram:

- a. campanha pela revogação dos Atos Institucionais, notadamente o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968;
- b. manifestações de inconformidade com a censura em diversões e espetáculos públicos, livros, periódicos e em exteriorizações pelo rádio e televisão, *realizada com base no Decreto-lei nº 1.077/70 de 26 de janeiro de 1970.*<sup>130</sup>

A polêmica em torno deste decreto refere-se ao caso do jornal *Opinião* que entrou com um processo contra o governo em 1973, questionando a validade da censura. O jornal acabou ganhando o recurso por seis votos a cinco, sendo declarada a inconstitucionalidade da censura ao *Opinião*. No dia seguinte a suspensão da censura, o

<sup>128</sup> “Recomendações para a imprensa escrita, falada e televisada/ Ministério da Justiça”. Fundo DSI/MJ, AN/RJ. Apud: KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* p-118.

<sup>129</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* p. 119.

<sup>130</sup> GM 165-B, de 29/03/1971, (DSI/MJ) em depósito no AN/RJ. Apud: KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* p. 120.

presidente Médici revogou a liberação do jornal, baseando-se no AI-5 e em um decreto de março de 1971. Para Kushnir a análise de Smith foi incompleta, pois tal decreto ainda encontrava-se indisponível para consulta quando de sua pesquisa, nos finais dos anos 80. Smith afirmava que tal decreto, antedatado, foi preparado em resposta a crise do *Opinião*, em 1973, e não em 1971.

O processo aberto pelo *Opinião* ocorreu para demonstrar a existência de censura dentro do jornal e torná-la pública. Quando do início da votação o promotor anunciou ter obtido uma carta que afirma que a censura exercida sobre o jornal estava amparada no AI-5, e não no decreto 1.077/70, assim sendo, não poderia ser julgado pelo tribunal. A votação teve início, dando a vitória ao jornal. Porém, no dia seguinte o presidente anulou a decisão “fazendo referência a outro despacho até então desconhecido de 30 de março de 1971, mediante o qual Médici adotara o artigo 9º do AI-5, o qual permitia a censura prévia em defesa da revolução.”<sup>131</sup>

Dentro deste emaranhado de números, ficou a censura exercida sobre *Opinião*, que se estendeu até 1977, ano do fechamento do jornal, motivado por pressões econômicas, causadas pela censura política que inviabilizou a circulação do jornal.

Maria Aparecida de Aquino também aponta para o caráter legal da censura, exercida com base no decreto de 1970. Para ela:

(...) a única tentativa de regulamentação do exercício da censura prévia ocorreu por meio dos adendos introduzidos no Artigo 153, § 8º, parte final da Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Esses adendos foram introduzidos pelo Decreto-lei número 1.077 de 26 de janeiro de 1970. A parte final, do § 8º, do referido artigo, estabelecia que: '[...] não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes'. O Decreto-lei 1.077/70 relaciona eventuais proibições a 'um plano subversivo que põe em risco a segurança nacional' e encarrega do cerceamento das publicações o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, por meio de seu Conselho Superior de Censura e do Juizado de Menores, que poderiam determinar a busca e a apreensão de todos os exemplares.<sup>132</sup>

Aquino ainda afirma que essa tentativa legal de regulamentação da censura, contrária a eventuais transgressões à moral e aos bons costumes, o que possibilitou uma interpretação extremamente ampla. Esta preocupação abarcou também assuntos políticos, os quais eram de maior interesse do que assuntos realmente contrários a moral, salvo algumas revistas pornográficas apreendidas.<sup>133</sup>

Contrariando essas análises da censura e de sua sustentação no Decreto-lei nº

<sup>131</sup> SMITH, Anne-Marie. *Op. Cit.* 2002. p. 132.

<sup>132</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. *Mortos sem sepultura*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org.) *Op. Cit.* 2002. p. 519.

<sup>133</sup> Idem. pp. 519-520.

1.077/70, Carlos Fico afirma que a censura exercida no regime militar estava amparada somente no Ato Institucional nº 5, o *decretum terrible* que permitia praticamente tudo. Para Fico a censura à imprensa não se enquadrava no Decreto-lei nº 1.077/70, que se referia estritamente a questões morais, além de ser direcionado para livros, revistas, rádio e TV, não sendo incluído aqui, a imprensa. A censura prévia de diversões públicas já era bem conhecida em nossa república, a qual se manteve com os militares que se basearam no formato de 1946, ganhando uma reformulação com o Decreto-lei nº 1.077/70, que discriminava o controle sobre a TV, revistas e livros. Após o decreto, capítulos de novela para a TV e rádio passaram a ser censurados previamente.<sup>134</sup> É importante salientar a existência de duas censuras nesse período: uma seria a de diversões públicas, que sempre existiu, e outra a censura política imposta à imprensa. O decreto-lei se referia a “publicações” e não a temas políticos nos órgãos de imprensa.

De outro lado, a censura exercida sobre a imprensa estaria inserida em um outro projeto dos militares. Para Fico essa afirmação da inconstitucionalidade da censura à imprensa não se sustenta e

(...) peca por não se dar conta da globalidade das ações repressivas, isto é, do já mencionado caráter de projeto que presidiu a institucionalização dos 'sistemas' de segurança interna, de espionagem e de 'combate à corrupção'. A censura política da imprensa foi apenas mais um instrumento repressivo. Tal como a institucionalização do 'Sistema Codi-Doi', a censura da imprensa foi implantada através de diretrizes sigilosas, escritas ou não. Evidentemente para um regime que afirmava que a 'revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma', a questão da constitucionalidade da censura da imprensa era um simples detalhe. Ela foi implantada porque era indispensável a 'utopia autoritária' dos radicais vitoriosos em 1968.<sup>135</sup>

Este controle da imprensa estaria então, ligado a essa utopia autoritária, visão pela qual, os militares entendiam-se como superiores aos civis em termos de retidão moral e conhecimento da realidade brasileira, sendo por isso mesmo, mais aptos a governar o país. Os militares ao assumirem o poder com esse pensamento, acreditavam que detinham o poder e o discernimento para separar o certo do errado dentro da sociedade, protegendo a nação dos perigos de um conteúdo por eles entendido como subversivo. Assim, a censura estaria ligada a esse plano de controle total da sociedade, não importando muito aos militares seu caráter legal. A divisão da censura, uma exercida sobre a imprensa e outra sobre as diversões públicas, não descarta que a censura exercida sobre espetáculos de teatro, televisão e música, se restringisse apenas a conteúdos relacionados à moral e a

---

<sup>134</sup> FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004. p. 90.

<sup>135</sup> Idem.

comportamentos. Pelo contrário, também existia uma preocupação política com as diversões públicas, bem como não se pode afirmar que a censura à imprensa tenha sido apenas política. Do ponto de vista de Fico, havia duas censuras diferenciadas, a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e outra “revolucionária”, que era a censura exercida sobre a imprensa escrita, chamada de censura política, podendo tomar a forma de uma censura prévia ou de uma autocensura.<sup>136</sup>

Por outro lado, se a censura era exercida com base seja no Ato Institucional nº 5 ou no Decreto-lei nº 1.077/70, isso não era deixado explícito em alguns processos, comunicando apenas a aplicação da censura, devido o jornal não ter respeitado a Lei de Imprensa nº 5.250/67. A existência de um estado autoritário com, não apenas o AI-5 ou o Decreto-lei 1.077/70, mas uma infinidade de atos, decretos, decretos-lei, parece ter garantido a execução do ato de censura, o qual tornou-se banalizado, corriqueiro como afirmou Smith. O processo referente ao jornal *Scaps* da cidade de Curitiba, demonstra esse aspecto do controle à informação, não apontando para o exercício da censura amparada em uma legislação específica, mas justificando a intervenção apenas devido ao não cumprimento da Lei de Imprensa.

Segundo Ofício nº 020/76-SIGAB/DG/DPF de 23 de março de 1976, a publicação sob o responsabilidade de Antonio Carlos Martins Vaz e Luiz Carlos Ajalla Rettamozo, passou a circular em Curitiba no mês de outubro de 1975. Na ótica policial e dos aparatos de informação, a circulação deste jornal “logo mereceu a atenção dos órgãos de segurança e informação dessa área, tendo em vista que o mencionado periódico ao adotar uma linha de ação contrária ao sadio jornalismo.”<sup>137</sup> Tal preocupação deveu-se em primeiro lugar por o jornal ter se preocupado “apenas, em elaborar notícias nitidamente de cunho subversivo e contestatório, no intuito de desmoralização do governo e seus agentes, como, também, contrárias à *moral pública e aos bons costumes*.”<sup>138</sup> Note-se que nesse caso, o desrespeito a moral e aos bons costumes acaba se confundido com aspectos subversivos, o que poderia, por certo, enquadrar-se no que reza o Decreto-lei nº 1.077/70, o qual serviria, segundo Carlos Fico, apenas para diversões públicas e publicações que ferissem a moral e os bons costumes e não questões políticas. Mesmo não sendo citado o referido decreto,

<sup>136</sup> FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004. p. 91.

<sup>137</sup> Ofício nº 020/76-SIGAB/DG/DPF. Dossiê Jornal Scaps. Pasta nº 1241. Top. 146. **Arquivo Público do Paraná.**

<sup>138</sup> Ofício nº 020/76-SIGAB/DG/DPF. Dossiê Jornal Scaps. Pasta nº 1241. Top. 146. **Arquivo Público do Paraná.**



percebe-se que questões morais e políticas misturam-se em um mesmo processo, podendo ainda serem pensadas como a mesma coisa neste caso, onde atos subversivos seriam percebidos como ofensas à moral. Para a polícia, *Scaps* empregava um vocabulário violento e grosseiro, além de abordar temas inconseqüentes, alguns dos quais propagavam a guerra psicológica, o que pode ser analisado como uma infração da Lei de Segurança Nacional de 1967, e colocava desenhos que seriam incompatíveis com o sentimento e a moral comum do povo brasileiro.

O jornal foi acusado de desrespeitar a Lei de Imprensa também por não estar registrado em órgão competente (item I do art. 8º), não estampar os nomes de seus responsáveis, diretor ou redator-chefe (§ 1º do art. 7º) e também por omitir em duas edições o endereço e a gráfica onde foi impresso, estando em desacordo também com o § 1º do art. 7º. Por estar em descumprimento com as referidas normas e por apresentar um caráter subversivo e de desrespeito à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça determinou a censura prévia ao periódico. *Scaps* então submetido a censura prévia, deveria entregar a Superintendência da Polícia Federal, em data e hora marcadas, a matéria a ser censurada, ressaltando que

(...) para evitar interpretações tendenciosas e os lamentáveis 'equivocos' da redação, que não será permitida a substituição de matéria vetada nem o emprego de artifícios ardilosos para identificar os espaços correspondentes aos vetos e na falta de assunto aprovado para substituir os cortes, o jornal deverá reduzir o número de suas páginas. Cópia xerox da matéria vetada será enviada ao SIGAB/DG/DPF<sup>139</sup>

O referido ofício era assinado por Moacyr Coelho, então diretor-geral do DPF e encaminhado ao superintendente regional do DPF no estado do Paraná, Divaldo Pacheco de Oliveira.

Esse processo pode ser elucidativo, justamente por aquilo que não apresenta. Baseado apenas no que o jornal infringia na Lei de Imprensa, única legislação mencionada, a censura prévia seria aplicada por determinação do Ministro da Justiça. As matérias censuradas não poderiam ser substituídas por outras, nem tampouco se poderia preencher esses espaços com “artifícios ardilosos” que demonstrassem a existência da censura. Esta última determinação nos remete aos casos do jornal *O Estado de São Paulo* e da revista *Veja*, que se utilizaram de outros artifícios para preencher os espaços deixados pela censura. *OESP* colocava poemas de Camões e receitas culinárias absurdas que nunca davam certo, tentando assim, alertar os leitores para a presença de censura. Tal feito,

---

<sup>139</sup> Idem.

muitas vezes, mostrou-se ineficaz, pois muitos leitores reclamavam do insucesso das receitas. Já a revista *Veja* colocava diabinhos nos espaços censurados. Ambas foram reprimidas pelo governo, que ameaçou apreender as edições que desacatassem as ordens.<sup>140</sup> Porém, nunca cumpriu.

A censura à imprensa era realizada por censores do DCDP que estavam alocados no Sigab (Serviço de Informação do Gabinete). Por outro lado, o DCDP não controlava a censura, apenas cedia seus censores, que estavam vinculados diretamente ao gabinete do DPF e ao Ministério da Justiça. O diretor-geral do DPF (Departamento de Polícia Federal) por onze anos, Moacyr Coelho, assinou a maioria dos informes que durante os anos 1974 e 1975, chegaram à imprensa via Sigab, emitindo as ordens de proibição.<sup>141</sup>

Estas ordens de proibição, seja através dos “bilhetinhos” da censura ou dos telefonemas, eram as orientações do que o jornal não poderia noticiar. Poucos jornais foram submetidos a censura prévia ou sofreram uma real intervenção do governo. Dentre os jornais de referência nacional, *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, *Tribuna da Imprensa*; e os alternativos *Opinião*, *Movimento* e *Pasquim* e *O São Paulo*, e entre as revistas, apenas *Veja*. A cadeia de jornais *Ultima Hora* e *O Correio da Manhã* foram fechados. Vários jornais em todo o Brasil sofreram atos isolados de censura ou sofreram alguma intervenção do governo.<sup>142</sup> Porém, a maioria da imprensa acabou optando pela não publicação de matérias contrárias ao governo, atendendo às proibições encaminhadas aos jornais. Bernardo Kucinski afirma que esta autocensura se dava para evitar futuras represálias e “tentando adivinhar as idiossincrasias do sistema, jornalistas, editores e donos de jornais esmeravam-se na autocensura, no controle antecipado e voluntário da informação. Esse exercício (...) determinou o padrão de controle da informação durante os dezessete anos de regime autoritário.”<sup>143</sup> Para ele, esta autocensura seria um ato voluntário, tratando-se de um ato consciente, dosando a informação que chegaria ao leitor, com uma intensão calculada de enganá-lo, assumindo assim, a responsabilidade de decidir o que seria bom ou não para o leitor.<sup>144</sup>

<sup>140</sup> MARCONI, Paolo. *A censura Política na Imprensa Brasileira: 1968-1978*. 2. ed. São Paulo: Global, 1980. p. 211.

<sup>141</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* pp. 194-202.

<sup>142</sup> KUCINSKI, Bernardo. *A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org.) *Op. Cit.* 2002. p. 534.

<sup>143</sup> Idem. p. 536.

<sup>144</sup> Para Kucinski a censura exercida pelo Estado afetaria menos a dignidade do jornalista do que a autocensura, pois esta vai minando a integridade do ser, porque ele aceitaria a restrição de sua liberdade, tornando-se assim objeto e agente da repressão. KUCINSKI, Bernardo. *Op. Cit.* p. 538.

Durante os anos de 1968 até 1978, a Polícia Federal emitiu ordens proibindo a publicação de determinados assuntos e vigiou a imprensa para atentar o seu cumprimento. Mesmo que essas empresas jornalísticas acatassem as ordens sem muita resistência, seria errôneo afirmar simplesmente que se configurava em um ato voluntário. Smith afirma que “policiais em serviço regular com uma cadeia bem definida de autoridade e um conjunto complexo de procedimentos levavam a cabo a prática cotidiana da repressão da qual resultou, afora a brutal limitação das informações públicas e o cerceamento de liberdades constitucionais, um amplo registro documental bem como um novo sistema de relações.”<sup>145</sup> Não se deve esquecer que a censura não foi iniciada pela imprensa, mas que ela foi iniciada e imposta pelo regime.<sup>146</sup>

Os “bilhetinhos” entregues aos jornais não deveriam permanecer na redação, devendo ser copiados e devolvidos, sendo encaminhados para os responsáveis, para posteriormente serem realizadas reuniões na equipe de diretores. Esses comunicados tratavam por vezes, de assuntos que a própria imprensa desconhecia, proibindo que se noticiasse determinada morte, seqüestro, operação de guerrilha. A maioria desses bilhetes trazia a típica linguagem jurídica, e teve durante os anos de 1970 e 1975 seu auge, o que não exclui sua existência após esse período. Sempre atendendo a uma ordem superior, porém não identificada, as proibições buscavam esconder a autoridade responsável.

Por ordem do diretor da Polícia Federal, fica proibido em todo o território nacional a divulgação pela imprensa escrita, falada ou televisionada de quaisquer notícia ou comentários referentes ao financiamento externo destinado à aquisição de armas pelo Exército brasileiro (apresentado ao *Jornal do Brasil* em 20 de março de 1973)

Por ordem superior, qualquer notícia sobre a ação dos órgãos de segurança nos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão fica proibida. (apresentado em Salvador, 1º de fevereiro de 1972)

Os diários, semanários, revistas, rádio e televisão ficam proibidos de cobrir notícias sobre a morte, prisão, detenção ou quaisquer atividades de elementos subversivos em quaisquer circunstâncias, exceto quando houver autorização específica e direta pelo diretor-geral da Polícia Federal, para evitar quebra de sigilo ou exploração da propaganda a respeito de fatos dessa natureza. (apresentado ao *Jornal do Brasil* em 10 de abril de 1973)

Por ordem superior, fica proibido publicar qualquer notícia ou comentário sobre as medidas impostas aos jornais, inclusive confisco de edições, se houver. Recomendo atenção aos despachos vindos de agências noticiosas estrangeiras. (apresentado em Salvador em 25 de agosto de 1972)

Fica proibido publicar o decreto de dom Pedro I, do século passado, abolindo a censura no Brasil. Qualquer comentário sobre esse decreto também fica proibido. (apresentado em Salvador em 6 de

---

<sup>145</sup> SMITH, Anne-Marie. *Op. Cit.* 2002. p. 136. Para Smith, era como se uma espada colocasse a imprensa em fuga, mas uma espada ocultada e empunhada de maneira peculiar.

<sup>146</sup> Idem. p. 137.

setembro de 1972)

O censor federal proíbe a divulgação do discurso do líder da maioria, senador Filinto Müller, negando que exista censura no Brasil. (apresentado no *Jornal do Brasil* em 19 de setembro de 1972)<sup>147</sup>

A prática do envio de normas aos jornais, estava centrada na proibição de determinados assuntos em conjunturas específicas, de nomes que eram perseguidos pela censura, não podendo constar nas páginas dos jornais, como o de dom Helder Câmara, por exemplo. Inúmeros jornais em todo Brasil receberam os comunicados dos assuntos proibidos, devendo acatá-los para não sofrerem maiores punições, além de possíveis perdas financeiras, haja vista que o governo era um grande anunciante dentro da grande imprensa e sua saída do quadro de anunciantes traria graves consequências ao jornal. Em alguns casos, a pressão do governo era exercida contra anunciantes do jornal, que também acabavam por deixar este quadro de anunciantes, devido à pressões oficiais. A avaliação do governo de que se estaria consolidando na sociedade um conjunto de “idéias-força” que lentamente desmoralizavam o governo era ainda corrente na metade da década de setenta.<sup>148</sup> Para o governo a presença de “elementos infiltrados e interessados na agitação, baderna e descrédito das autoridades constituídas, que nefasta e silenciosamente vão motivando e sensibilizando a opinião pública em torno de seu objetivo político-ideológico – 'comunizar' o país.”<sup>149</sup> A pressão sobre alguns meios de comunicação para expurgar determinados jornalistas de seu quadro de pessoal, foi uma das marcas dessa segunda metade da década de setenta. Talvez um dos casos mais conhecidos foi a demissão de Mino Carta da revista *Veja*, quando a Editora Abril necessitava de empréstimos federais, uma das exigências foi o desligamento do jornalista.<sup>150</sup> Jornalistas de *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Veja*, *Jornal do Brasil*, foram desligados durante o período em que militares travavam lutas internas para o processo de abertura e pediam a colaboração da imprensa para uma distensão, mas que seria lenta, a qual poderia ser prejudicada com a presença de determinados jornalistas com uma posição mais crítica.

<sup>147</sup> O trabalho de Smith reúne vários comunicados à imprensa de assuntos proibidos. SMITH, Anne-Marie. *Op. Cit.* 2002. pp. 151-160. Ver também o trabalho de MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1980.

<sup>148</sup> MAIA, Maurício. *Censura, um processo de ação e reação*. In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Op. Cit.* p. 499.

<sup>149</sup> Informação nº 235/75 – DSI/MJ, de 11/04/75. Fundo DSI/MJ – Arquivo Nacional/Ministério da Justiça. Apud: MAIA, Maurício. *Op. Cit.* p. 499.

<sup>150</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* 2004. p. 47. Para Kushnir, o desligamento de Mino Carta da revista *Veja* também faz parte do jogo político de gabinetes e das negociações para o fim da censura à revista.

Mas se a autocensura limitou, e muito, o trabalho dos jornalistas, com o envio desses “bilhetinhos”, a censura prévia não foi diferente. Esta impôs sérias limitações econômicas a diversos veículos de comunicação. Muitos jornais perderam também parte de seus anunciantes e de seus assinantes, devido ao número de jornais que acabavam por não circular, pois após o parecer do censor tornava-se inviável publicar com uma grande quantidade de matérias cortadas. Para esses anunciantes não valeria a pena investir suas reservas em um jornal que poderia nem sair.

Em pesquisa sobre os cortes e vetos sofridos pelos jornais, Maurício Maia apresenta os números da censura<sup>151</sup>:

Semanário *Opinião*: Circulou entre 1972 e abril de 1977. Três edições apreendidas, uma embargada na gráfica antes da impressão e outra inviabilizada por que foram cortadas 170 das 346 laudas da edição. Nas 230 edições, 4.572 laudas foram vetadas, sendo que o periódico teve, ao longo dos quatro anos e meio, 5.796 laudas.

O jornal *Movimento* entre 1975 e 1978, teve cerca de seis mil artigos e ilustrações vetadas parcial ou totalmente, sendo que algumas foram proibidas de circular. A que tratava da questão da exploração petrolífera, foi vetada depois de passar pela censura. Um número sobre a mulher teve 80% do material censurado. Outro, dedicado à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte foi apreendido pela Polícia Federal.

A revista *Veja*, lançada em 1968, sofreu com a censura prévia durante alguns meses de 1972, e entre os meses de fevereiro de 1974 e junho de 1976. Nesse período houve sessenta matérias vetadas na íntegra, quarenta e quatro fotografias e vinte desenhos e charges censurados, 10.352 linhas de textos cortadas. A revista teve, até 1974, duas edições apreendidas.

O jornal *O Estado de São Paulo* sofreu a censura prévia entre março de 1973 e janeiro de 1975, tendo sido cortados 39 editoriais, 1.136 matérias e 54 artigos.

O ano de 1975 marca um período de mudança dentro do processo de censura. Neste ano Golbery, convida jornalistas de prestígio para colaborarem na abertura. Esse período de transição dentro do jornalismo teve início com o fim da censura ao jornal da família Mesquita, *O Estado de São Paulo*. Em março de 1975, cai a censura em *O Pasquim*, através do telefonema do censor para a redação, afirmando que “agora é a responsabilidade é de vocês.” No editorial nº 300, Millôr Fernandes escreveu que:

---

<sup>151</sup> MAIA, Maurício. *Op. Cit.* p. 469-473.

Cinco anos depois, tão misteriosamente como começou – 'ordens superiores' – a sinistra censura sobre esse jornal se acabou. O dr. Romão, o último interventor de plantão dos vinte ou trinta que passaram pela tarefa nestes mil e quinhentos dias de violências, comunicou a Nelma, que 'vocês agora não precisam mandar mais nada pra censura'. Mas, vício do ofício, não conteve a ameaça: 'Agora a responsabilidade é de vocês'. A responsabilidade sempre foi nossa...o fato é que, mesmo sob censura prévia, a responsabilidade sempre foi nossa... Agora *O Pasquim* passa a circular sem censura. Mas sem censura, não quer dizer com liberdade.<sup>152</sup>

Os anos finais da década de setenta, se apontavam para uma mudança na política interna no país, influenciada por uma nova ordem mundial, também foi marcada por avanços e retrocessos. A Lei Falcão regulou a propaganda eleitoral e o Pacote de Abril de 1977 fechou o Congresso e tentou redefinir o tabuleiro do poder, criando os “senadores biônicos”. Tanto a Lei Falcão como o Pacote de Abril, são reflexo das eleições de 1974, onde o MDB conseguiu grande avanço frente ao partido do governo, a ARENA.

Dentro deste processo de avanço e retrocesso, o ano de 1978 marcou o início de mudanças na seara da censura e também do próprio regime. Com a intensão de uma abertura lenta, segura e gradual, o governo extinguiu o Ato Institucional nº 5 em 31 de dezembro, apontando para uma possível abertura e para o fim de um estado autoritário. Mesmo que Ernesto Geisel tenha subido ao poder prometendo esta abertura, isto só foi conseguido com seu sucessor, general João Figueiredo, que chegou ao poder em 1979, afirmando que realizaria a abertura a qualquer preço. Porém, a permanência do processo de censura, mesmo após a posse de Figueiredo, marca um traço peculiar de nossa história. A vontade de silenciar e a necessidade de impedir que tudo aquilo que possa de alguma forma vir a ferir a moral e os bons costumes, seja divulgado, ou também quando muitas pessoas acabaram por solicitar intervenções da censura em espetáculos de teatro ou na própria televisão. A realização de concurso público para provimento do cargo de censor em 1977, teve mais de 5 mil inscritos demonstra que esse cargo era ainda procurado por uma parcela da sociedade. Se a censura prévia teve seu fim em 1978, com os censores deixando o último jornal, *Movimento*, o processo censório não foi abandonado, estendendo-se até o ano de 1988, com a nova Constituição. Assim, a censura ainda fez parte do cotidiano dos brasileiros, demonstrando essa faceta de nossa sociedade, marcada por esse pensamento autoritário e pelo controle das idéias e da produção intelectual, que deveria seguir as determinações oficiais.

Em 1982 Juvêncio Mazzarallo, diretor do jornal *Nosso Tempo*, de Foz do Iguaçu,

---

<sup>152</sup> *O Pasquim*, nº 300. 4/4/1975. Apud: KUCINSKI, Bernardo. *Op. Cit.* 2003. p. 226. A edição acabou sendo apreendida e Millôr foi fichado no DOPS, optando por abandonar a direção do jornal.

foi preso por denunciar no jornal os crimes cometidos pela polícia na cidade e os critérios abusivos da Usina de Itaipu para o pagamento das indenizações. Mazzarollo teria cometido delitos previstos nos artigos 14, 33, 36 e 42 da Lei de Segurança Nacional e foi processado perante a auditoria da 5ª Circunscrição de Justiça Militar. A denúncia contra o jornal dizia que

(...) Assim, pois, a *informatio criminis* apresenta o denunciado Juvêncio Mazzarollo como diretor responsável do semanário *Nosso Tempo*, que na sua edição 29-06-1981 veiculou matéria NÃO SE TIRA LEITE DE VACA MORTA, violentos e diretos ataques ao regime e suas autoridades constituídas, buscando verdadeiro incitamento à subversão, a ofensa à honra dos altos mandatários da nação, além de propaganda subversiva.<sup>153</sup>

Nota-se portanto, que mesmo após o fim do AI-5, o governo ainda exerceu controle sobre os meios de comunicação, reprimindo jornalistas que divulgassem determinadas notícias que desagradassem os militares.

O ato de censura esteve inserido em um contexto de supressão do discurso daqueles que se encontravam na oposição ao governo, discordando das políticas implantada pelos militares, seja no campo econômico, político e social. Essa oposição, formada por um grupo não homogêneo, foi duramente perseguida quando expôs de forma mais crítica seu descontentamento, principalmente nos anos entre 1968 à 1975, período marcado por um aumento da repressão e da perseguição aos inimigos do governo. Entendemos que o ato de censura não esteve amparado em um único decreto, mas antes, fazia parte de um projeto maior de controle da sociedade, desenvolvido ao longo do regime. Essa censura moral foi sim realizada pelo governo, impedindo que temas dessa natureza fossem divulgados pela imprensa, além de um grande controle às diversões públicas. Porém, se o mesmo decreto visava coibir apenas assuntos que desrespeitavam a moral, segundo alguns autores, por que o mesmo decreto afirma que o emprego de meios de comunicação “obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional”? Não seria entendido pelos militares como um desrespeito moral e aos bons costumes a divulgação de ideais socialistas, ou simplesmente contrários ao governo? Ou antes, a divulgação de um material imoral não faria parte de um plano subversivo para a destruição da família, como afirmavam os manuais anticomunistas?

No entender dos militares e desse pensamento anticomunista, o comunismo estaria associado a um comportamento imoral, pois “uma das armas mais sutis e sinistras

---

<sup>153</sup> HELLER, Milton Ivan. *A resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 455.

do comunismo consiste em sua persistente atividade de corromper os costumes para debilitar o mundo democrático.(...) Um mundo dissoluto, entregue a drogas estupefacientes e alucinantes, não possui energia e integridade moral.”<sup>154</sup> Dessa forma, pode-se afirmar que notícias de caráter subversivo poderiam ser entendidas também como imorais, sendo passíveis de uma censura segundo o referido decreto.

Essas medidas garantiram um poder de ação muito grande aos militares, que motivados por uma ideologia anticomunista e de combate a subversão, atuaram em acordo com seus ideais de defesa da ordem, suprimindo qualquer discurso que julgasse imoral ou subversivo. Esse conjunto de leis e decretos, garantiu o exercício não somente da censura, mas também a perseguição e prisão de inúmeros suspeitos de subversão, em um tempo onde a “paranóia” militar via o “perigo vermelho” em todo lugar. Dessa forma, não podemos afirmar que a censura atuou de forma ilegal, pois a existência de leis que garantiam a defesa da segurança nacional e o combate a um suposto inimigo interno, atuando com o auxílio do comunismo internacional, davam ao governo o poder de censurar matérias entendidas como subversiva, no intuito de defender a nação.

Contudo, mesmo com a revogação do AI-5 e do decreto 1.077/70, em 1978, o governo militar continuou a exercer um certo controle sobre os meios de comunicação, não com a mesma intensidade, mas ainda permeado por um pensamento autoritário de combate ao comunismo. O crescimento cada vez maior de movimentos populares de descontentamento com o arbítrio militar, aliado à crises econômicas, desgastou a imagem do regime, antes aplaudido por parte da população. Por certo, o movimento pela redemocratização iniciado no final da década de setenta e início de oitenta foi de difícil contenção pelos militares, os quais, já desgastados e com a imagem prejudicada pelos excessos cometidos, saíram pela porta dos fundos em 1985, quando o poder retorna assim, aos civis.

Se o controle sobre a imprensa foi marcadamente mais intenso em grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, isso não exclui a existência de um sistema de vigilância e controle no interior do país. O aspecto policialesco do governo militar, de tentar a tudo controlar e vigiar, solicitando informações de jornais do interior não se realizou apenas nos momentos mais duros do regime militar, mas até o seu final, e processos contra jornalistas não foram encerrados com a extinção do AI-5. Jornais do

---

<sup>154</sup> *Comunismo Internacional*. Nº 9 Setembro de 1970. p. 1.4. Pasta 306. Topografia 33. **Arquivo Público do Paraná**.



interior também sofreram a vigilância estatal, quando não muito, reprimidos e julgados acusados de fazerem parte de um plano subversivo pelo governo.

O interior do país também sofreu com a prisão de jornalistas e a apreensão de jornais, demonstrando que o controle e a preocupação do regime não estava centrada apenas em publicações de alcance nacional, mas também em pequenas publicações, de limitado alcance, mas que de certa forma, realizavam críticas ao governo, da mesma forma que o autoritarismo “contaminava” a sociedade em todos os seus níveis.

Os anos de ditadura militar no Brasil além da marca da violência e do arbítrio cometidos contra inúmeros cidadãos, foram caracterizados por um severo controle a imprensa, impedindo assim, críticas ao estado autoritário. Jornalistas foram presos ou demitidos de seus cargos por pressão oficial e muitos jornais não conseguiram manter sua publicação, devido aos grandes prejuízos financeiros causados pelos cortes da censura. A tentativa de se criar uma imagem positiva do Brasil, eliminando os espaços de crítica e ao mesmo tempo investindo em propagandas oficiais que enalteciam o país e o governo, foram uma constante durante os anos em que os militares estiveram no poder. Porém, os anos de censura e de sufocamento da imprensa, foram também os anos onde alguns grupos de comunicação tiveram grande crescimento, como as empresas do empresário Roberto Marinho, ou do grupo Folha de São Paulo do empresário Otávio Frias. Muitos jornais ao se referirem ao período, apontando para a existência de um grande controle à imprensa, omitem o quanto foram colaboradores dos militares e dos benefícios alcançados. Vivemos atualmente um momento inverso, onde a imprensa adquiriu toda a liberdade, o que a leva a combater qualquer tipo de controle por parte do governo, demonstrando que seria um retorno à ditadura militar. Por certo, a imprensa obtém grandes vantagens da atual liberdade, utilizando suas páginas como arma política, protegidos que estão, de qualquer medida de controle por parte do estado.

### **3. O Debate e a crítica nas linhas de jornal**

As relações entre imprensa e poder, por vezes de aproximação e outras de oposição e afastamento, foram a marca de nossa história desde o período varguista até períodos mais recentes, demonstrando que a imprensa responde antes a interesses de determinados grupos, do que o simples ato de informar de maneira imparcial. Até aqui tratou-se de uma situação mais ampla, demonstrando como foram marcadas essas relações entre imprensa e poder, e como construiu-se ou não, um aparato legislativo para regulamentar o exercício de controle durante a ditadura militar brasileira. Dessa forma, buscou-se apontar como setores de oposição ao governo foram impedidos de publicar suas insatisfações com o regime militar, bem como a existência de um controle sobre aqueles jornais ou revistas da chamada grande imprensa, também atingida pela preocupação de que discursos entendidos como subversivos fossem publicados. A idéia de que essa grande imprensa também estaria contaminada por setores da esquerda, determinou um recrudescimento da censura. Claro está, como citado anteriormente, um verdadeiro estado de “paranóia” dentro do governo nos períodos autoritários ou ditatoriais, onde o inimigo poderia estar em praticamente todas as áreas, pois

(...) os jornais, as emissoras de TV, o cinema e o teatro estariam dominados por comunistas, subversivos e licenciosos: os jornalistas eram acusados de obedecerem às diretrizes do 'movimento comunista internacional'; os escritores, diretores e atores de TV e teatro, segundo os papéis da comunidade, tentavam doutrinar o povo com 'ideologias alienígenas' ou corrompiam-no com pornografias. Vale a pena discernir o entendimento da comunidade de informações sobre atividades dos meios de comunicação, não tanto pelo que de grotesco há, mas pelo caráter representativo de suas avaliações, que expressam, em bruto, os preconceitos mais recônditos de alguns setores da sociedade brasileira.<sup>155</sup>

A necessidade de se eliminar esse inimigo, ou suprimir seu discurso acabou sustentando a criação de medidas repressivas contra a imprensa. A censura e a autocensura acabaram por marcar os meios de comunicação e a produção cultural.

Mas se é verdade que a censura e a autocensura afetaram a grande imprensa e a chamada imprensa alternativa, engajada e politizada, não é menos verdade que acabou por afetar também pequenos jornais, espalhados pelo interior do país. Por certo, esse interior também sofreu com o regime autoritário, onde os interesses políticos foram beneficiados com uma legislação que permitia a cassação dos “inimigos da nação”, causando a punição de desafetos políticos. Não pretende-se aqui arrolar os casos de

---

<sup>155</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 166.

punição de desafetos políticos no estado do Paraná, mas apenas demonstrar que diversas pessoas acabaram perdendo seus direitos políticos, por serem inimigos daqueles que se encontravam no poder local e possuíam influência junto a grandes nomes da política nacional.<sup>156</sup>

O centro da discussão aqui é como essa imprensa do interior vivenciou esse conturbado período entre as décadas de sessenta e setenta, bem como suas peculiaridades em relação a chamada grande imprensa nesse contexto. Ao buscar analisar um jornal do interior e suas relações com o poder almeja-se demonstrar a importância desse tipo de imprensa em um cenário de autoritarismo. Claro está que as relações que marcam essa modalidade de imprensa, são, em certa medida, diferentes das que estão presentes nos grandes jornais, onde jornalistas recebem altos salários, possuem equipamentos de ponta, grandes redações, tornando o trabalho muito mais dinâmico e ágil, em oposição a primeira, na qual a produção de um exemplar é realizada de forma muito mais arcaica, pois os jornalistas são indivíduos com outras atividades profissionais, e os recursos técnicos são inferiores, para não dizer, ultrapassados e escassos. Pode-se afirmar que cada edição veiculada torna-se um troféu pelas dificuldades enfrentadas. Não pretende-se aqui, superestimar um veículo da imprensa que possuía suas limitações, e que pelas quais mereceria um abrilhantamento de sua história, como se fosse o único de sua geração, ou um herói em tempos de ditadura. Parte-se do princípio de que um pequeno jornal também pode ter sua história e sua relevância em um determinado contexto, e que historicizá-lo pode nos levar a outras reflexões e a outros questionamentos. Por certo, as relações entre essa imprensa do interior e o poder local, são marcadas muitas vezes pela ausência do verdadeiro interesse jornalístico, tornando clara a existência de um apoio em determinados momentos a esses mandatários locais, almejando benefícios pessoais e políticos, ou também garantir a sobrevivência do próprio veículo de informação com publicidade oficial.

---

<sup>156</sup> Milton Ivan Heller em *Memórias de 1964 no Paraná* demonstra a existência de diversos casos de perseguição de desafetos políticos durante o regime militar. Mesmo tratando-se de um livro de memórias com um caráter factual, as informações levantadas por Heller tornam-se importantes para demonstrar a existência do arbítrio militar, juntamente com o interesse de políticos locais beneficiados pelas ligações com o regime. HELLER, Milton Ivan e DUARTE, Maria de Los Angeles Gonzáles. *Memórias de 1964 no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

### 3.1. O Debate

Entender a produção jornalística inserida dentro de campos políticos e ideológicos, pode nos ajudar a compreender melhor a atividade de um jornal. O que caracteriza *O Debate* são textos que retratam fatos municipais, mas também textos que comentam, muitas vezes longamente, a situação nacional e estadual. Os textos publicados no jornal, em determinados momentos, faziam críticas ao governo pela forma autoritária que este conduzia a sociedade e aos atos de violência cometidos. Porém, em outros momentos, acabava aceitando e elogiando os governantes e as medidas oficiais, demonstrando um posicionamento ambíguo e nem sempre linear.

Merece destaque o fato de que o jornal sofreu um processo de censura por parte do governo, quando em 1969 o proprietário José Maria Orreda, foi convidado a prestar esclarecimentos sobre uma matéria que criticava a falta do repasse de verbas a um colégio estadual. Todavia, não houve prisões nem tampouco a apreensão do jornal, como em outros casos envolvendo jornalistas e o governo. O que torna interessante tal episódio é a presença de um ato de censura em um jornal de pouco mais de dez páginas e que circulava em um município do interior do estado. O fato ocorrido foi motivado por uma denúncia de um funcionário público do município, que remeteu um exemplar do jornal ao DOPS de Curitiba. Esse exemplo demonstra que a ditadura contava além de um aparato repressivo, composto por militares e policiais, também com funcionários públicos não ligados a repressão, e com denunciante espontâneos que cooperaram na vigilância da sociedade, denunciando aqueles que faziam críticas ao governo. Outro aspecto desse mesmo caso, são os interesses pessoais do próprio denunciante, haja vista que exercia o cargo de Inspetor Regional de Ensino, outrora ocupado pelo professor Orreda. Assim sendo, a repressão permitiu ou facilitou a eliminação da cena política também de desafetos pessoais. Outro ponto interessante dentro do jornal são as colunas intituladas “*O Time*”, onde o proprietário assinava com o pseudônimo de Salustiano, fazendo críticas a personalidades locais, mas também criticando autoridades nacionais. O proprietário, sob a proteção de um pseudônimo, trazia seus descontentamentos com questões diversas, utilizando-se de uma das melhores armas no campo político, a ironia. *O Debate* além de conter notícias gerais, trazia também algumas reflexões teóricas acerca da cultura, da economia, da política, com textos que se estendiam muitas vezes por diversos números.

Iniciamos nossa análise com uma edição de outubro de 1961, com uma chamada na primeira página, que remetia para a última, contendo as matérias “Socialismo Cristão” e “Regime parlamentarista no Brasil, não é regime; é dieta”. A primeira matéria, assinada por J. de Rodes, foi retirada do semanário católico, *A Voz do Paraná*, e em um longo texto, fazia uma crítica a idéia de que socialismo e cristianismo fossem doutrinas completamente opostas, citando uma passagem do papa Pio XI, o qual afirmava que ninguém poderia ser ao mesmo tempo socialista e cristão, e que o termo socialismo religioso seria, por si, contraditório. O autor, elabora uma discussão da diversidade de “socialismos” existentes, apontando para um socialismo radical, praticado pela extrema esquerda, que possuía uma visão extremamente materialista, almejando a socialização total de todos os meios de produção, retirando a individualidade do ser humano frente a coletividade. Esta concepção teria suas origens em Karl Marx, no famoso *Manifesto Comunista* de 1848, e fazia parte do programa dos comunistas até os momentos atuais, segundo J. de Rodes. Em contrapartida, existiria um socialismo moderado, que pregava uma socialização parcial dos bens de produção em benefício da coletividade, bem como uma espiritualização do indivíduo. Em uma crítica a esquerda radical e também aos setores mais conservadores, que são “mais católicos que o papa”, o texto termina afirmando da necessidade de os políticos iniciarem um “movimento em nome do socialismo cristão. Quanto ao nome, porém, desde que definido em seus justos termos, como faz a 'Mater et Magistra', ao falar da socialização, parece que hoje uma sociologia cristã nada de sério lhe pode objetar.”<sup>157</sup> Esse texto pode nos levar a outros questionamentos e demonstrar quais as leituras feitas pelo jornalista José Maria Orreda, apontando para seu posicionamento.

A outra matéria, “Regime parlamentarista no Brasil, não é regime; é dieta”, era assinada por Salustiano, um pseudônimo do próprio Orreda, em uma coluna intitulada *O Time*, que “divulga poucas e boas, quando as poucas não forem muitas e as boas, censuradas.” Em um tom bem humorado, o jornalista elencava diversas frases satíricas, ou mesmo criava um diálogo imaginário com outros personagens reais ou fictícios, fazendo um deboche da situação nacional e também da situação local. O riso e o deboche podem transformar-se em uma poderosa arma contra o sistema. As críticas de Salus, como jocosamente o chamavam seus interlocutores, não deixavam de ironizar a situação pela

---

<sup>157</sup> **O Debate**. 31/10/1961. p. 8.

qual passava o país.

- Decretado o novo salário mínimo e encomendadas as geladeiras.
- Geladeiras, Salus?
- Sim; vão congelar também os preços.

Democracia é essa coisa que obriga o cidadão a estar sempre isento de obrigações.

- Não desejam comércio com a Rússia porque ela é materialista.
- Realmente, humano e cristão é o capitalismo americano

- Estava entendendo o regime, mas perdi o fio da miada, Salus.
- Você estuda o parlamentarismo ou tenta miá-lo?

Se você algum dia perder o fio da miada, lembre-se que começa com M e termina com AU.

Mas vale uma praça em Paranaguá na mão, do que correr atrás do Lupion.

Governo intervirá nos frigoríficos estrangeiros para terminar com monopólios existentes no país. Isto é que é um governo humano, de carne e osso.

Palavra para ser inventada: DEIZÃO – Dinheiro de pobre.

Hoje em dia para o cidadão ter um milhão disponível, é só mesmo plantando um milho bem adubado.<sup>158</sup>

Torna-se interessante pensar a diversão do jornalista ao elaborar suas críticas, escondido sob um pseudônimo, vendo nos dias seguintes o furor causado na cidade. Durante os anos seguintes, manteve sua mesma postura frente aos problemas sociais. Porém, em diversos momentos, o jornal manteve o espírito conciliador, tecendo elogios tanto a administração municipal como estadual, acreditando nas promessas políticas vindas desses poderes. O sonho de que a situação local, como a nacional, pudessem melhorar, acabou por impregnar as críticas do jornalista, que deslumbrado com as promessas de Ney Braga, acreditava nas mudanças, afirmando que “Ney decretou guerra aos latifúndios improdutivos.”<sup>159</sup>

Ao longo das edições seguintes o jornal passou a receber mais anúncios, o que por certo aumentou as receitas da empresa, bem como o incremento de um número maior de fotografias. A partir da edição de dezembro de 1961, *O Debate* ganha melhorias técnicas, que contribuíram para um novo aspecto visual do jornal. Um dos maiores anunciantes do jornal era a Sociedade Paraná Comercial e Importadora Ltda. (SOPACO) e Slavieiro S.A.– ambas de propriedade do grupo familiar Gomes – que possuíam um anúncio de página inteira dessas duas empresas em todas as edições.

Em uma edição extra em 09 de dezembro de 1961, *O Debate* publicou um

---

<sup>158</sup> **O Debate.** 31/10/1961.

<sup>159</sup> Idem.

editorial intitulado “Os delinquentes da política”, onde fez uma crítica a Câmara de vereadores da cidade, pelo aumento de salário proposto para o ano seguinte. Afirma o editorial que

(...) então os senhores representantes do povo em nossa Casa Legislativa, divorciados dos problemas sociais e dos anseios do Município, esquecem tudo e todos, o Município e suas dificuldades, ou nunca tiveram algum tato sociológico para sentir as canseiras coletivas, para legislar com respeito ao aumento dos seus subsídios, e determinando assim, gastos, que somados aos já efetuados pelo Legislativo, sobem a casa do milhão de cruzeiros anualmente.<sup>160</sup>

Essa edição causou desconforto na Câmara municipal, que abriu uma “queixa-crime” contra o jornal por injúria e calúnia. Ocupando uma página inteira, *O Debate* fez sua defesa, criticando a Câmara por se utilizar de uma lei já revogada, tentando silenciar a imprensa, que estaria exercendo seu papel de agente político ao denunciar os abusos do legislativo municipal. “Não pediremos absolvição à Justiça. A Justiça ainda sabe o que faz. A Justiça tem estrutura na opinião do povo. A opinião do povo é o verdadeiro juiz. (...) Se a justiça nos condenar, a história nos absolverá.”<sup>161</sup> Parafraseando Fidel Castro, a defesa reiterando a crítica, afirmava que o “sentimento de culpa os fez culpados” e que a petição seria “digna de uma enciclopédia de humorismo.” O texto termina com a afirmação de que “diz-se também que se mata com a verdade. A verdade porém não mata. A verdade faz o culpado sentir-se morto.”<sup>162</sup> O processo acabou sendo rejeitado por ser “inepto”, não sendo acolhido pela justiça. Os erros cometidos no processo e a utilização de artigos já revogados, levou o então recém formado em Direito e sócio do jornal João José Leandro, a escrever um texto de como se deveria utilizar a Lei de Imprensa para se processar alguém. No texto chamado “Procedimento ante a Lei de Imprensa”, Leandro mostra, em tom irônico, passo a passo como deveria ser feito um processo contra um veículo da imprensa.

O ano de 1964 seria um ano de fortes mudanças na política nacional, com o referido golpe realizado em 31 de março, contando com o apoio do governador do Estado, Ney Braga. Em Irati, o proprietário de *O Debate* passou a ocupar o cargo de Inspetor Regional de Ensino, através da Portaria 285 de 31 de janeiro de 1964. Orreda ocuparia esse cargo até 1969, quando pediria a exoneração do cargo, devido a desentendimentos políticos com o então deputado iratiense João Mansur.

---

<sup>160</sup> **O Debate.** Edição Extra. 09/12/1961.

<sup>161</sup> **O Debate.** 28/02/1962.

<sup>162</sup> Idem.

### 3.2. Os militares no poder: Um jornal na ditadura

A tomada do poder pelos militares não significou uma ruptura democrática para *O Debate*, como significou a tentativa de impedir João Goulart de assumir a presidência em 1961. Pelo contrário, foi entendida como um movimento que veio despertar a nação para a democracia. Acreditando ser a intervenção militar algo apenas temporário, de transição, que veio apenas “substituir um governo, tendenciosamente sindicalista-esquerdista”<sup>163</sup>, alertava para a necessidade das mudanças reais na sociedade, caso contrário o movimento apenas seria um outro governo que ninguém saberia para onde conduziria o país. A crença de que os militares tornariam possível essa mudança está presente neste primeiro número do jornal após o golpe de março, apontando para a necessidade de se resgatar e valorizar o lema da bandeira nacional, pois “ordem e progresso” deveria ser para todos. A grande maioria da população acabou por apoiar o golpe, porque realmente acreditava nas mudanças propostas pelos militares, bem como na necessidade de se eliminar o “perigo vermelho” da política nacional. O posicionamento de *O Debate* não diferenciou dos grandes jornais, que noticiavam a tomada dos militares como uma salvação para o país. Mesmo tratando-se de um golpe de estado, o movimento foi visto muito mais como uma “Revolução redentora”. A percepção de que o novo governo não seria assim tão democrático, aos poucos vai tornando-se cada vez mais nítida para alguns setores da imprensa.

Na edição de setembro de 1964, que contava também com um suplemento literário, trazendo traduções de poemas internacionais, bem como poemas de iratienses como Foed Castro Chamma e notícias culturais, trazia uma crítica ao proprietário de *O Estado de São Paulo*, Júlio Mesquita. Assinada por Carlos Alberto Pessoa, a matéria “Julio Mesquita e a Democracia”, fazia uma análise do posicionamento do jornalista paulista, nos momentos do golpe de 1964, destacando seus “valores” democráticos. Pessoa citava uma entrevista de Mesquita que relembrava a transformação do governo de Vargas, que teria surgido para eliminar a corrupção e as oligarquias, em um regime ditatorial após 1937. Mesquita afirmava que a tomada do poder pelos militares seria para extirpar um tumor canceroso, e citava sua participação no golpe, concluindo que “após a renúncia de Jânio, apoiei, desde o início a decisão dos três ministros militares – Dennis,

---

<sup>163</sup> *O Debate*. 31/04/1964.



Heck e Moss – de impedir a posse de João Goulart.”<sup>164</sup> Para Carlos Alberto Pessoa,

A história de fato, se repete. O momento pelo qual o Brasil atravessa, não deixa de ser exemplo marcante da repetição histórica, pois aqueles que pensavam ter o movimento de 31 de março derrubado uma oligarquia de oportunistas, corruptos, demagogos, incompetentes, se enganaram. A ascensão de um poder ditatorial no Brasil é, hoje, inegável; nem o funcionamento do Congresso engana mais; a liberdade de imprensa é um 'alibi'.

(...) Que grande democrata o sr. Júlio Mesquita! Foi contra a posse de Jango e a favor de uma ditadura. E a democracia? E a vontade do povo? E a constituição? E a representação? E o respeito as regras do jogo? E a coerência? E a formação democrática e cristã? E o cavalheirismo? Em nada disso pensou o Júlio Mesquita, perdendo uma grande chance de ficar calado.

(...) Estes são os homens – Lacerda, Mesquita, etc. - os democratas. Os defensores da liberdade e da dignidade humana. Quanto primarismo, quanta sede de vingança, quanta hipocrisia, quanta falta de nobreza! Oh tempos! Oh costumes.<sup>165</sup>

O texto de um dos principais colunistas do jornal, demonstra a indignação e a falta de compromisso com a democracia de Júlio Mesquita. O posicionamento do jornal, que antes acreditava que uma possível mudança seria realizada pelos militares, acaba enfraquecendo, para dar lugar a um posicionamento mais crítico. As mudanças não vieram, e “os brasileiros não tem onde morar.”<sup>166</sup>

Esses anos iniciais do regime ainda marcavam uma certa liberdade de expressão, onde uma crítica ainda pode ser percebida. Em *O Debate*, a primeira edição de 1965 marca um posicionamento interessante com dois artigos sobre a situação brasileira. A relação do estado autoritário com o governo estadunidense vai então tornando-se cada vez mais presente, e a crítica a submissão brasileira aos interesses dos Estados Unidos vai ganhando espaço no jornal. Em um jornal interiorano de pequena circulação e com poucas páginas em uma cidade vista como conservadora, a presença de artigos dessa natureza, com longas reflexões teóricas, fugindo do que poderíamos chamar de padrão da imprensa do interior, demonstra a intenção do autor em tornar público seus anseios e suas preocupações com os rumos da política nacional. Em um tom marcadamente de crítica ao “imperialismo” americano, o artigo “Autoritarismo Democrático”, de Orreda<sup>167</sup> afirma que

É oportuno informar aos interessados, de boné ou sem boné, defensores do autoritarismo democrático instalado em nosso país, que os crimes cometidos contra a dignidade do Brasil e dos brasileiros, não ficarão assim. Se Deus estiver no céu preocupado com a dignidade – amor próprio – de cada povo diante de própria nacionalidade – de cada homem de si mesmo, os atentados que se cometem contra os anseios de independência deste País – independência econômica e política de fato – serão castigados com o fogo eterno do eterno inferno. (...) Entregar as nossas riquezas,

<sup>164</sup> Entrevista de Júlio Mesquita em um programa de TV citado por Carlos Alberto Pessoa em *O Debate*. Nº 42. 30/09/1964.

<sup>165</sup> *O Debate*. 30/09/1964.

<sup>166</sup> *O Debate*. 30/11/1964.

<sup>167</sup> Os textos não assinados do jornal eram de autoria de José Maria Orreda, como consta no próprio jornal.

submeter a nossa política, prejudicar o que há de mais sagrado em cada nação e em cada homem identificado com a sua nação – ultraje a dignidade pela submissão. Queremos acabar com o paternalismo, implantado pelo regime da ditadura. A ditadura e o paternalismo eram de origem interna. Agora, baseado ou submetendo o desenvolvimento nacional às ajudas externas, caminhamos para o paternalismo degradantes. O brasileiro combatido, amolece e perde o ânimo para lutar – lutar em nome desses falsos líderes? Não queremos atritos e nos entregamos. Queremos dólares – com medo ou melhor covardia cívica submissos como um filho adotivo que pede dinheiro ao pai para ir ao cinema, depois de uma desobediência grave. Para os homens ociosos – o inferno é pouco.<sup>168</sup>

Não se pode deixar de considerar que esta tomada de posição, afirmando seu descontentamento com o estado vigente, em um momento de arbítrio e violência pode também ser perigoso, onde a própria liberdade estava em jogo. Criticar o estado de exceção era sim, algo que poderia levar à prisão aqueles que manifestassem seu descontentamento. É entendido aqui, que esse ato de crítica, proclamando um discurso de oposição, é também um ato político e representa o posicionamento de *O Debate*. Pode-se afirmar que ainda existia uma certa margem para que a imprensa realizasse suas críticas. Como se verá a frente, essa liberdade vai sendo suprimida ao longo dos anos do regime militar, limitando em partes o fazer jornalístico.

As ligações entre Brasil e Estados Unidos e a subserviência frente aos “irmãos” do norte, faziam parte das críticas da esquerda desse período. Criticar o imperialismo estadunidense era também uma forma de atacar o próprio regime. Realizando uma crítica aos negócios entre os dois países, Carlos Alberto Pessoa, em “Ruínosa Amizade” afirmava que:

O pior, na história, é que o presidente Castelo Branco, assessorado por mr. Bob Field – ou melhor: Roberto Campos – vive na doce ilusão de um plano Marshall para o Brasil: evitemos as áreas de atritos para podermos receber um bilhão de dólares americanos – é o que deve soprar aos ouvidos inocentes do presidente. (...) O que o presidente não sabe é que o plano Marshall foi um ótimo investimento político e, principalmente, econômico para os EUA, porque estes conseguiram descarregar parte dos seus excedentes agrícolas e reconverteram sua economia industrial para a produção pacífica. O plano Marshall não foi uma obra filantrópica, mas um alto negócio para os americanos, que viram sua influência política crescer na Europa.

O presidente Castelo Branco pode esperar sentado pelo bilhão de dólares, à medida que se aliena a soberania econômica do Brasil. Um dia talvez ele venha, mas aí – aí do Brasil! Não seremos senão uma colônia, um quintal, um grande Porto Rico, um Haiti tamanho gigante e, então não teremos mais presidentes, mas sim títeres do Departamento de Estado.<sup>169</sup>

Mesmo que nas páginas de *O Debate* possa se perceber um posicionamento contrário ao comunismo, isso não impediu que Orreda, responsável pelo jornal, fosse acusado de ser um adepto desta doutrina por cidadãos da cidade. Orreda afirma que foi chamado por um padre da cidade de comunista, o qual fez acusações a respeito do

<sup>168</sup> *O Debate*. 31/01/1965

<sup>169</sup> Idem.

posicionamento ideológico do jornalista publicamente no jornal *Tribuna dos Municípios*. Posicionando-se frente à questões nacionais de forma mais crítica, ou de uma forma que fosse contrária aos setores mais conservadores, o jornalista foi então visto como um suposto comunista. Por certo, não se afirma que o jornal era visto pelos seus leitores como um periódico comunista e subversivo, nem tampouco que todos os seus leitores possuíam a mesma visão do referido religioso. Mas isso serve para ilustrar as confusões desse período, onde muitas atitudes e posicionamentos eram confundidos com o comunismo, o que, por certo, foi levado ao extremo pelos militares, que viam o perigo vermelho em tudo. A suspeita motivou então, as atitudes repressivas do regime militar, naquilo a que chamamos anteriormente de “paranóia” dentro do governo. Por certo, deve-se levar em conta que dentro desse mesmo governo, existiam diferentes interpretações para essas atitudes, consideradas como normais para uns e subversivas para outros. As disputas e contradições internas estiveram presente durante os 21 anos de regime de exceção, afastando a possibilidade de um consenso entre os militares em muitas questões. O posicionamento crítico do jornal bem como a acusação de comunista para o seu diretor, não resultou em imediata repressão dos mesmos.

Pode-se entender que a publicação não somente de críticas, mas também de campanhas por melhorias na cidade, pela instalação de uma faculdade, de um ginásio de esportes, de uma melhor atenção a questão rural e urbana, demonstram um certo descontentamento com a política regional. Mesmo que em determinados momentos se perceba uma expectativa positiva com o governo estadual, em outros é chamada à atenção dos leitores para os problemas regionais, que afetavam o bom desenvolvimento do município. Não eram somente as críticas ao governo federal que poderiam prejudicar um jornal, mas também aquelas feitas na esfera estadual que não deixava de ser um braço desse poder maior.

A campanha pela instalação de uma faculdade no município começou a estar presente nas páginas do jornal em 1965, após a aprovação da lei que criava uma faculdade de filosofia na cidade. A campanha foi motivada pela necessidade de que uma parcela da cidade deveria reunir esforços para a efetivação desse projeto, haja vista que o Sistema Estadual de Ensino da época previa que faculdades isoladas deveriam funcionar sob a forma de fundações, tendo um conselho de curadores, daí a necessidade do trabalho e esforço de todos. Iniciava-se então um longo processo para a efetivação de uma unidade

de ensino superior para a região. Afirmar o editorial “Filosofia” de abril de 1965 que: “o processo para a instalação de uma escola significa um trabalho persistente e árduo. Criar uma escola não é assinar uma lei. Criar uma escola é uma batalha que a comunidade deve travar consigo mesma para provar e comprovar as condições de funcionamento real e efetivo do estabelecimento desejado.”<sup>170</sup>

Nas eleições ainda diretas de 1965 para a escolha dos governadores de onze estados brasileiros, a disputa no estado do Paraná torna-se tensa e carregada de articulações políticas para que a chefia do executivo ficasse com o candidato apoiado por Ney Braga. A realização de um pleito direto, frustrou os planos de Braga, que esperava a prorrogação dos mandatos por mais um ano dos governadores, como ocorrera na presidência da república. Braga entendia que se houvesse essa prorrogação, a escolha do futuro governador seria realizada de maneira indireta e Paulo Pimentel, ex-secretário da agricultura no governo de Braga e que há tempos pressionava o governador pela sucessão estadual, “entraria no vazio e, então o Ney escolheria o seu sucessor.”<sup>171</sup>

Porém Castelo Branco não prorrogou os mandatos como esperava Ney Braga, que optou por apoiar Paulo Pimentel, mesmo que não fosse o candidato de sua preferência, pois despontava como uma liderança que poderia futuramente incomodar o então governador. Por outro lado, a candidatura do ex-cunhado e ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto também preocupava os planos de Braga, pois, sem dúvida era uma candidatura de forte expressão no Paraná. A ruptura da aliança política com Ney Braga tornou-se clara com a carta publicada em fevereiro de 1965 no jornal *Correio do Paraná*, onde Munhoz da Rocha afirma que Ney Braga o traiu politicamente. Bento Munhoz da Rocha afirma na mensagem enviada a Ney Braga:

Você não suporta a humilhação de dever a mim, em tão grande intensidade, as condições para os êxitos de sua vida política. E mais do que os êxitos que, contrariamente à minha formação, Você ansiosamente procura, o início imprescindível, sem o qual Você não seria nada no mundo político. (...) Você não era, não existia. Eu o inventei politicamente.

(...) E logo ao início de sua administração, percebi os novos rumos pelos quais você se orientava, dominado insistentemente pela preocupação eleitoreira, uma preocupação, entretanto, elevada a tal intensidade que se tornava na verdade uma obsessão.

(...) Chamá-lo de esquerdista, entretanto, seria injuriar os esquerdistas que tiveram a coragem de optar, pois Você sendo apenas oportunista e, pretendendo apenas acertar na confusão dos momentos de crise que, para infelicidade nossa, são hoje tão comuns, consegue somente afundar-se na indefinição. Você só tem uma referência de comportamento político: a rentabilidade

<sup>170</sup> **O Debate**. 30/04/1965.

<sup>171</sup> MAGALHÃES, Francisco de. Apud: KUNHAVALIK, José Pedro. *Ney Braga: trajetória política e bases do poder*. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org). *Op. Cit.* 2004. p. 327.

imediate, eleitoral, partidária ou de grupo dominante.<sup>172</sup>

*O Debate* afirmando sua posição nas eleições que definiriam o governador do estado, justificava o apoio ao então candidato Paulo Pimentel. Se em editoriais e matérias anteriores podia-se ler uma crítica a maneira como os militares desrespeitaram a Constituição e a democracia brasileira, com cassações e atos arbitrários, nos quatro editoriais a partir de junho de 1965 até a realização do pleito, as opiniões são, de certo modo, opostas. No entender do jornal, as forças que apoiavam Munhoz da Rocha eram as mesmas que foram punidas pela “Revolução” de 1964, devendo o eleitor lembrar-se que esses punidos eram identificados com a corrupção e com setores que ameaçavam a democracia. No tempo de Munhoz da Rocha, houve a “paralisação das obras iniciadas pelo seu antecessor.”<sup>173</sup> No entender do jornal, Paulo Pimentel representaria a consolidação das mudanças iniciadas por Ney Braga, não sendo digno para o povo paranaense um possível retrocesso. Pimentel seria também identificado com aqueles que não foram punidos pela limpeza realizada pelos militares, aqueles “a quem a revolução aplaudiu” o que indicaria o caráter e a “dignidade” do candidato. Nos meandros do jogo político, não se pode esquecer que Orreda ocupava um cargo de confiança no poder público, o que talvez tenha contribuído para o posicionamento quase panfletário em nome de Paulo Pimentel. Ao afirmar que “se a política do atual governo não está correspondendo os anseios nacionais, ao menos aquele ambiente perigoso de subversão terminou”, Orreda acaba por apontar para um caráter positivo da “Revolução” de 1964, que livrou o país dos males do comunismo, que ameaçavam as instituições democráticas. O editorial termina com a exposição das possibilidades para a eleição, indicando que

A opção pois, não será outra: ou ficamos com as forças condenadas e derrotadas pela Revolução, que apóiam Munhoz da Rocha – ou ficamos visando os interesses do Paraná, com o senhor Paulo Pimentel e com as forças que atravessaram os dias de limpeza geral da Nação sem punições e muito pelo contrário, recebendo aplausos.<sup>174</sup>

Naquele momento eleitoral *O Debate* optou por rechaçar aqueles que foram punidos pela limpeza realizada pelos militares, sendo vistos como perigosos para o estado, e apoiar os que saíram imunes a tal limpeza. O posicionamento demonstra uma certa ambigüidade, pois se em outros textos, Orreda optou por críticas aos militares e ao estado de exceção em que se encontrava o país, neste momento antes do pleito estadual o

<sup>172</sup> *Correio do Paraná*. 19/02/1965 e novamente em 21/02/1965. In KUNHAVALIK, José Pedro. *Op. Cit.* 2004. p. 328.

<sup>173</sup> *O Debate*. 27/06/1965.

<sup>174</sup> *Idem*.

jornal acabou por fazer grande campanha em prol de Paulo Pimentel e das forças que foram aplaudidas pelos militares.

Na edição de julho de 1965 novamente um artigo de capa, intitulado “O voto da razão”, faz campanha para Pimentel. Afirmando que o voto em Paulo Pimentel e Plínio Costa seria indiscutivelmente o voto da razão, pois os dois eram “administradores, comprovadamente administradores”, em oposição a Bento Munhoz da Rocha e Rafael Rezende que eram apenas políticos, e apenas isso. Em um extenso elogio a figura de Pimentel, o texto apresenta os feitos do candidato e de seu vice, o primeiro na Secretaria da Agricultura no governo Ney Braga, o segundo na recuperação das finanças no governo de Moisés Lupion, anteriormente criticado na coluna de Salustiano. Munhoz da Rocha e seu vice, eram por outro lado associados a pontos negativos, com obras inacabadas e com os excessos cometidos na construção do Centro Cívico. Rafael Rezende era o político que iria à região em anos eleitorais pedir votos, mas que não impediu a transferência da BR-35 para Ponta Grossa, causando prejuízos para a região. Dessa forma, “Paulo Pimentel e Plínio Costa representam o voto da razão, antes de tudo, porque as obras do atual governo não podem parar. E Munhoz da Rocha é o anti-Ney Braga. Não sabemos como um homem que dizem tão inteligente possa fundamentar sua campanha em mensagem tão vazia e tão pequena.”<sup>175</sup> Nota-se aqui a tentativa de deslegitimar Munhoz da Rocha, associando-o ao pior da política, colocando seus atos como prejudiciais ao desenvolvimento do estado, demonstrando que sua eleição representaria grande retrocesso. Por outro, Pimentel é apresentado de uma forma extremamente positiva, sendo associado a valores dignos, lembrando velhos nomes da política estadual, como Manoel Ribas, considerado como “um dos melhores governos que o Paraná já possuiu.”<sup>176</sup> *O Debate* foi assim, um meio para divulgar a campanha de Pimentel, e aquilo que ele prometia para a região, além de mostrar o candidato como o mais apto e legítimo para ocupar o cargo do executivo, sendo lembrado como o “caminho da esperança”. Poucas palavras, mas que dizem muito, esperança, futuro, construção, associadas a um nome, a um candidato.

As alianças e os rompimentos tornaram-se intensos quando Paulo Pimentel, com o apoio de Ney Braga, vence Afonso Camargo Neto na convenção do PDC, por uma

---

<sup>175</sup> *O Debate*. 30/07/1965.

<sup>176</sup> Idem.

diferença de 57 votos.<sup>177</sup> Ressentido com o apoio dado ao outro candidato, sem vínculos com o partido, Afonso Camargo decide então apoiar a candidatura do tio, Munhoz da Rocha, juntamente com outros políticos que deixaram o PDC, como José Richa, criado no seio do “neyismo” e do PDC.<sup>178</sup> De um lado então Munhoz da Rocha pelo PR (Partido Republicano) com Rafael Resende do PSD para vice, apoiado por setores do PSD, do PDC, PSP, PRP (Partido de Representação Popular), PTB, uma dissidência da UDN e do PST (Partido Social Trabalhista) e do enfraquecido PTB. De outro Paulo Pimentel, candidato pelo PTN, apoiado pela grande maioria do PDC e da UDN, PL e setores do PSD. Paulo Pimentel venceu a eleição com 518.935 votos, representando 51,1 % dos votos, contra 458.119 de Munhoz da Rocha. Ney Braga conseguia assim impor uma grande vitória ao seu adversário político.<sup>179</sup>

Após as eleições Ney Braga é convidado a assumir o Ministério da Agricultura, porém, necessitava ainda cuidar da sucessão no estado, pois o seu vice era Afonso Camargo com quem estava rompido. Era necessário deixar em seu lugar alguém de sua confiança e Camargo na chefia do estado, mesmo que por um tempo curto, poderia representar o fortalecimento da oposição. Afirmando que somente assumiria o Ministério se Camargo renunciasse junto com ele, Braga consegue o objetivo desejado com a entrega no dia 17 de novembro de 1965, já com o Ato Institucional nº 2 que extinguiu os partidos políticos em vigor, das cartas de renúncia sua e de Camargo, deixando o governo do estado para Algacyr Magalhães da UDN, eleito pela Assembléia Estadual no dia 19 de novembro. As articulações para a vitória do candidato indicado por Braga foram feitas pelo então deputado Anibal Khouri, futuramente cassado, e demonstram quem realmente exercia grande poder na política estadual. Futuramente, a formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no estado seria controlada a partir do Ministério da Agricultura, sob o comando exclusivo de Ney Braga, indicando para a presidência estadual do partido Algacyr Magalhães.

Retomando os posicionamentos mais críticos do jornal, um texto de Carlos Alberto Pessoa em outubro de 1965, chamado “A reforma, a constituição e o ministro”,

---

<sup>177</sup> Paulo Pimentel recebeu 838 votos, contra 781 de Afonso Camargo.

<sup>178</sup> KUNHAVALIK, José Pedro. *Op. Cit.* p. 330.

<sup>179</sup> Idem. A respeito dessas eleições, a utilização da pesquisa eleitoral foi usada segundo Ney Braga “para determinar a tendência da opinião pública, para corrigi-la e finalmente para consolidar a intenção de voto de nossos eleitores e influir sobre os indecisos, principalmente aquele grupo dos que não gostam de perder o voto.”

fazia críticas a tentativa do governo militar de modificar a constituição para dar mais poderes a Justiça Militar em detrimento das atribuições da Suprema Corte. Citando palavras do então Presidente do Supremo, Ribeiro da Costa, que criticava a intromissão dos militares nesse “assunto que não lhes diz respeito, sobre o qual não lhes cabe opinar, o que vem ocorrendo lamentavelmente, coisa jamais vista nos países civilizados. Já é tempo de que os militares se compenetrem de que nos regimes democráticos não lhes cabe o papel de mentores da nação.”<sup>180</sup> Carlos Pessoa conclui o texto reafirmando as palavras de Ribeiro da Costa e

Não podendo e não devendo acrescentar coisa alguma às palavras do ministro Ribeiro da Costa, queremos contudo, expressar a nossa concordância com as mesmas e fazer delas as nossas palavras. Esperamos, sinceramente, que a reação democrática, a partir de agora, tome novo impulso para não se deixar abater por uma minoria sequiosa de poder e vingança, por uma minoria que é anti-nação.

O Brasil é muito grande para ser governado por gente tão pequena, mesquinha e estreita.<sup>181</sup>

Mesmo não sendo uma matéria assinada por Orreda, a presença de um texto de crítica a tentativa dos militares de mudarem a Constituição, demonstra que esse texto, mesmo contraditório em relação a outros posicionamentos políticos do jornal, foi publicado, o que nos dá indícios de que também era a opinião do diretor. Contrasta por outro lado, com um texto de aplauso à vitória de Paulo Pimentel na cidade, mesmo que por uma diferença de 99 votos, elegendo o “mais capaz e mais apto para a chefia do Executivo estadual.”<sup>182</sup> Na mesma página os dois textos, uma crítica aos militares, e ao seu lado um texto que elogiava o novo governador eleito, ligado por certo, à situação e apoiado pelos militares e pelo governador Ney Braga. Contradições interessantes, pois demonstram como o jogo da política é cercado de aproximações e repulsas. Esse elogio mais tarde, dará lugar às críticas e a um outro posicionamento político.

O jornal nesse ano de 1965 estava com uma periodicidade irregular, circulando poucas vezes, possuindo apenas quatro edições. Mesmo contando com diversos anunciantes, alguns de empresas de grande porte da cidade, as dificuldades de prosseguir com o jornal vão tornando-se cada vez maiores. Dividindo-se nas atividades de jornalista e professor, Orreda acabou por paralisar as atividades do jornal em outubro de 1966. Sobre sua atividade como professor, Orreda lembra que

Você tinha que ir lá no DOPS e eles tinham que dar um atestado de que você estava isento, de que você não estava fichado lá, de que você tinha bons antecedentes, de que era bonzinho, que não

---

<sup>180</sup> **O Debate**. 31/10/1965.

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> Idem.



tinha nenhum envolvimento com nenhum movimento de esquerda, aquela coisa toda, e este atestado era tirado lá em Curitiba. Tinha que tirar este atestado para poder dar aula.<sup>183</sup>

Era necessário então possuir um *Atestado de Ideologia* para poder exercer o magistério, o que comprovaria o “bom” comportamento dos docentes.<sup>184</sup>

As últimas edições de *O Debate* nesta primeira fase de circulação trazem interessantes textos e críticas, num tom mais ácido contra o governo militar, que já apresentava seu lado mais violento e brutal, com prisões e torturas por todo o país. A maneira como o jornal estava percebendo esse estado de exceção, também pode fornecer indícios de como esse momento era visto no interior do país, onde ainda chegavam informações dos arbítrios cometidos, pois a imprensa ainda gozava de certa liberdade. Em “Violência”, de julho de 1966, Orreda afirma que:

O clima nacional é de verdadeiro terror! Em terror vivem os jornalistas, os homens da oposição, os estudantes, os intelectuais e até mesmo os exibidores cinematográficos. Uma onda de moralismo estúpido, aliado a uma violência imoral e ambos misturados a uma hipocrisia gigantesca, tomaram conta do Brasil.

O Brasil vive sob uma ditadura e como toda ditadura apela frequentemente para a violência.

(...) Mas um governo que se apóia na força das armas, que teme qualquer manifestação popular e as reprime usando e abusando do cassete, das bombas de gás e das prisões, não é um governo forte, mas violento.

A violência demonstra medo, fraqueza. Governo forte é o que possui apoio popular forte.

O governo do Sr. Castelo Branco é violento porque antipopular, ilegítimo, reacionário, anti-nacional.

Contudo, como diz um personagem do filme Deus e o Diabo na Terra do Sol: 'Mais forte são os poderes do povo.' Quem viver, verá! Amém.<sup>185</sup>

Agora o movimento de 1964 era entendido como uma ditadura, e não mais como uma “Revolução”, que realizou uma grande limpeza na política nacional e estadual, retirando políticos corruptos, deixando apenas os “aplaudidos” de outrora. Já não era mais um movimento que traria a moralidade para a política nacional. O movimento transformara-se em um autoritarismo, em terror estatal, em uma ditadura, que praticava a violência contra diversos setores da sociedade. Citando o filme censurado de Glauber Rocha, o jornalista se refere ao poder do povo, que futuramente venceria os abusos da ditadura. Afirmando que o governo militar não contava com apoio popular, pode-se perceber através das páginas do jornal, a escalada autoritária dos militares. A matéria do jornal adquire importância, pois demonstra como a permanência dos militares no poder é

<sup>183</sup> Entrevista concedida em 20 de Julho de 2007.

<sup>184</sup> No Arquivo Público do Paraná, na documentação do DOPS, foram encontradas diversas solicitações de informações a respeito de professores estaduais, dos quais suspeitava-se de envolvimento com atividades subversivas.

<sup>185</sup> **O Debate**. 15/07/1966.

percebida pelo jornalista e a mudança de rumos da “Revolução”. Em tempos posteriores, talvez um texto de ataque aos militares tivesse outras conseqüências para o jornal e para o jornalista. Porém, o jornal não analisa que a política estadual também era um reflexo dessa ditadura, e que, se havia um estado de exceção, o governo do estado do Paraná, na figura de Paulo Pimentel, era um de seus apoiadores e fazia parte da base do regime militar. Essa relação não foi contemplada nas páginas de *O Debate*, talvez por entender que eram poderes separados, talvez pelo proprietário estar ligado ainda a esse poder estadual com um cargo de confiança na Inspetoria Regional de Ensino.

A última edição de *O Debate*, nesta primeira fase, em outubro de 1966 traz uma interessante crítica de Carlos Alberto Pessoa, em um tom irônico, a questão das oligarquias nacionais e os pronunciamentos do então senador estadunidense Robert McNamara. O então senador teria afirmado que a América Latina não se desenvolvia, pois “elementos que trabalham contra o seu desenvolvimento, simplesmente porque desejam preservar os benefícios que auferem da manutenção do status-quo.” Pessoa se referia também a concessão de 74,9 milhões de dólares para fins militares na América Latina e ao projeto de Roberto Campos para a reforma agrária no país, que teria causado descontentamento das elites nacionais, em especial da “família mineira”, pois o projeto previa a desapropriação e pagamento com títulos da dívida pública. Segundo Pessoa,

A reação foi tamanha, gritou-se tanto, que o marechal Castelo chamou Mr. Campos e pediu: Mr. Campos, faça o favor de aguar, dissolver, descolorir, moderar o seu ante-projeto, senão a 'tradicional família mineira', a 'marcha da família com Deus pela propriedade', e quejandos, terminam acabando com a nossa 'redentora revolução', que foi feita, no entanto para acabar com a subversão e corrupção e não para mexer nos campos. Mr. Campos não vamos mexer nos campos! Assim falou Castelo.

'Se mexerem nos campos, nós mexeremos no Campos', falou a 'tradicional família mineira'. Lincon Gordon, em declaração ao jornal brasileiro 'The Globe', dirigido pelo nacionalista radical Robert Marinho, disse: 'Mr. Campos ser intocável'. Depois de todas essas declarações e ameaças chegou-se a um acordo de cavalheiros: ninguém mexe em ninguém. Datilografado, lido e aprovado por todos os presentes, seguiu-se a coleta de assinaturas, menos a de um que, por motivos óbvios, preferiu usar o polegar da mão direita, o que causou um certo constrangimento logo quebrado pelo espoucar de chamapanhas.

E assim continuou tudo como dantes no quartel dos abranes para a infelicidade geral de todos e desgraça da nação.

(...) Enquanto isso, os palhaços, no palco se divertem inconscientes.<sup>186</sup>

O regime era assim ironizado por Pessoa, utilizando-se de pronomes em inglês, fazendo uma alusão a ligação dos “homens da Revolução” ao governo estadunidense, e a pressão deste sobre o Brasil. O autor então questionava o posicionamento de McNamara,

---

<sup>186</sup> *O Debate*. 08/10/1966.

que, por um lado falava em elementos que trabalhavam contra a América Latina, e de outro, armava esses mesmos setores. Esses ataques a essas oligarquias, seriam então “mentirinha, para inglês ver”, pois eram armadas pelos E.U.A., que dessa forma, mantinham a hegemonia no continente. A venda de armas para esses países latino-americanos seria um bom negócio, pois os E.U.A. livravam-se de armas obsoletas e os governos ainda garantiam o lucro dos yankees. Construía-se um cenário onde governos nacionalistas e reformistas eram retirados do poder, através de golpes de estados com pronunciamentos militares. Questionável seria a posição dos Estados Unidos, que de um lado defendiam a democracia com todas as forças em seu país, e por outro “apóiem todas as ditaduras latino-americanas, com exceção, é claro, da de Fidel Castro.”<sup>187</sup> Para o jornalista estaria claro a participação dos Estados Unidos nos golpes em países latino-americanos, que derrubaram governos com caráter reformista e nacionalista, o que contradizia a defesa da valores democráticos naquele país. Outros golpes estariam por vir e Allende ainda não tinha tirado a própria vida, no golpe chileno que contou com grande participação estadunidense.

Encerrava-se com essa edição a primeira fase do jornal, depois de dificuldades financeiras e de produção, pois os colaboradores do periódico exerciam outras profissões, tendo o jornal como renda secundária.

Em junho de 1967 o jornal retornava as bancas, agora em formato maior e com maiores recursos gráficos, mais páginas e um maior número de fotografias, circulando semanalmente. A convite do então prefeito do município, Ildefonso Zanetti, Orreda decide retomar a edição do jornal, para auxiliar Zanetti na divulgação dos feitos da prefeitura e informar os cidadãos de Irati e região. Porém, vivia-se um outro período da política nacional, onde o recrudescimento do regime tornara-se efetivo.

Como citado nos capítulos anteriores a imprensa foi reprimida pelo regime militar, que baseado no combate ao comunismo, censurava ou “recomendava” a não publicação daquilo que considerava como subversivo e que atacasse a “Revolução” instaurada em 1964. Alguns jornais receberam a censura nas próprias redações ou enviavam seus materiais para análise na Polícia Federal, outros recebiam informes do que estavam proibidos de publicar e, talvez a grande maioria, mesmo sem receber tais recomendações, não publicavam matérias com medo de possíveis punições. Orreda afirma que “já nem

---

<sup>187</sup> O Debate. 08/10/1966.

publicava alguma coisa porque você sabia que se publicasse já estava sujeito a algum troco, alguma represália, que viesse causar algum aborrecimento.”<sup>188</sup> Naquilo a que podemos chamar de autocensura, jornalistas optavam pela não publicação de matérias que criticassem o governo, ou pudessem ser entendidas como de caráter subversivo. Entende-se aqui que esses jornais foram afetados pelo controle imposto à imprensa, e que muitos temendo futuras represálias, optaram pelo silêncio. Dessa forma, a censura atingiu não apenas os grandes jornais, mas também a pequena imprensa do interior. Não se pode esquecer que muitos desses pequenos jornais, sobreviviam graças ao patrocínio das prefeituras, que publicavam seus editais nesses meios de comunicação e que, normalmente, prefeitos eram também empresários locais e anunciantes do jornal, além de parceiros do regime militar. Criticar o governo, poderia, nessa rede de ligações, causar perdas econômicas para a empresa jornalística, além das possíveis prisões e inquéritos.

A volta do jornal em 1967 foi marcada pela permanência de textos críticos sobre a política nacional e internacional, e se misturavam com informações sobre a sociedade local e regional. Matérias que abordavam os atos repressivos do governo e as contradições do regime, figuravam lado a lado com matérias sobre as medidas do então prefeito Ildefonso Zanetti. Os textos que se referiam à política nacional e internacional, podem também nos dar indícios do que esses intelectuais estavam lendo e em que ambiente estavam inseridos, que, em partes, motivavam seus questionamentos.

Citando o conhecido livro de Stanislaw Ponte Preta, *Febeapá: Festival de besteiras que assola o país*, que retratava os acontecimentos ocorridos em 1964, o jornalista Carlos Alberto Pessoa fez uma crítica à Lei de Segurança Nacional, aprovada em março de 1967. Intitulando a referida lei, como Lei de Insegurança Nacional, Pessoa afirmava que o ato traria o medo e a insegurança para as pessoas que dela tomaram conhecimento, e que seria uma ameaça constante pairando sobre a cabeça da população brasileira. Entendia o jornalista, que com essa lei, todos passariam a ser responsáveis pela Segurança Nacional, sendo também um “monstrengo jurídico”, que atacaria não a segurança nacional, mas sim a segurança individual, onde todos poderiam ser vistos como suspeitos e inimigos do regime. Analisando a possibilidade de que qualquer cidadão empregado em empresas privadas ou no funcionalismo público, fosse suspenso do exercício profissional, em caso de prisão em flagrante, ou quando do recebimento de

---

<sup>188</sup> Entrevista concedida em 20 de Julho de 2007.

denúncia que se enquadrasse nos casos previstos pelo regime. Bastaria então um telefonema, segundo o autor, para que um cidadão viesse a perder o emprego. As ambigüidades da lei, poderiam incluir os cidadãos por qualquer motivo, pois ela daria margem a uma série de interpretações. Segundo o artigo 2º da lei, “a segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos tanto internos como externos.” Questionava então, “quais são os objetivos nacionais? São eles permanentes ou não? Existe unanimidade de opiniões a respeito desses objetivos? Quem os estabeleceu? A Sorbone? A Cia? O FBI? O Departamento de Estado Americano? A Tradicional Família Mineira?”<sup>189</sup> O estado de exceção instaurado no país, colocaria em risco as liberdades individuais e transformaria todos os cidadãos em suspeitos em potencial e a Lei de Segurança Nacional atentava contra os princípios do Direito e da Justiça. A lei poderia, segundo Pessoa, figurar em algum livro organizado por Stanislaw Ponte Preta em matéria de besteira. Parodiando Drummond, o texto termina afirmando que “a tarde talvez fosse azul, não houvesse tanta burrice.” As “besteiras” continuariam a figurar na vida política nacional ainda por um prolongado tempo, punindo inúmeros cidadãos brasileiros.

Carlos Alberto Pessoa destacou-se nas páginas do jornal com vários artigos, se não polêmicos, por certo críticos. Em um texto de página inteira, intitulado “Em defesa de Hélio Fernandes”, Pessoa fazia uma análise da prisão do jornalista, pelas críticas feitas ao ex-presidente Castelo Branco, logo após a sua morte. Em um longo texto, afirma que a prisão foi um ato arbitrário, desrespeitando a Constituição, promulgada em janeiro do mesmo ano, pois ela afirma em seu capítulo IV que seria “livre a manifestação de pensamento, de convicção religiosa, política ou filosófica”, e que a prisão baseava-se em atos já revogados, pois estariam incorporados à nova Carta Magna. As alegações do Ministro da Justiça, Gama e Silva, para justificar a prisão seriam então “absurdas, inconstitucionais e seriam de rir não tivessem em jogo o direito (esse sim inalienável) que todo cidadão tem de manifestar livremente sua opinião.”<sup>190</sup> Pode-se perceber que as críticas de Pessoa estão inseridas em um contexto onde a censura praticada pelo Estado ainda não era institucionalizada, o que levou a uma idéia de desrespeito às leis pelo governo militar, que cometeu um ato arbitrário e, para o jornalista, ilegal. O jornalista entende que “o Ministro parece esquecer preceitos componentes do arsenal jurídico de qualquer

<sup>189</sup> O Debate. 15/07/1967.

<sup>190</sup> O Debate. 30/07/1967.

primeiro anista de Direito. Por exemplo: a lei não pode retroagir, voltar no tempo e muito menos pode uma lei extinta, revogada por uma lei maior, continuar tendo validade.”<sup>191</sup> Todavia, Hélio Fernandes teria dirigido críticas a Castelo Branco quando esse ainda era presidente, bem como o fizeram David Nasser, Carlos Lacerda e não foram punidos por isso. Após a morte de Castelo Branco o governo estaria cometendo um erro duplo ao querer fazer justiça à memória do ex-presidente. O primeiro pela própria ação da prisão de Hélio Fernandes; e o segundo por se utilizar de Atos Institucionais já revogados.

Porém, esse texto de Carlos Alberto Pessoa gerou polêmica dentro do próprio jornal. Na coluna que assinava com o pseudônimo Salustiano, Orreda afirma que foi “sem grandeza e medíocre a posição assumida pelo jornalista Hélio Fernandes de críticas à pessoa do ex-presidente Castelo Branco.”<sup>192</sup> Orreda afirma que para Fernandes o seu confinamento acabou tornando-se um prêmio, pois tornou-se uma figura de renome nacional e seu jornal nada sofreu.<sup>193</sup> Esse posicionamento de Orreda, levou Pessoa a remeter uma longa carta publicada na íntegra na edição de 27 de agosto de 1967. Retomando as críticas apontadas por Orreda, Pessoa afirma que o texto de Hélio Fernandes intitulado “A morte do sr. Humberto de Alencar Castelo Branco”, não foi infeliz, mas “oportuno; não foi covarde, mas corajoso e a coragem é um elemento de grandeza. (...) Hélio os atacou possuído pela ira dos justos e iluminados, não pela chama da verdade, mas pelos claros, simples e inalienáveis direitos do homem, pelo interesse público e pela soberania nacional.”<sup>194</sup> Indagando o então assinante da coluna, Salustiano, Pessoa lança o questionamento se a Tribuna deveria ser fechada, além de afirmar que junto com o jornalista foram confinadas também todas as liberdades, caracterizando o ato como uma violência contra o direito que todos tem. A carta de Pessoa teve sua resposta na edição seguinte, onde Orreda afirmava não concordar que fosse corajosa a atitude de dar “bofetada” num ex-presidente morto, num cadáver sobre a mesa. Em um caráter conciliador, afirmando ser contra a cassação dos direitos políticos de Hélio Fernandes, bem como da necessidade de liberdade de expressão. Orreda afirmou ainda, respondendo

<sup>191</sup> **O Debate.** 30/07/1967.

<sup>192</sup> **O Debate.** 06/08/1967.

<sup>193</sup> O jornal *Tribuna da Imprensa* criado por Carlos Lacerda em 27 de dezembro acompanhou sua carreira política até 1961, quando o vendeu em 1961 por US\$ 10 milhões para Manuel Francisco do Nascimento Brito, do *Jornal do Brasil*. No final de 1962 Hélio Fernandes adquiriu o jornal. LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda*. In MARTINS, Ana Luiza, DE LUCCA, Tânia Regina. *Op. Cit.* 2008.

<sup>194</sup> **O Debate.** 27/08/1967.

ao questionamento que lhe foi feito, que não gostaria de ver a *Tribuna* fechada, mas que poderia ter sido, caso nada tivesse sido feito ao seu jornalista. Na sua opinião o governo agiu para evitar uma crise, pois militares da chamada “linha dura” pressionaram o governo a tomar uma decisão. Orreda entende que sua atitude possa ser vista como “pequeno-burguesa, provinciana, moralista, ultrapassada”, mas que seria o ponto de vista de quem “quer entender que o homem deve ser a imagem e semelhança do homem, e não a semelhança do diabo. (...) Aceite um abraço do Salustiano Jr.”<sup>195</sup>

A troca de correspondência teve seu fim na edição de 8 de outubro de 1967, quando Pessoa envia a última carta a coluna de Salustiano e afirma que

De fato a morte torna todos os homens iguais, o sábio e o insensato morrem igualmente. Esta observação não nos permite, porém, respeitar a todos, pois se os homens morrem igualmente, vivem de maneiras igualmente diferentes: uns são bons, outros maus; uns sábios, outros insensatos. (...) A atitude do governo deveria ter sido a favor e não contra Helio Fernandes, a não ser que se considere como favor o confinamento em Fernando de Noronha. Esse é um ponto de vista do Ministro da Justiça, o yê-yê-yesco sr. Gama e Silva. Com ele, é claro, não concordamos por achá-lo absurdo e estúpido. Vejamos por analogia. Conhecidos vândalos resolvem apedrejar sua casa. Além: avisam aos homens que devem manter a ordem que irão apedrejar de qualquer maneira, caso você não seja preso. Ora, então, ao invés de proteger o ameaçado, confina-se a futura vítima.<sup>196</sup>

Tal posicionamento de ambos, demonstra a inexistência de um pensamento unívoco dentro do jornal, o que muitos podem pensar existir dentro de uma redação jornalística. Porém, o questionamento maior a ser feito é o da não perseguição ao jornal e nem a Carlos Alberto Pessoa pelos textos contra o governo. Talvez a circulação regional do jornal tenha poupado as páginas de *O Debate* e seus jornalistas.

Se por um lado Orreda, através de seu pseudônimo em sua coluna *O Time*, criticou Hélio Fernandes e também o posicionamento de Carlos Alberto Pessoa, por outro permitiu a divulgação dos textos de Pessoa, além de manter aceso o debate publicando as cartas que seu colega de redação enviava. Talvez tal tática tenha sido planejada apenas para dar um destaque ainda maior para o fato, haja vista que ambos trabalhavam juntos e a identidade de Salus provavelmente fosse conhecida por Pessoa.

Ainda em 1967, Pessoa escreveu um texto criticando a bancada paranaense tanto no Senado, quanto na Câmara Federal, afirmando que a mesma, é marcada pela apatia e mediocridade. O alvo de Pessoa eram os deputados e senadores paranaenses, que, em sua opinião, engrossavam as fileiras do exército parlamentar que realizavam apenas pequenas aparições, de cinco minutos, conhecidas como *pinga-fogo*. Esse ato legislativo era

<sup>195</sup> *O Debate*. 03/09/1967.

<sup>196</sup> *O Debate*. 08/10/1967.

chamado de pequeno expediente, pois era visto como “fonte inesgotável de baboseiras que dão margem a um número infinito de piadas e gozações que alimentam o nosso triste panorama político.”<sup>197</sup> Denominando esses políticos de *vereadores federais*, os quais apontam para um grande despreparo e de uma origem da qual nunca deveriam ter saído. Esses vereadores federais seriam aqueles que “estão sempre a pedir verbas para o hospital X, para o clube Y, para a associação Z, etc. Os grandes temas políticos, econômicos e sociais não fazem parte de suas engraçadíssimas arengas.”<sup>198</sup> Elogiando nomes como Vieira Lins e Bento Munhoz da Rocha Neto, que se destacaram em mandatos anteriores, e nos nomes de Braga Ramos, na presidência da Comissão de Educação e Cultura e de Haroldo Leon Perez, vice-líder da ARENA, que exerciam seus mandatos naquele período. Por outro lado, lançou duras críticas ao ex-governador e ex-ministro, o Senador Ney Braga. Afirma que se esperava muito mais dele, devido sua grande votação, e que este recebeu a incumbência de “modificar ou tentar reformar não sei o que dentro dessa coisa chamada ARENA. Depois disso o sr. Ney Braga apagou-se, emudeceu-se.” Tendo como foco as tensões dentro das disputas do poder no estado do Paraná, principalmente entre Ney Braga e Paulo Pimentel, Pessoa alertava para o posicionamento que seguiria o então Senador Ney Braga.

Na mesma matéria o então governador Paulo Pimentel teria proclamado sua independência e se investido de líder dentro da ARENA, e implantando, contrariando Ney Braga e a linha dura dos militares, Aníbal Khoury na secretaria do partido da situação. “Rompimento efetivado, tornado público, o senador começou a vislumbrar nuvens negras, sinais inequívocos de mau tempo em torno de sua já lançada candidatura à sucessão estadual.”<sup>199</sup> Ao se referir a eliminação dos partidos com um verdadeiro conteúdo ideológico, os quais possuíam idéias e ideais bem definidos, Pessoa afirma que

(...) era o contrário dos sacos de gatos doados pelo sr. Castelo Branco com o objetivo de que a farsa partidária e eleitoral prosseguisse a fachada democrática para uso externo, continuasse intacta e dando oportunidade aos políticos de continuarem a brincar de situação e oposição diante dos olhos boquiabertos de uma população ignorante, faminta e sem esperanças.<sup>200</sup>

Ney Braga retornaria ao poder estadual no final da década de setenta, quando novamente seria governador do estado, finalizando sua carreira política em 1982. Paulo

---

<sup>197</sup> **O Debate**. 06/08/1967.

<sup>198</sup> Idem.

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> Idem.



Pimentel tornou-se grande empresário do ramo das comunicações, com redes de rádio, televisão e jornais impressos. Por certo, a disputa por esse poder estadual foi marcada pela aplicação de grandes recursos financeiros e também por apoios e oposições, o que demonstra a ausência de um pensamento homogêneo dentro da própria ARENA, o partido de apoio a ditadura militar.

### **3.3. O jornal como veículo de reivindicações**

O jornal além dos seus textos mais críticos quanto a situação nacional e estadual, demonstrando o caráter arbitrário do regime militar brasileiro, também tornou-se um veículo para reivindicações populares, podendo ser visto, não como mero reflexo da sociedade, mas como indicador dos anseios de uma grande parcela da população local. Se nos grandes centros, grupos de diversos segmentos ligados a esquerda articulavam uma possível tomada do poder, mesmo que afastada da grande massa de trabalhadores, em centros menores as preocupações por certo eram outras. Não se afirma que discussões sobre o estado arbitrário em que se encontrava o país estivesse ausente nesse interior, mas que vai ganhar mais importância aquilo que estava mais próximo dessa população ou o que estivesse diretamente ligado as suas reais necessidades. Mesmo assim, essas discussões não estão fora de um contexto maior, chamado *desenvolvimento*. O grande discurso político nesse período foi marcado pela tônica do desenvolvimento e a necessidade de livrar o país do atraso em que se encontrava, superando assim seu caráter subdesenvolvido.

Se o discurso político da época estava marcado por esse anseio de desenvolver, de fazer crescer nossa nação, por certo isso também esteve presente nas páginas de *O Debate*, o qual reivindicava o desenvolvimento da cidade e da região. Podemos citar alguns eixos centrais para isso e que ganharam maior destaque como: a construção de uma rodovia que ligasse Irati à Curitiba; a implantação de escolas profissionalizantes e de uma universidade; a melhoria do ensino na cidade; a criação de uma micro-região na qual Irati passaria a ser a sede, e a questão da terra, vista como fator de grande importância para a sustentabilidade da região, devido a característica agrícola do município. O ano de 1968 que se aproximava era visto como um momento importante para a concretização das promessas do então governador do Estado, além de ser o ano de eleições municipais, as

quais também poderiam indicar mudanças no cenário local.

### 3.3.1. A estrada para o progresso

A tentativa de conferir um destaque a posição de Irati frente aos municípios da região, fez parte das páginas de *O Debate* durante todo o seu período de circulação. Porém, tal destaque era afetado pelo fato da cidade ainda encontrar-se afastada de centros maiores. A dificuldade de acesso a cidades como Curitiba, Guarapuava e Ponta Grossa atrapalhava um possível desenvolvimento não somente do município, mas também da região, que via sua produção ser escoada por estradas de chão, em longas viagens por vias de difícil acesso. A construção de uma rodovia que ligasse essas regiões já estava nos discursos dos governadores Ney Braga e Paulo Pimentel.

Em 1967, uma longa matéria, intitulada “Estrada para o progresso” fazia um balanço da história do trecho entre Irati – Palmeira e dos acertos políticos, desde a efetivação do traçado, sua mudança e novamente a inclusão da cidade no trajeto que ligaria o porto de Paranaguá à cidade de Foz do Iguaçu. A chamada estrada pan-americana, que no Brasil, recebeu o nome de BR-277, iniciaria em Paranaguá e se estenderia à Assunção no Paraguai, La Paz na Bolívia e Lima no Peru.<sup>201</sup> Essa longa rodovia, que fazia parte também dos planos militares de segurança nacional, por facilitar uma mobilização mais rápida de uma ponta a outra do território brasileiro, tinha para a cidade de Irati uma longa história que “começa em São Luiz do Purunã e termina em Relógio. Memoriais, reuniões, discursos, telegramas, ofícios, entrevistas à rádios e jornais, audiências e outros expedientes foram utilizados em defesa da diretriz ideal desta rodovia.”<sup>202</sup>

No fim do período governamental de 1961, uma lei modificou o traçado da então BR-35, que figurava no Plano Rodoviário Nacional com a característica de BR-277, alterando o trecho para a cidade de Ponta Grossa, Imbituva e Relógio, ficando a cidade de Irati fora do traçado original. Essa mudança causaria um aumento em quarenta quilômetros, o que, por certo, causaria despesas ao governo. Trazendo a palavra de alguns engenheiros que conferissem credibilidade à matéria, buscou-se demonstrar as

---

<sup>201</sup> *O Debate*. 15/07/1967.

<sup>202</sup> Idem.

desvantagens que o desvio traria aos interesses e aos cofres públicos. Segundo o engenheiro do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), Philúvio de Cerqueira Rodrigues, ao se referir a mudança do trajeto, afirma que “esse instrumento legal foi sorrateiramente obtido por uma facção política, interessada na passagem dessa rodovia por Ponta Grossa, prejudicando enormemente não só a região, como até os próprios interesses internacionais do Brasil.”<sup>203</sup> Com a declaração do engenheiro, buscava-se dar legitimidade ao discurso do jornal, o qual possuía a linha de defesa dos interesses do município.

Em 1963 foi restabelecido o traçado da BR-277 via Palmeira-Irati, porém, as obras pelo traçado mais longo mantiveram-se num ritmo acelerado, contando com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, demonstrando o poder dos grupos políticos da região de Ponta Grossa.

Durante a campanha para a sucessão do governo do estado em 1965, novamente o debate acerca da rodovia veio à tona. A aprovação de uma verba de vinte milhões de dólares, cerca de quarenta bilhões de cruzeiros a época, foi comunicada pelo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, tendo o empreendimento na época previsão de 18 meses para sua conclusão.<sup>204</sup> Porém, tal verba estaria sendo usada no trecho entre Ponta Grossa e Guarapuava. Segundo Salustiano, na sua coluna *O Time*, as duas cidades são consideradas pontos estratégicos pelos militares, além de possuírem quartéis. Esse desvio, além de causar um gasto a mais nos cofres públicos com o consumo a mais de combustíveis, desgaste de material rodante, a nação teria “*outro grande encargo financeiro com o consumo de ferraduras quando, pelo asfalto, deslocar-se a cavalcada nas futuras revoluções para a moralização do país, dos brasileiros e dos negócios públicos.*”<sup>205</sup> Mesmo em tom bem humorado, Salustiano também reivindicava a passagem da rodovia por Irati.

A eleição de Paulo Pimentel para o governo do estado, foi marcada pela promessa da conclusão da rodovia, o que levou o jornal a um certo abrandamento das reivindicações, pois sua construção já estava em andamento. Em setembro de 1967, na capa do jornal, lia-se que “estrada Irati-São Luiz já tem 70% concluídos.” Porém, tal afirmativa se referia não a rodovia asfaltada, mas aos serviços de terraplenagem.

---

<sup>203</sup> **O Debate**. 15/07/1967.

<sup>204</sup> **O Debate**. 31/12/1965.

<sup>205</sup> **O Debate**. 28/02/1966.

Enquanto o trecho entre São Luiz-Palmeira, de 30 quilômetros, já contava com serviços preliminares de pavimentação asfáltica, o trecho entre Palmeira-Irati, de 68 quilômetros, recebia apenas serviços básicos de terraplenagem. As medidas, segundo o jornal, foram fruto do interesse e do trabalho de iratienses como o engenheiro e diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) Plínio Anciutti Pessoa, dos deputados João Mansur e Emílio Hoffman Gomes.<sup>206</sup>

Como característica do discurso político, Plínio A. Pessoa afirma que o governador Paulo Pimentel estava “executando obras rodoviárias em todos os rincões do Paraná.” A promessa de que até o fim do ano, se teria “uma rodovia de primeira classe implantada entre Palmeira-Irati” foi a crença do jornal. O ano de 1968 começaria com uma verba de 3 bilhões de cruzeiros, acrescidos de outros 6 bilhões que seriam disponibilizados para aquele ano, sendo que a partir desses recursos, o asfalto entre Palmeira-Irati seria concretizado, bem como as obras de terraplenagem entre Irati-Relógio.<sup>207</sup> Ainda em 1967, em comunicado enviado por Plínio Pessoa, o engenheiro afirmava que o então presidente, Costa e Silva, teria assinado um decreto que incluía a BR-277 São Luís do Purunã-Relógio, no Plano Preferencial de Obras Rodoviárias Federais. Seria então “a chegada do presente de Natal para todos no presente e no futuro.”<sup>208</sup>

O ano de 1968 se iniciou com a verba de seis bilhões de cruzeiros, o que possibilitaria a abertura de concorrência para o asfaltamento entre Palmeira-Irati, o que nas palavras de Plínio Pessoa, ocorreria muito brevemente, ao comentar em *O Debate* em fevereiro de 1968.

Após inúmeras matérias afirmando a execução da obra, que muito em breve ela seria iniciada e com pronunciamentos do governador, assegurando que a obra não seria paralisada, o jornal muda o tom dos pronunciamentos, ao perceber a estrada mais como promessa do que realidade. Com uma foto de 1948, quando da inspeção do então governador no trecho Palmeira-Irati, o jornal afirma que “para os que desejam continuar confiando, o segredo da esperança é não perder a fé. Não desesperar, eis a questão. Pois, o século XXI vem aí.”<sup>209</sup>

O aniversário de 61 anos do município de Irati em 15 de julho de 1968, seria

<sup>206</sup> *O Debate*. 24/09/1967.

<sup>207</sup> *O Debate*. 29/10/1967.

<sup>208</sup> *O Debate*. 12/11/1967.

<sup>209</sup> *O Debate*. 12/05/1968.

marcado pela assinatura do contrato de asfaltamento do trecho Palmeira-Irati, como anunciava o jornal um mês antes, quando da vinda do governador ao município para as festividades. Criou-se toda uma expectativa em torno de sua visita para inaugurar diversas obras na cidade e, principalmente, a assinatura do contrato, o que seria um dos pontos altos do evento. Porém, o governador não compareceu às comemorações no dia 15 de julho, sendo representado pelo General Ítalo Conti, na época secretário do Trabalho e Assistência Social. Nas edições que se seguiram a ausência do governador, os protestos pela não assinatura do contrato figuraram nas páginas de *O Debate*. Porém, o jornal entendia que isso ocorreu devido a atuação de grupos que estariam sufocando a vontade do governador, o qual se mostrava disposto a honrar sua palavra. Em “A palavra de honra”, o jornal afirma que “o Governador já disse e reafirmou que o asfaltamento desta estrada é questão de honra em sua administração. Entretanto homens menores, de cidades vizinhas, que se dizem amigos e até irmãos, não tem interesse no asfalto e comprometem a palavra da mais alta autoridade do Estado.”<sup>210</sup> Mesmo apontando que o governador estaria tendo sua palavra de honra sufocada por determinados grupos, o jornal não aponta que grupos seriam esses, por certo das cidades de Ponta Grossa e Guarapuava, principais interessadas na mudança do traçado. Porém, seria errôneo entender que o chefe do executivo estadual não possuía autonomia para efetivar a construção da estrada, sendo manipulado por grupos obscuros.

O ano de 1968 foi marcado pela sucessão no executivo municipal. O cenário local estava marcado por disputas dentro da própria ARENA, haja vista que ainda não havia um diretório do MDB na cidade, e tais divergências apenas prejudicariam o processo de asfaltamento da BR 277. Boatos de que haveria grande número de votos em branco preocupavam o jornal, sendo necessária um apoio ao executivo, pois “o governador prometeu aos atuais candidatos, recentemente, o asfaltamento da estrada Palmeira-Irati. E eles, se prestigiados pelo povo, terão mais força e melhores condições para exigir o asfaltamento dessa rodovia, que é fundamental para o desenvolvimento de Irati e da região, embora poucos acreditem que teremos a estrada.”<sup>211</sup>

A idéia de que seria necessário um grande apoio popular para fortalecer o novo prefeito, que assim teria maior credibilidade para reivindicar a efetivação da estrada, era a campanha do jornal, afirmando que de nada valeria votar em branco, pois “somente a

---

<sup>210</sup> *O Debate*. 21/07/1968.

<sup>211</sup> *O Debate*. 06/10/1968.

estrada interessa. Para conseguí-la vale tudo em luta decente. E até mesmo, na hora certa, vale mandar a política para o inferno, se esta for a melhor política.”<sup>212</sup>

O editorial do jornal, que afirmava que “Irati estava na vez”, levou outras personalidades da cidade a publicarem seus textos no jornal, levantando não somente a questão da estrada, mas precisamente o desenvolvimento de Irati, o qual seria alcançado com investimento em diversas áreas. Júlio Marchiori, ex-presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Irati e também industrial ligado a diversos empreendimentos, afirmava que “Irati está na vez como um furúnculo que deverá vir a furo tão logo os iratienses se resolvam a pleitear por sua conta os benefícios a que tem direito no cômputo administrativo do Estado.”<sup>213</sup> Afirmando que há tempos a cidade passava por inúmeros problemas, dentre eles a necessidade de uma estrada para dar vasão ao progresso do “povo trabalhador, que não tem tempo para politicalha.” Marchiori apontava ainda para outros problemas do município, que há mais de um quarto de século enfrentava dificuldade em diversos setores, e que somente uma ampla reforma poderia realmente trazer desenvolvimento.

Há 25 anos que relegamos problemas vitais: energia elétrica – sangue nas veias do progresso; água e esgotos – as tubulações para a nova adutora estão enferrujando há anos empilhadas no centro da cidade, pois a rede atual é quase a mesma instalada no governo do saudoso Manoel Ribas; colégio estadual, cursos superiores, ginásio de esportes – tudo que a juventude (mais de 6.000 alunos) necessita para seu desenvolvimento; casas populares – para uma cidade que já forma suas favelas; etc., etc....A lista seria grande.<sup>214</sup>

A noção de desenvolvimento, de investimentos nas áreas de educação e infraestrutura, visando atingir o progresso, estão presente no texto de Marchiori. A batalha pela estrada trouxe a tona outras reivindicações, levantando outros problemas pelos quais passava a pequena cidade do interior. Por certo, situação semelhante viviam outros tantos municípios pequenos do interior, deixados sempre de lado em favor de cidades com grande poder econômico, e, sem dúvida, grande poder político. A idéia de que seria necessário atrair novas empresas para a cidade, com benefícios fiscais e cedendo instalações, era um dos caminhos apontados para se atingir o desenvolvimento, pois a cidade passava por momentos de “grande apreensão quanto ao seu desenvolvimento. O pessimismo quanto ao futuro de Irati não é pequeno diante do número de empresas que

---

<sup>212</sup> **O Debate**. 06/10/1968.

<sup>213</sup> **O Debate**. 13/10/1968.

<sup>214</sup> Idem.

tem fechado suas portas ultimamente, sem que sejam substituídas.”<sup>215</sup> Irati necessitaria então de medidas urgentes para sair do atraso em que se encontrava, para impedir um retrocesso ainda maior, o que levaria o município a uma situação econômica inexpressiva, causando grandes repercussões sociais.

No dia 15 de novembro de 1968 ocorreram eleições municipais e nesse dia circulava também o jornal afirmando que era necessário renovar, não os homens, mas as atitudes e que não seria hora, em momentos de agonia bajular o governador, nem tampouco lhe fazer oposição.<sup>216</sup> Com apenas uma chapa da ARENA, liderada por Edgar de Andrade Gomes, prefeito do município em outros dois mandatos, não havia dúvidas quanto a sua eleição, tendo como vice o industrial Virgílio Moreira. Venceu com 7.873 votos, tendo a eleição 2.544 votos em branco e 145 nulos.<sup>217</sup> Tais números são também um indicativo de um certo descontentamento da população local, pois 35% dos eleitores votaram contra Edgar. O jornal demonstrava seu descontentamento com o executivo estadual, pois, no entendimento do periódico na matéria “Estrada e transporte”, “asseguramos mais uma vitória política ao governo, sem despesas, em troca de nada. Enquanto a nossa estrada demonstra o fim dos tempos, pois o homem vem do pó e ao pó haverá de tornar.”<sup>218</sup> A alusão ao “pó” se referia as condições da estrada, ainda sem asfaltamento, que prejudicavam o desenvolvimento da região, sem meios para escoar sua produção, além de conferir um certo desinteresse por parte do governo estadual com o município e a região, pois outras localidades estavam recebendo maior atenção por parte de Paulo Pimentel.

Durante várias edições no início de 1969, as reivindicações em favor da estrada figuraram principalmente na capa do jornal, afirmando que por diversas vezes a estrada tinha sido prometida, porém, nem iniciada, ou que o presidente Costa e Silva precisaria saber a verdade sobre a BR-277, quando da visita que faria à capital paranaense. Afirmava que seria necessário mostrar a Costa e Silva a realidade sobre a estrada, o que não estava sendo feito pelos representantes locais ao se omitirem da situação. Dessa forma, percebendo um tom de comodismo na região, pois de nada adiantaria reclamar, o jornal afirma que “por esse motivo, não culpemos o governo pelas nossas próprias deficiências, enquanto nascem os porongos e criamos peixinhos dourados em aquário de

<sup>215</sup> **O Debate**. 25/10/1968.

<sup>216</sup> **O Debate**. 15/11/1968.

<sup>217</sup> **O Debate**. 24/11/1968.

<sup>218</sup> **O Debate**. 08/12/1968.

vidro como símbolo de nossa ação.”<sup>219</sup> Em tom de protesto, algumas mensagens eram colocadas na primeira página, como no mês de março e abril, onde havia a mensagem “o sul espera justiça para o traçado da BR-277.” A partir da edição de 4 de maio de 1969, o texto muda para “O sul quer justiça para o traçado da BR-277”. Não tratava-se de nenhuma matéria, apenas uma frase de efeito presente na capa, que permaneceu por mais três edições. Ainda na edição de 11 de maio, juntamente com a frase sobre o traçado, outros dois textos estavam presentes “Porque Irati não tem estrada” e “Porque Irati não tem escola média”. Os dois textos de autoria de Orreda, tentavam demonstrar o descaso com a cidade e lançando críticas a administração estadual pela falta de verbas para a efetivação da rodovia, do desvio feito pela cidade de Ponta Grossa, além da necessidade de investimentos no ensino médio na cidade.

Uma nova esperança ao município surgiu quando da visita do então prefeito Edgard Gomes e de seu vice, Virgílio Moreira, ao governador Paulo Pimentel no Palácio Iguaçu em 28 de maio de 1969. Paulo Pimentel garantiu que a rodovia Palmeira-Irati seria executada em seu governo, afirmando que o edital de concorrência sairia no decorrer daquela semana. A notícia trazia esperanças devendo “o governador receber os aplausos da indústria, da agricultura, do comércio, de todos enfim que desejam o progresso da região.”<sup>220</sup> Tal fato não ocorreu, devido ao acidente do secretário dos Transportes, Eurides Mascarenhas, juntamente com o secretário da Fazenda, Rubens Bailão Leite. A assinatura ocorreria quando Mascarenhas fosse liberado do hospital, porém, mesmo após sua saída, o referido contrato não foi assinado, levando novamente o impasse sobre a construção da rodovia.

O jornal apontava alguns fatores para que a estrada não fosse construída:

(...) falta de recursos financeiros para o financiamento (financiamento porque o governo federal reembolsará tostão por tostão); por não interessar aos responsáveis técnicos pela política rodoviária do governo, uma vez que se trata de estrada paralela à falsa BR-277, já asfaltada; por não interessar aos adversários do governo sempre influentes no jogo surdo dos bastidores.<sup>221</sup>

Tal fato pode ser notado pelo apoio dado ao ainda governador em sua campanha ao senado na matéria “Porque Paulo no Senado.” O jornal entendia que a candidatura do governador Paulo Pimentel ao Senado “ganha projeção todos os dias. São prefeitos e líderes que apóiam o movimento traduzindo a ressonância popular. Paulo Pimentel é

<sup>219</sup> **O Debate**. 16/03/1969.

<sup>220</sup> **O Debate**. 01/06/1969.

<sup>221</sup> **O Debate**. 02/11/1969.



realmente uma bandeira que tremula na alma do povo, sobretudo porque abre novos rumos em todos os setores de atividades.”<sup>222</sup> O apoio a Pimentel, sempre com a idéia de que estava realizando um bom governo, haja vista, por exemplo, o salário dos professores em nível inicial do ensino médio do estado, que ganhavam mais do que professores da Faculdade de Comunicações de São Paulo.<sup>223</sup> Tal atitude demonstrava as qualidades do governador, que no entendimento do jornal, tanto apoiou os professores, sendo que “Paulo para o Senado é Paulo para o Brasil.” Dessa forma, o diretor do jornal não colocaria nos ombros do governador e futuro candidato ao Senado o ônus pela não construção da rodovia.

O ano de 1970 e o governo de Pimentel terminavam sem a construção da estrada. Quando de sua saída em 15 de março de 1971, o jornal afirmava que “por pior que tenha sido, foi sem dúvida o melhor que poderíamos ter tido na oportunidade de sua eleição. (...) Queremos registrar também que nada de maior e grandioso aconteceu aqui no sul no período que agora se encerra.”<sup>224</sup> Isso por certo, era visto mais por deficiências dos líderes locais do que por uma má vontade do ex-governador. O novo chefe do executivo, nomeado pelo governo federal e referendado pela Assembléia Legislativa, Haroldo Leon Peres, não despertava grande confiança na opinião do jornal, pois não disse a que vinha. Seria necessário conquistar a confiança e apoio popular “para levar o Paraná ao lugar de honra e destaque que começou a conquistar no governo Ney Braga.”<sup>225</sup> O novo governo começava com a esperança de que a herança deixada do governo anterior nas obras programadas fossem realmente efetivadas e não ficassem apenas no papel. Novas esperanças para os mesmos sonhos.

Porém, o governo de Leon Peres não chegou nem ao fim do ano. Envolvido em denúncias de corrupção, acabou renunciando ao cargo, assumindo o seu vice, Pedro Viriato Parigot de Souza em 22 de novembro de 1971. Parigot de Souza era visto pelo jornal não como um político, mas como um técnico, que realizou grandes feitos através dos serviços prestados quando fazia parte da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), idealizando e executando o plano energético paranaense. A sua chegada ao governo poderia enfim dar novo rumo à região sul, pois essa “que há tantos anos esperava a sua vez, confia no professor Pedro Viriato Parigot de Souza, o homem digno, o

<sup>222</sup> **O Debate**. 25/12/1969

<sup>223</sup> Idem.

<sup>224</sup> **O Debate**. 14/03/1971.

<sup>225</sup> Idem.

paranaense capaz, a figura humana que inspira confiança e transmite pelo equilíbrio e moderação, fé e esperança ao povo do seu Estado.”<sup>226</sup> O início dos trabalhos de asfaltamento no governo de Parigot de Souza animaram tanto o jornal, como os habitantes da região Centro-Sul, que viam seu apelo de anos sendo concretizado.

Com a doença de Parigot de Souza no início de 1973, assume a chefia do executivo o iratiense João Mansur, então presidente da Assembléia Legislativa. Inicialmente, poderia permanecer trinta dias no cargo ou terminar o mandato, que se estenderia até 1974, no caso de impedimento definitivo do governador. Permaneceu no cargo até agosto de 1973, quando foi indicado pelo Presidente da República, outro iratiense o deputado federal Emílio Hoffemann Gomes. Cumprindo o terceiro mandato como deputado federal, chefiou o setor de obras no município de Irati entre 1951 a 1955, e também conseguiu restabelecer o traçado original da BR-277 via Palmeira-Irati-Relógio.

Deixando de circular por quase cinco meses, o jornal noticiava em 24 de maio de 1975 a entrega do asfaltamento do trecho Palmeira-Irati. A tão sonhada rodovia que ligaria o município à capital do estado, ocorreu em 14 de março daquele ano, no dia seguinte Emílio H. Gomes entregaria o governo do estado a Jayme Canet Júnior. Agora para o jornal, era necessário produzir. Questionando uma faixa no dia da inauguração da estrada onde se lia “com o asfalto o desenvolvimento será maior”, o jornal afirmava que “frase feita que não resiste um minuto de análise, pois se uma estrada asfaltada ajuda, só desenvolve mesmo quem produz.”<sup>227</sup> O asfalto por certo ajudaria no desenvolvimento da região, porém era necessário agora, criar as bases necessárias para que a produção no município e na região se efetivasse. Terminava assim uma das maiores campanhas do jornal, a de uma estrada que ligasse Irati à Curitiba, que traria grandes ganhos à cidade. Desde o início do jornal, inúmeros textos se fizeram presente nas páginas do jornal reivindicando a construção da estrada. Por certo a construção da BR-277 não ocorreu devido a campanha de *O Debate*, mas sua atuação foi, em certa medida, importante para fortalecer a necessidade de uma estrada que atendesse a região. A estrada era inaugurada com o descerramento da placa no trevo de acesso à cidade por Emílio H. Gomes, o qual atribuiu a vitória da obra concluída ao trabalho e esforço dos iratienses.<sup>228</sup>

---

<sup>226</sup> *O Debate*. 12/12/1971.

<sup>227</sup> *O Debate*. 24/05/1975.

<sup>228</sup> Idem.

### 3.3.2. A campanha pela educação

O discurso político é marcado sempre pela promessa em tempos de campanha, pela necessidade de grandes investimentos na seara da educação, bem como em outros setores de atendimento às necessidades básicas do cidadão. Porém, tais investimentos mostram-se sempre muito mais escassos do que as promessas de outrora. A cobrança por melhorias no sistema de ensino, bem como pela criação de uma faculdade na cidade de Irati, foram também a marca de *O Debate* ao longo de seus mais de vinte e cinco anos. José Maria Orreda, foi um dos nomes que reivindicaram investimentos no ensino e utilizou seu periódico para divulgar essa campanha. Com textos, na maioria de sua autoria, apontava para a necessidade urgente da criação de uma instituição de ensino superior, bem como de maiores investimentos na educação pública, seja no nível fundamental, médio ou técnico. O investimento em educação e a qualificação da população local era visto como um meio para desenvolver a região. Porém, ao lutar por esses investimentos, Orreda acabou envolvendo-se em um processo aberto pela Secretaria de Educação, tendo que prestar esclarecimentos na Delegacia de Ordem e Política Social (DOPS) em Curitiba. Eram tempos de ditadura, e críticas à administração pública poderiam causar certo transtorno, mesmo que não possuíssem um caráter contestatório, como foi o caso em que Orreda acabou envolvido.

Durante os primeiros anos do jornal, a questão do ensino esteve, em certa medida, ausente das páginas de *O Debate*. Outras preocupações como a construção da BR-277 e as polêmicas em torno dela foram a marca no início da produção do jornal. Matérias em caráter isolado faziam referência a falta de uma unidade de ensino superior em Irati. Porém, não havia uma campanha ou algum movimento organizado para sua efetivação, o que pode explicar a ausência de matérias mais incisivas a esse respeito. Tal movimento viria somente em 1968. Em setembro desse ano era divulgado no jornal o manifesto do *Movimento Renovador*, organizado visando o crescimento da cidade e região. Não se tratava “de uma união de pessoas contra outras pessoas.” O movimento, que reunia jovens e adultos do município visava “lutar em favor de Irati, do seu desenvolvimento, de uma nova realidade.”<sup>229</sup> Pode-se perceber no manifesto, um tom conciliador, a idéia de não

---

<sup>229</sup> *O Debate*. 29/09/1967.

entrar em combate, mas sim de unir forças para o desenvolvimento da cidade e região, como foi sempre a tônica do jornal. Buscando não gerar polêmica nem conflito com outros grupos políticos, esse movimento reivindicava melhorias para o município em vários setores, como a oferta de empregos, o incentivo à indústrias, uma política de saneamento básico, e uma melhora no ensino na cidade. Uma das reivindicações era lutar “através de uma cooperação possível para a instalação de uma escola profissional em Irati, assim como de uma Faculdade para que a juventude possa alargar seus conhecimentos e cultura.”<sup>230</sup> Esse movimento entendia-se como uma vanguarda, que seria “capaz de sentir os anseios do presente e das aspirações futuras.”<sup>231</sup> Buscando não apenas ficar no plano das idéias, mas possuindo uma atuação política, o Movimento Renovador apoiava as candidaturas do médico Luiz Fornazzari e de Ernesto Silva Araújo à Câmara Municipal de Irati. Tal movimento nascia, dessa forma, com um caráter também político ao buscar mudanças na sociedade e apoiando candidatos que lutariam pelos interesses do movimento. Essa união de pessoas não se entendia como uma afronta ao poder público local, porém, ao apontar para as necessidades da cidade, demonstravam, de uma forma indireta, o que os políticos locais não estavam fazendo. Duas edições após o lançamento do manifesto, o jornal anunciava o apoio recebido de vereadores ao movimento. O jornal constituiu-se em um divulgador dos anseios desse movimento.

A grande preocupação era que os jovens estavam saindo da cidade para estudar em outros pólos, evadindo-se do município devido a falta de estrutura no campo estudantil. O editorial de 3 de novembro de 1968, chamava a atenção para a necessidade de criação de uma faculdade na cidade. Intitulado “E a faculdade?”, o editorial demonstrava que o poder real de uma nação está no número de cidadãos cultos que ela possui, o que só seria conseguido através de incentivos no campo estudantil. A grandeza de uma nação não estaria “nas planícies férteis, nem nas montanhas ricas em minerais, mas sim no espírito que sabe utilizá-las sabiamente.”<sup>232</sup> O editorial pedia atenção aos anseios dos jovens, que buscavam um futuro melhor através da educação, além de trabalharem para a “felicidade de nossa pátria”, porém eram impedidos devido a falta dos meios necessários para tanto. O jornal entendia que muitos estudantes prestavam vestibular nas cidades de Curitiba e Ponta Grossa e depois de formados não retornariam a

---

<sup>230</sup> **O Debate**. 29/09/1967.

<sup>231</sup> *Idem*.

<sup>232</sup> **O Debate**. 03/12/1968

sua cidade natal. A juventude aguardaria uma “resposta firme como o pisar de um elefante e não vaga como o andar de uma formiga, não somente prometendo nas vésperas de eleições coisas maravilhosas, mas executá-las no exercício do mandato.”<sup>233</sup> A educação era vista como algo essencial para que a cidade tivesse orgulho não apenas do passado, mas também do presente e que pudesse confiar no futuro. O Movimento Renovador, porém teve vida curta, não sendo mais noticiado nas páginas de *O Debate*.

O ano de 1969 marcaria um posicionamento de maior apelo por parte do jornal quanto a questão do ensino na cidade, principalmente após a destituição de Orreda do cargo de chefe da Inspeção Regional de Ensino, e também com a criação de um novo movimento, esse específico para a criação de uma faculdade na cidade. Uma posição mais crítica no que se refere seja a instalação de uma faculdade, seja de melhorias no ensino de primeiro e segundo graus, agora teria mais espaço nas páginas do jornal e Orreda mais liberdade para escrever sobre o ensino em Irati. A sua destituição foi marcada por interesses políticos, onde o nome do então deputado estadual João Mansur esteve envolvido. Orreda foi destituído após desentendimentos com o então deputado, o qual não nomeou duas pessoas indicadas pelo primeiro para ocupar cargos de direção dentro da Inspeção Regional de Ensino. Em seus lugares, João Mansur nomeou pessoas de sua confiança e não as indicadas por Orreda. Em seu lugar, assume o cargo de chefe da Inspeção, o assessor de Mansur, Gui Xavier, que sem cargo na Assembléia Legislativa realizava trabalhos na cidade para o deputado. A nomeação de Xavier para esse cargo, por certo, também estava ligada a intenção de Mansur em fortalecer seu controle político sobre a cidade, angariando votos.

Em protesto pela sua destituição, estudantes secundaristas da cidade articularam-se em torno de um movimento pela volta de Orreda ao cargo, o qual sugeriu que ao invés de um movimento desse teor, fosse criado outro em prol da construção de uma faculdade na cidade. E assim o fizeram, criando a CIDERSUL – Comissão Iratiense Pró Desenvolvimento do Ensino da Região Sul, que contou com a assinatura de 800 pessoas em apenas dois dias, além de contar com *O Debate* como órgão oficial de divulgação do movimento. Na matéria de capa “Estudantes articulam forças para instalação da faculdade” era noticiado a criação do movimento no dia 13 de abril de 1969, contando com o apoio do Poder Legislativo e sendo liderados por nomes como Zinder Esculápio,

---

<sup>233</sup> *O Debate*. 03/12/1968.

Celso Bittencourt, Luis Fernando Cavali, Sérgio Winkler, Luiz Mário Sierakoski, Rui Coelho Barros, Júlio Marcos Bronislavski, colunista do jornal, e Mário Pallu. Na mesma matéria o jornal declarava seu total apoio ao movimento, noticiando que no dia 02 de abril mais de cem estudantes haviam comparecido à Câmara Municipal, onde leram o manifesto do movimento. O manifesto, publicado na íntegra na sexta página do jornal, apontava para a necessidade de uma faculdade na cidade, bem como de maiores investimentos no ensino médio local. O manifesto apontava também que a situação geográfica e a influência regional do município exigiam sempre melhores condições para o aprimoramento educativo, demonstrando indiretamente uma possível liderança de Irati em relação a outros municípios da região, devendo assim, merecer uma melhor atenção do poder público no campo educacional. Por outro lado, o movimento não caracterizava-se apenas por reivindicações de conteúdo educacional. Afirmava que “a desunião e a desarticulação política em nosso município, exceto quando os interesses são pessoais e particulares, é a norma geral de ação, embora seja a união o tema constante da retórica.”<sup>234</sup> Dessa forma, o movimento estudantil organizado na cidade adquiria um caráter também político, tendo no jornal e em seu diretor, grandes apoiadores. Em tempos de ditadura, tal movimento teve sorte em não ser perseguido pela repressão, ao unir reivindicações estudantis e políticas, em um momento em que imperava a desconfiança com tudo que pudesse estar associado à manifestação política de “massas” ou do “povo”. A questão da estrada Palmeira-Irati também fazia parte dos ideais do movimento, porém, criticando o fascínio que a estrada despertara, assim como despertara as sereias em Ulisses. Tal fascínio, fazia com que se esquecesse dos setores da vida comunitária da cidade. Nesta reunião, ao deixarem a palavra livre, José Maria Orreda prestou esclarecimentos sobre o movimento que se iniciava para a instalação da referida unidade de ensino superior no município.<sup>235</sup> Pode-se perceber assim, que mesmo não constando entre os nomes citados, Orreda estava muito ligado ao movimento, colocando também seu jornal como fonte de divulgação. Na mesma edição, na coluna de Júlio Marcos Bronislavski, também foi notícia a criação do grupo de trabalho e de que o povo estaria pela primeira vez na história partindo em busca de seus representantes eleitos e empossados, para assim fazer suas reivindicações. O sucesso do movimento estaria, no entender de Júlio Marcos, em não possuir nenhuma vinculação política, sendo que seus participantes estariam

<sup>234</sup> **O Debate**. 13/04/1969.

<sup>235</sup> Idem.

interessados única e exclusivamente em conseguir algo necessário para a região. Porém, atribuímos a esse movimento um aspecto político, que buscava organizar a população e fazer suas críticas e reivindicações ao poder público.

Na edição de 20 de abril de 1969 viria a crítica ao deputado João Mansur pelas indicações aos postos de ensino na cidade. A crítica foi feita pelo fato do deputado ter indicado uma professora da cidade de Ponta Grossa, recém transferida a Irati, para a chefia da Inspetoria de Ensino Primário e não alguém do município, e para a chefia da Inspetoria Regional de Ensino, uma pessoa que não exercia o ofício do magistério. Para o jornal

Não se entende, nem se admite que apenas o ensino, que apenas a educação das nossas crianças seja entregue a qualquer um. Para chegar a construção de um edifício é preciso um engenheiro. Para operar, curar doentes, é necessário ser médico. Para o dentista, para o advogado, para o agrônomo, para tudo se exige habilitação. Menos em funções no ensino, nada se exige. E ainda dizem que se fez uma revolução no Brasil.<sup>236</sup>

Orreda criticava assim, aquele que o exonerou do cargo, o deputado João Mansur, bem como aquele que ocupou seu lugar na Inspetoria, Gui Xavier.

Não era apenas a instalação da faculdade que figurava nas páginas do jornal. A reivindicação de melhorias na educação média também se fez presente nas páginas de *O Debate*. Na matéria de capa, “Por que Irati não tem Escola Média”, o jornal questionava por que a cidade não possuía uma escola média em constante aperfeiçoamento, ao noticiar as declarações do padre e diretor Alfeu Custódio Ferreira a Comissão Iratiense Pró Desenvolvimento do Ensino na Região Sul – CIDERSUL. A matéria girava em torno do Colégio Estadual São Vicente de Paulo, criado em 1953, e que funcionava em um prédio da Congregação da Missão, não pagando aluguel nem outro tipo de indenização. O diretor apontava para a falta de repasse por parte do Estado de recursos, o que impossibilitava qualquer tipo de melhorias ou evolução. O Estado através da Secretaria de Educação, havia comprometido-se a pagar aluguel, porém, como informava o jornal, raramente efetuou esse pagamento, obrigando o diretor a recorrer a recursos do internato, que funcionava no mesmo local do colégio. A Congregação havia assinado um convênio cedendo gratuitamente o prédio, mas com a contrapartida de que a Secretaria de Educação se responsabilizasse pelas despesas de luz, água e telefone, e com a criação de uma taxa de matrícula, a qual poderia amenizar os problemas da escassez de recursos. Porém, com

---

<sup>236</sup> *O Debate*. 20/04/1969.

a falta do pagamento por parte do Estado das despesas básicas, essa taxa de matrícula estaria sendo usado para esse fim. Em tom de ironia o jornal afirmava que “de sorte que não fosse a taxa de matrícula, cada aluno deveria levar uma vela ou os cursos noturnos, que reúnem o maior número efetivo do colégio, já teriam fechado.”<sup>237</sup> A situação do ensino médio em Irati estava ameaçada, haja vista a falta de repasse por parte do Estado e a situação limite que estava se aproximando.

O jornal entendia que a instalação de uma faculdade seria um dos pontos necessários para o desenvolvimento da cidade, juntamente com o incentivo a novas empresas que em Irati desejassem se instalar, com uma política agropecuária, criando assim, novos horizontes para a área rural, juntamente com a já referida BR-277. Em “Para onde caminha Irati”, a cidade teria um futuro não tão positivo, seguindo para um caminho incerto, caso o poder público não tomasse medidas sérias nessas áreas. “Para onde caminha Irati? É a pergunta que fazemos a todos os iratienses, a cada um e a todos indistintamente. Perguntamos porque sabemos da nossa responsabilidade coletiva – da geração de hoje procurando sentir os anseios do futuro.”<sup>238</sup> Era necessário então desenvolver o município, pois do contrário, logo ele estaria situado entre os de menor expressão política, econômica e social do Paraná. A matéria terminava com a constatação de que era necessário despertar, pois “em pouco tempo começará a chover no berço esplêndido, isto é, se já não estiver chovendo no molhado.”<sup>239</sup>

Em reunião da CIDERSUL, visando esse desenvolvimento da cidade, optou-se pelo investimento na criação de uma faculdade de Química Industrial, juntamente com uma Escola de Enfermagem. A criação de uma faculdade de química seria importante para a atração de novas indústrias na cidade. Educação era vista assim, não pelo lado de formação do cidadão, mas sim, como algo que pudesse desenvolver a cidade, atraindo novos recursos e divisas para o município.<sup>240</sup> Porém, na semana seguinte após a divulgação da escolha pela CIDERSUL da faculdade de química, *O Debate*, afirmava na capa, que “Química Industrial não é solução para IRATI”. Demonstrando que, a partir de pesquisas da Escola de Química da Universidade Federal do Paraná, os formados por essa universidade não eram totalmente absorvido no estado do Paraná, causando uma grande evasão de técnicos para outros estados. Além da questão da evasão dos alunos, era

<sup>237</sup> *O Debate*. 11/05/1969.

<sup>238</sup> *O Debate*. 15/07/1969.

<sup>239</sup> Idem.

<sup>240</sup> *O Debate*. 27/07/1969.



apontada o custo do curso, um dos mais onerosos, segundo próprio orçamento da Universidade Federal do Paraná. Esta faculdade, em Irati, viria a atender apenas uma pequena minoria que se dedica ao estudo de química, deixando grande número de jovens afastados dos bancos universitários. Quanto ao curso de enfermagem, afirmava o jornal que “não se pode admitir que se instale uma faculdade de enfermagem numa cidade que nem sequer tem um hospital à altura.”<sup>241</sup> Uma das alternativas, era então investir em cursos na área de agricultura, mesmo que em um curso técnico, devido ao aumento das vagas nos cursos de Curitiba e Apucarana, bem como do custo destinado a sua instalação e manutenção, cabendo assim cursos de nível médio em agricultura. Tal reivindicação para cursos de agricultura, reforça o perfil do jornal e o entendimento que o próprio fazia da cidade, com características agrícolas e com grande força no meio rural. A formação de profissionais de química seria indicado para regiões industrializadas, onde havia falta de técnicos especializados, o que não era o caso da cidade. Por outro lado, se fazia campanha para uma faculdade de filosofia na cidade, pois, “são as faculdades de filosofia que surgem as idéias de vanguarda; e lá que se forjam os educadores e os dirigentes do nosso povo. Daí, se eliminarmos agronomia, engenharia operacional, enfermagem e química industrial, só nos restará optar pela filosofia.”<sup>242</sup> Irati poderia assim formar educadores, pois não restariam muitas opções para um município sem grandes indústrias e sem planos para uma futura industrialização.

O tema da universidade em Irati voltava as páginas de *O Debate* na edição de 19 de outubro, ao noticiar a reunião da CIDERSUL, ocorrida alguns dias antes. A reunião contou com a participação de vários nomes importantes da cidade, como o deputado João Mansur, o prefeito Edgar Gomes, o vice-prefeito Virgílio Moreira, o presidente da Câmara Municipal, François Abib, além de jovens e representantes da CIDERSUL. A reunião girou em torno da necessidade de uma faculdade para o município. Para João Mansur, uma Faculdade de Filosofia seria inadequada para o município, sendo, por outro lado, importante investir em um curso de Química Industrial, pois o deputado já havia entrado em contato com Suplicy de Lacerda pedindo pelo ensino superior em Irati. Edgard Gomes, conclamava a CIDERSUL a dar os primeiros passos o mais rápido possível e afirmando que pelo lado do poder executivo “o barco não vai parar.”<sup>243</sup> Vários

---

<sup>241</sup> *O Debate*. 03/08/1969.

<sup>242</sup> *Idem*.

<sup>243</sup> *O Debate*. 19/10/1969.

nomes se pronunciaram na reunião, discutindo a questão do curso de Química Industrial, sua importância ou não para o município e a região, apontando as vantagens e desvantagens de tal curso. Por certo, a polêmica em torno da criação do curso de Química Industrial não se encerrou nessa reunião, pois algumas edições após, novamente o debate sobre esse curso, voltava as páginas do jornal. No texto “E a nossa faculdade?” o jornal afirmava que o curso não seria benéfico para a cidade, nem para as indústrias, pois o curso teria uma formação deficitária e que a grande maioria dos cursos já haviam se transformado em Engenharia Química, mais longo e mais completo, mantendo-se apenas uma no estado do Sergipe.<sup>244</sup>

A questão dos debates acerca da instalação de uma faculdade no município e os diferentes interesses em jogo, demonstram como a sociedade iratiense mobilizou-se para que a efetiva instalação se concretizasse, ganhando nas páginas do jornal, grande destaque e cobertura, além do próprio posicionamento do periódico.

Mesmo com os debates presentes na sociedade iratiense a respeito da faculdade, o jornal ainda tinha suas desconfianças com o real comprometimento dos políticos locais e com a instalação de uma faculdade na cidade. Após alguns anos sem sua coluna protegida sob um pseudônimo, Orreda voltou a editar “O Time”. Salustiano afirmava que “daqui a 30 anos, exatamente os jornais da época publicarão em dezembro, uma retrospectiva das manchetes do ano. Procurando facilitar o expediente dos redatores do futuro e a leitura hoje do que acontecerá amanhã, eis as referidas manchetes do ano 2000.”<sup>245</sup> Dentre os vários assuntos que circulariam na retrospectiva do ano 2000 segundo o jornal, um deles seria, ainda em tom de promessa, brevemente a instalação da faculdade, além de “prever” que “região não quer candidato único para deputado, vamos para a luta, disse o candidato da ARENA.”<sup>246</sup> A previsão da instalação de uma faculdade, dentre outras realizações, como a BR-277, o asfaltamento de ruas principais da cidade, a atuação de políticos, demonstra que Irati ainda carecia de maior atenção do poder público, e, no entender do jornal, isso se realizaria provavelmente dali 30 anos.

No fim do mês de agosto, na edição do dia 31, talvez uma das matérias mais polêmicas do jornal, por pouco não causou sérios problemas para José Maria Orreda junto ao DOPS de Curitiba. Após ser procurado pelo diretor do Colégio Estadual São Vicente

---

<sup>244</sup> **O Debate**. 02/11/1969.

<sup>245</sup> **O Debate**. 25/12/1969.

<sup>246</sup> Idem.

de Paulo, Padre Alfeu, que fez a denúncia de que o colégio corria sérios riscos de ser fechado devido a falta de verbas, Orreda decidiu publicar uma matéria sobre o assunto. Na capa do jornal, o título “Governo comete arbitrariedade contra ensino de Irati”, a matéria afirmava que

A verdade sem retoque é a seguinte: no próximo ano o Colégio Comercial Estadual e o período noturno do Colégio Estadual São Vicente de Paulo poderão encerrar suas atividades.

Motivo: não há recursos para o pagamento da energia elétrica consumida pelos estabelecimentos mencionados.

Esta verdade dolorida ameaça deixar quase mil alunos sem escolas.

(...) O ensino só interessa aos que governam, aos chamados homens públicos, quando se trata de fazer política de favorecimento pessoal. Os grandes problemas, que são resolvidos pela base a longo prazo, não oferecem margem para o político aparecer. Então o desinteresse, a omissão, a negligência. A situação do Colégio Estadual São Vicente de Paulo é aflitiva, diante da indiferença e passividade dos que governam.<sup>247</sup>

Após a publicação da matéria, Orreda foi convidado a prestar esclarecimentos no DOPS em Curitiba. Quando do interrogatório, lhe foi apresentada uma edição de *O Debate*, com a referida matéria. A edição continha a etiqueta do assinante do jornal, Gui Xavier, o mesmo que no início do ano ocupara o seu lugar na chefia da Inspetoria Regional de Ensino. O interrogatório não teve maiores repercussões, pois Orreda não foi punido pelo artigo, nem tampouco preso. O editor de *O Debate* era obrigado a enviar semanalmente um exemplar do jornal para o quartel na cidade da Lapa, para controle das matérias publicadas.

A intimação a Orreda ocorreu após denúncia de uma pessoa ligada ao serviço público da cidade de Irati, o que, neste caso, demonstra dois aspectos interessantes do próprio regime militar. Primeiro, o exercício do controle e da perseguição de possíveis inimigos do governo não era realizada apenas por homens ligados diretamente aos aparelhos da repressão, mas por homens ligados também ao serviço público, como nos setores da educação. A vigilância ganhava por certo, maior dinâmica, ao ter vigilantes em diversos setores do próprio governo, não apenas nos serviços de informação e repressão. O segundo aspecto, demonstra um certo desinteresse com pequenos jornais, pois mesmo com o envio de material para o Exército, o governo não tomou conhecimento da matéria que atacava o executivo estadual, conhecendo-o apenas após a denúncia de Gui Xavier.

Na semana seguinte era publicada a matéria intitulada “Já raiou a liberdade?”. Em tom de questionamento, afirmava que livre era um país no qual houvesse bom salário,

---

<sup>247</sup> *O Debate*. 31/08/1969

saúde, casa e higiene, estradas, onde todos podem estudar, todos podem falar e se manifestar, onde não há medo, onde o homem não explora o homem. Para o jornal “isto é um país independente. Um país livre. Se não é assim, o povo não é livre. O povo não é povo. É uma massa de sofrendores de escravos. Nós já somos um povo livre, um povo independente?”<sup>248</sup> Em um momento onde a repressão tornava-se cada vez mais intensa e o governo passava a cometer cada vez mais atos arbitrários contra aqueles que eram tachados de inimigos da nação, a publicação de um texto que fazia clara alusão a falta de liberdade e afirmava que um país de verdade se construiria onde não houvesse a exploração do homem pelo homem, bem como exploração do mais forte sobre o mais fraco, constituía-se em uma certa afronta a ditadura militar instalada em 1964.

No aniversário de 10 anos do jornal, a exposição do posicionamento do jornal tornou-se mais claro, ao afirmar que

O jornal que descontenta governantes prova sua ausência do jogo que faz a imprensa em nossos dias em busca das verbas públicas. E reafirma sua independência e liberdade para bem cumprir sua missão. Queremos O DEBATE para o povo, dando sem nada pedir, defendendo sem nada esperar em benefício pessoal, porém a causa de muitos, jamais interesses menores.<sup>249</sup>

Além de entender-se como um jornal que causava constrangimentos aos governantes, *O Debate* afirmava que reunia a melhor equipe já articulada na imprensa local, nomes como Júlio Marcos Bronislowski, Lenita Ruva, Ester Fenianos Bibas, Priscila Marina Koch e Denise Stoklos. Orreda reconhecia nessa matéria, que talvez não soasse muito simpático tal afirmação nas páginas do próprio jornal, porém seria proclamar um fato que dizia “respeito a um grupo, num exame de consciência para sabermos se estamos cumprindo a nossa meta, a nossa missão e o nosso dever.”<sup>250</sup> Além da produção do jornal, *O Debate* também editou quatro livros: *A pequena história da erva mate* e *Minha Cidade ou um Gato engoliu o Sol*, de José Maria Orreda, *Ir a Ti*, poesia de Foed Castro Chamma, e *Círculo da Lua, Lama na Rua*, de Denise Stoklos. Pode-se assim, perceber que o jornal não se encerrava apenas nas páginas escritas, mas que se constituiu um grupo da intelectualidade local em torno de *O Debate*, fazendo diversas campanhas em prol do município, realizando também outras atividades como a edição de livros e a promoção de eventos culturais. Participavam assim, o jornal e seus redatores, do processo e das lutas políticas do período, levantando a bandeira do desenvolvimento, e por outro

---

<sup>248</sup> *O Debate*. 07/09/1969.

<sup>249</sup> *O Debate*. 01/02/1970

<sup>250</sup> Idem.

lado criticando, em determinados momentos, o poder público constituído, que muitas vezes não realizava seu trabalho.

Em um polêmico texto, intitulado “É noite, Irati” de Júlio Marcos, pode-se perceber a desesperança com o município, e ao mesmo tempo a necessidade de um despertar, de um “abrir de olhos” dos iratienses.

Escancarado, com a alma pisoteada pelos desenganos, a amargura brilhando no Sol da aurora de uma vida que queria viver, os olhos molhados em lágrimas, sentindo no peito a inutilidade de viver numa cidade-cada-vez-mais-morta [sic], Irati não me engana com sua máscara festiva.

É noite, Irati. Tuas ruas estão desertas e assim ficarão talvez para sempre. É noite. Acorda e vê pela última vez antes que as lavas te destruam.

Contempla os teus bares e verás a juventude ociosa e viciada em bebidas e jogatina, bebendo na taça que encheste quando negaste a eles uma Escola Profissional, uma Faculdade, enfim, o próprio direito de estudar. Tinhas medo da lucidez e do conhecimento. E quando eles se embriagam e se devoram como lobos, choras ironicamente. Tu uivará por último e as lágrimas serão lavas no teu caminho. Corpo cadavérico, ai de ti quando os morros que te cercam irromperem em lavas e fogo e transformarem em pedra teu inútil otimismo.

(...) É noite, Irati. Sempre será noite, enquanto não abrires os olhos.<sup>251</sup>

Após várias edições sem tocar no assunto da faculdade, e também com a falta de atividades da CIDERSUL, a visita de Paulo Pimentel ao município, em outubro de 1970, trouxe novo ânimo para a instalação de uma faculdade na cidade. Ao discursar na abertura dos Jogos Desportivos Sócio-Culturais, Pimentel afirmou que no dia seguinte remeteria “o projeto de lei, com mensagem, para podermos, ter a autorização legislativa que nos possibilitará a instalação de uma faculdade.”<sup>252</sup> Nova esperança para a instalação de uma instituição de ensino superior em Irati. Porém, assim como as promessas da BR-277, a faculdade também não chegou. No texto “Ei!”, de Priscila Marina, caloura de Filosofia em Guarapuava, era comentado o trote realizado na cidade, afirmando que

Você deve ter-nos visto dia 8 à tardinha. O barulho era exatamente para atrair sua atenção. O que muito poucos conseguiram foi ler o que dizia o cartaz: (de autoria do Sérgio e da Denise)

SOU CALOURA DE FILOSOFIA EM GUARAPUAVA – TCHAU IRATI – e do outro lado:

SE A FACULDADE NÃO VEM A TÉ NÓS, NÓS VAMOS ATÉ A FACULDADE.

Na verdade a intenção de meus amigos (...) não era tanto me dar um trote. Era reclamar mais uma vez nossa Faculdade. Os 45 dias prometidos pelo Sr. Governador já se esgotaram e mais nada se ouviu sobre a malograda faculdade. Tem-se a impressão que fomos enganados. Pela nossa boafé.<sup>253</sup>

A autora do texto, também colunista do jornal, apontava para a apatia dos iratienses, e em tom de culpa, por ter traído aqueles que esperavam pela faculdade, colocava a mão a palmatória por seu “crime”. Trazendo outras questões, como a falta da

<sup>251</sup> O Debate. 22/02/1970.

<sup>252</sup> O Debate. 25/10/1970.

<sup>253</sup> O Debate. 17/01/1971.

estrada, de indústrias, indagava os leitores sobre o destino de Irati. Mostrava que um novo mandato político estava se iniciando sem que as promessas do anterior fossem cumpridas. Seria então o momento de se botar a mão na consciência e reagir. Seria essa a “intenção desses loucos e caras de paus que estão fazendo esse jornal. Provocar uma conscientização geral. Despertar os ânimos já cansados dessa luta vã. (...) Mais do que um trote, foi uma passeata, um protesto ou um apelo.”<sup>254</sup>

Após inúmeros textos, reivindicando a instalação de uma faculdade, da criação de movimentos populares, além do amplo apoio dado pelo jornal para que uma instituição de ensino superior fosse uma realidade, a segunda metade do ano de 1972 foi marcada pela esperança de que no próximo ano fosse realmente criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Irati, possuindo os cursos de Matemática, Ciências, Pedagogia e Letras, tendo a aprovação dos órgãos competentes para isso. Porém, o reconhecimento efetivo, viria apenas no governo do iratiense Emílio H. Gomes, que realizou a aquisição do prédio para a instalação da faculdade em 1975, criando assim, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, com os cursos de Pedagogia, Ciências e Letras. Após anos de batalha, enfim a faculdade seria inaugurada atendendo parcela dos iratienses que não tinham condições de realizar seus estudos em outra cidade.

### **3.4. O MDB e o jornal**

Em 1966 o governo federal extinguiu os partidos políticos, criando o bipartidarismo, com um partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e outro de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na cidade de Irati, porém, o partido de oposição, só seria articulado em meados de abril de 1971. Orreda seria um dos fundadores do partido e teria também em seu jornal um espaço para a divulgação das idéias do MDB. Para Orreda, “democracia com partido único é apelido. Os teóricos da Revolução sabem que o MDB é necessário ao regime. Eis a sabedoria das lideranças nacionais, não fechando todas as válvulas do processo político.”<sup>255</sup> A presença do deputado Maurício Fruet na cidade, marcaria o início das articulações para que o novo partido fosse fundado. Porém, na visão de Orreda, o partido era visto como algo que

---

<sup>254</sup> O Debate. 17/01/1971.

<sup>255</sup> O Debate. 18/04/1971.

ajudaria a situação a governar melhor, não como um partido que poderia sim, substituir a situação, colocando em prática outros ideais, pois seria difícil vencer as eleições. Seria então, o tônico vitalizador da cidade, nas palavras de Orreda.

Não seria tarefa fácil, porém, criar o partido. Para Orreda, mesmo entendendo que a criação de um partido de oposição tenha sido um lance de sabedoria do regime, não fechando todas as portas como o fez o regime argentino, e que tanto ARENA quanto MDB seriam apenas legendas para possibilitar candidaturas, não constituindo-se em verdadeiros partidos, havia, por certo, em Irati, “a dificuldade para a instalação do diretório do MDB, demonstrada pela ausência de homens disponíveis para livremente aderir, evidencia o domínio e a atuação da ARENA em todos os setores de atividades, impedindo que uns e outros, definindo-se, venham incompatibilizar-se e prejudicar seus interesses.”<sup>256</sup> Em uma cidade do interior, não se caracterizava em tarefa fácil enfrentar os mandatários locais, que dominavam a política e se agrupavam no então partido da situação. A criação de um partido de oposição seria um sinal de afronta a esse poder, mesmo que o discurso fosse de conciliação. Estava se criando um novo espaço de discussão política, o qual, por certo, diminuiria o poder da ARENA na cidade.

O partido seria criado apenas em janeiro de 1972, após eleger sua executiva, tendo Jorge Abib como presidente e Orreda como secretário. A partir da criação do partido, o jornal seria um veículo de denúncia do MDB, além de fazer campanha para as eleições a prefeito a se realizarem naquele ano.

Logo após a criação do partido na cidade, duas matérias foram veiculadas na capa de *O Debate*, ambas contendo a frase “MDB DENUNCIA”. A primeira, intitulada “Deputados Iratienses entregam a PR-4”, denunciava a mudança do traçado da PR-4, entre Relógio e Pitanga, a qual viria a beneficiar a cidade, porém, com a aprovação dos deputados iratienses, Emílio H. Gomes, João Mansur e Antônio Lopes Júnior, a estrada seria desviada, prejudicando a cidade de Irati, ainda mais com as disputas da já citada BR-277. O jornal cobrava explicações dos deputados, e afirmava em letras maiúsculas, que “TRABALHEMOS PARA QUE NÃO TENHAMOS QUE IR EMBORA.”<sup>257</sup> Não se pode esquecer, que uma matéria na capa, com letras negritadas e com frases em letras maiúsculas, adquire um aspecto muito mais agressivo, do que uma matéria no interior do jornal, com fontes pequenas. A diagramação do jornal, a posição e a forma de se publicar

<sup>256</sup> *O Debate*. 06/06/1971.

<sup>257</sup> *O Debate*. 13/02/1972.

uma matéria, pode dizer muito sobre a intenção do veículo de comunicação. O mesmo texto pode ser diferentemente recebido devido a forma como é publicado.

Na segunda matéria intitulada “Pedroso trabalha e associação fecha”, fazia-se referência a Associação de Pais e Professores da Casa Escolar Trajano Grácia e de seu presidente João Maria Pedroso. A associação sob direção de Pedroso, realizou diversos feitos, como instalação de luz elétrica, construção da cantina, aquisição de terreno para a construção de um novo prédio, dentre outros feitos, quando a associação foi dissolvida pelo inspetor regional de ensino, Gui Xavier. A velha desavença entre Orreda e Xavier retomava assim nas páginas do jornal, agora com a chancela do MDB, que denunciava o caso.

O posicionamento de crítica ao poder local em determinados momentos, levou o grupo empresarial ligado ao prefeito Edgard Gomes, a sair do quadro de anunciantes do jornal. A empresa Companhia de Fósforos Irati, uma das maiores anunciantes, com espaço de mais de meia página, deixava o quadro no final do ano de 1971, enviando correspondência ao diretor e proprietário do jornal, afirmando que não poderia permanecer como anunciante em um jornal que estava criticando a administração municipal.<sup>258</sup> Aqui se evidencia que as relações entre imprensa e o poder político podem assumir disputas que muitas vezes não ficam claras aos leitores, ou nem mesmo acabam sendo conhecidas por eles. Pressões econômicas sobre a imprensa constituem-se em duro golpe ao funcionamento de um jornal, que também possui suas despesas financeiras e sem anúncios acaba por encontrar grande dificuldade para continuar suas atividades.

Nas eleições de 1972 Orreda, saía candidato a prefeito pelo MDB, e passou a publicar na capa do jornal em letras grandes “Para prefeito e vice-prefeito, Orreda e Danclise”, indicando o terceiro quadrinho da cédula. Em agosto do mesmo ano começava a circular semanalmente e junto com *O Debate*, o informativo *A Hora*, para informar a população sobre as eleições a se realizarem em novembro. Na primeira edição, um apelo afirmando que “Governar é aumentar a renda do povo”, lembrando a necessidade de se pensar no povo na hora de lançar uma candidatura. Sendo um meio de divulgar a campanha de Orreda, *A Hora*, afirmava que o candidato do MDB possuía esquema de governo, que estava pautado principalmente na questão do desenvolvimento do município. O esquema era composto de 39 pontos, priorizando investimentos nas áreas de

---

<sup>258</sup> Entrevista com José Maria Orreda em 25/07/2007.



industrialização, rural e educacional. O lançamento do jornal foi notícia no Canal 4, no programa Show de Jornal, e no jornal *O Estado do Paraná*, os quais elogiavam a criação de um informativo específico para a publicidade política, sendo Irati, a única cidade brasileira a realizar tal feito.<sup>259</sup>

Se a idéia inicial do partido era apenas ajudar no desenvolvimento do município, colaborando com a situação, não acreditando que pudesse realmente chegar ao poder, isso se mostrou o oposto quando do período eleitoral. No suplemento *A Hora*, além dos textos informativos sobre a política eleitoral, a ironia se fez presente. Na coluna “O Time”, editado por Salustiano, a ironia era a marca registrada, contando com a presença de charges, o que foi uma grande novidade, aumentando o teor da crítica. Com pequenas frases do tipo, “troque o partido do seu marido. Com o MDB tudo será melhor.” “O MDB acabou com o chá de comadre da política iratiense. O progresso vem aí.” Ao lado de uma charge de um pequeno bezerro, a charge “Se você votar na ARENA, como esse da esquerda, cuide-se para não ser assado pelo Basílio numa 5<sup>a</sup>. feira qualquer.” O slogan da campanha apontava para a mudança, “É hora de mudar. O MDB é o tempo novo que você espera.”

Em Irati os candidatos da ARENA eram associados aqueles que possuíam grandes recursos para a campanha eleitoral, enquanto os do MDB possuíam um caixa apertado para tal. Na coluna “O Time”, duas charges, uma com um carro desgastado e outra com um carro novo, faziam alusão as duas campanhas. A que continha o carro mais antigo, afirmava que o carro fora conseguido por “intermédio de simpatizantes do MDB e a recuperação do veículo foi efetuada pelos membros do diretório iratiense.”<sup>260</sup> Já o da ARENA, mostrava que o veículo fora doado com o tanque cheio e com os pneus recapados. Em outra charge na mesma coluna, um homem segurava um saco de dinheiro, e com o texto afirmando que “Ah! Nada como ser da ARENA, temos apoio total para a campanha eleitoral, é só sair pelo município distribuindo apertos-de-mão, abraços e beijinhos, simpatia, enfim.”<sup>261</sup> Um texto de Júlio Marcos Bronislowski, na capa do jornal, intitulado “A Hora e a vez de Irati”, apontava para a crise pela qual passava o município, como a questão da BR-277, e a época de incertezas pela qual passava a cidade. Para o escritor era importante apoiar a candidatura do MDB, pois “é a hora de Irati e também de

---

<sup>259</sup> **A Hora**. 03/09/1972.

<sup>260</sup> **A Hora**. 17/09/1972.

<sup>261</sup> Idem.

José Maria Orreda. Professor, íntegro, inteligente, conhecedor profundo dos problemas do município, perfeitamente integrado nos anseios da juventude e do povo, em sua eleição está a esperança de toda uma região que depende de Irati.”<sup>262</sup> Orreda era visto como aquele que “vai mudar as coisas que queremos mudadas. Ele vai colocar Irati no lugar de destaque que há muito tempo já merece.”<sup>263</sup> Na semana seguinte outro longo texto que ocupava mais da metade da capa do jornal, de autoria de Júlio Marcos, fazia campanha para a candidatura de Orreda.

Na edição que antecedia as eleições, outro texto de capa, agora de autoria do próprio candidato, apontava que o MDB poderia ganhar as eleições. Um dos pontos seria que “as elites não sabem ouvir as massas, os governantes não sabem ouvir o povo, resultando num conflito flagrante entre o povo e os governantes.”<sup>264</sup> Uma possível associação entre o MDB e as massas era apresentada na mesma matéria, pois

Os operários, os trabalhadores e agricultores constituem a grande classe marginalizada na atual sociedade brasileira. O divórcio entre as massas e as elites é flagrante porque a elite dirigente há muito que não atende os anseios emergentes, não favorece a participação dos operários, trabalhadores e camponeses nas conquistas da civilização. A alta burguesia encontra-se falida, ela que se apoderou do poder com a Revolução Francesa em 1789.<sup>265</sup>

O MDB seria aquele que lutaria pelos interesses dessas classes mais despossuídas da sociedade, e teria em Irati o seu representante na pessoa de José Maria Orreda, e sua vitória, segundo o próprio, seria uma demonstração “de maturidade cultural dos iratienses, em decisão consciente, livre e soberana.”<sup>266</sup>

O resultado das eleições, mesmo com toda a campanha de *O Debate* e de *A Hora*, foi favorável a ARENA, atingindo com as duas chapas um total de 10.236 votos, contra 1.770 votos das duas chapas do MDB. O candidato vitorioso da ARENA era o médico Lourival Luiz Fornazari e assumiria o cargo no dia 31 de janeiro de 1973. A campanha empreendida pelo jornal de Orreda, demonstra que em momentos de efervescência no campo político, as paixões políticas podem aflorar, onde os atores sociais colocam-se em campos opostos, e, mesmo que num tom mais brando, ofendem-se, repudiam-se. A tão proclamada imparcialidade jornalística cai por terra em momentos de disputa política, onde os candidatos são apoiados ou rejeitados por um determinado jornal.

---

<sup>262</sup> *O Debate*. 22/10/1972.

<sup>263</sup> Idem.

<sup>264</sup> *O Debate*. 11/11/1972.

<sup>265</sup> Idem.

<sup>266</sup> Idem.

Após as derrotas nas urnas em 1972, o MDB não estaria tão presente nas páginas de *O Debate*, principalmente pelo fato do período eleitoral ter terminado, o que diminuiria também o espaço que o partido teria para colocar suas propostas e suas críticas. A derrota expressiva, por certo, também afetaria os ânimos dos emedebistas.

### **3.5. A volta mensal e a crise em *O Debate*:**

O ano de 1973 marcaria um novo tempo em *O Debate* com a volta da periodicidade mensal. Em um longo texto de capa, era feito um histórico do periódico, demonstrando a missão social do jornalismo, sendo esse também o título da matéria. No texto, afirmava-se que a missão do jornal foi sempre lutar pela integração regional e por um planejamento para motivar a economia do município. Apontando para as já mencionadas campanhas levantadas, como a construção de uma rodovia que atendesse a região, bem como uma faculdade e de melhores condições para a educação, outros pontos eram defendidos, como questões de habitação, do esporte, da construção de uma Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE) no município, distribuição de energia elétrica, segurança, o desenvolvimento da região, evitando assim a evasão social, que causaria a perda de possíveis líderes para a cidade, causando assim grande prejuízo para a coletividade. O proprietário afirmava que nunca fizera do jornal veículo para promoção pessoal e que manteve sua linha independente e sem vínculos com grupos ou interesses particulares. Afirmava também que sempre lutou contra as injustiças, como no caso do desvio das rodovias que iriam atender a região, na época ainda não construídos. A justificativa ao retorno a periodicidade mensal não era explicitado na matéria, era apenas “motivada por uma série de fatores”, o que não significava uma capitulação. Levando-se em conta que

O povo deste município e desta região está ouvindo na ausência de perspectivas, uma região encalhada no banco de areia da estagnação econômica, a marcha fúnebre dos escravos. Na ausência de planos de desenvolvimento econômico, existe o caos, que equivale ao inconsciente, condição que os homens lúcidos devem superar na preservação de seus valores espirituais. Na realidade não queremos manter-nos em oposição permanente. Mas uma coisa há que é pior ainda: é manter-se em conformismo permanente. O conformismo total é a indiferença a indiferença é a morte em vida. E contestar, pela origem latina da palavra é dar testemunho. Contestar é dar testemunho de vida. (...) O conformismo mecânico, como a revolta mecânica é inútil. Escravos são aqueles que estão acorrentados e não podem se libertar dos maestros embriagados pelo fascínio do poder sem compasso.<sup>267</sup>

---

<sup>267</sup> *O Debate*. 06/05/1973.

Mesmo circulando uma vez por mês, o jornal manteve o mesmo formato e padrão jornalístico, com textos críticos e de cobrança quanto a situação local. Matérias que faziam referência ao MDB estiveram presentes em diversos números, ganhando o partido, uma coluna em algumas edições ao longo de 1973, intitulada “MDB e os problemas de Irati.” Nessa coluna, o MDB fazia críticas a situação enfrentada pelo município e anunciava os feitos do partido e de seus dois vereadores.

A novidade dessa nova fase do jornal, ficava com a presença de texto longos, muitas vezes de duas páginas, de caráter mais reflexivo, como “Homens e comunidades não vivem sem esperanças”, que refletia sobre a questão do poder político, das transformações sociais necessárias, ocupando assim duas páginas inteiras do jornal. Com o jornal mensal, tornava-se mais difícil publicar notícias “frescas”, pois os acontecimentos locais já haviam sido noticiados pelo outro jornal da cidade a *Folha de Irati*, de propriedade do grupo político que apoiava a administração municipal.

Um ponto levantado pelo jornal nessa nova fase foi a questão geopolítica do município, demonstrando a preocupação com a região de Irati, a qual era “parada, o sul não anda, zona da miséria, ramal da fome, devagar e sempre – são algumas expressões usadas para definir a situação em que se encontra a região de Irati.”<sup>268</sup>

Com uma periodicidade cada vez mais irregular e com a falta de anunciantes, o jornal estava circulando a cada dois ou três meses, tendo a edição de setembro seguida por uma em dezembro, a qual mostrava que o ano de 1973 tinha sido um ano político de poucas realizações. O jornal voltaria apenas em abril de 1974, em uma edição pequena, de formato menor, bem como na edição de maio, a qual continha a manchete “Porque sou marxista.” A matéria, em plena ditadura militar e com um título, por certo, dúbio, fazia um elogio ao paisagista Roberto Burle Marx, o qual havia denunciado a devastação das florestas e áreas verdes do Brasil. O texto afirmava que “se falhares nesta servidão à terra, as tuas herdades frutíferas converter-se-ão em campos pedregosos e estéreis, em barrancos inaproveitáveis e teus descendentes minguarão e viverão na pobreza e desaparecerão da face da Terra.”<sup>269</sup> Por certo, ao apontar para uma questão de caráter ambiental, se tratava no texto de problemas sociais como a pobreza, bem como da necessidade se proteger nosso patrimônio artístico, cultural e a terra.

<sup>268</sup> O Debate. 16/09/1973.

<sup>269</sup> O Debate. 20/05/1974.

Com menos de oito edições entre os anos de 1975 e 1976, o jornal retomava sua campanha política em setembro de 1976 para a prefeitura de Irati, agora com Orreda como vice-prefeito e Luiz Anciutti Pessoa como prefeito, na chapa do MDB. Na coluna “O Time”, novamente críticas a administração municipal e a ARENA. O então prefeito Fornazari era visto como um prefeito que quebrou a prefeitura. Nas charges e no texto, dois candidatos de uma chapa comentavam a necessidade de se renunciar a candidatura, pois o atual prefeito estava devendo uma vela para cada santo e outras tantas para o diabo. Algumas sugestões em tom bem humorado eram apresentadas aos candidatos a vereador do município. Uma delas sugeria “pular de para-quedas para comover o eleitorado. Candidato que pular de para-quedas vai forrar o bocó de tanto voto. Principalmente se o para-quedas não abrir.”<sup>270</sup>

A última edição de *O Debate* antes de sua interrupção trazia um longo texto, ao anunciar que o “MBD quer unir região que ARENA desintegrou.” A região que deveria ser constituída pelos municípios de Imbituva, Teixeira Soares, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Prudentópolis, Inácio Martins e Irati. Porém, a região estaria fragmentada, com Imbituva e Teixeira Soares pertencentes a região de Ponta Grossa; Mallet, Rio Azul, Rebouças e Irai à região de União da Vitória; Prudentópolis e Inácio Martins à região de Guarapuava. Os municípios de Ponta Grossa, União da Vitória e Guarapuava eram vistos como líderes de suas regiões, posto este que poderia caber à Irati, segundo o jornal e os líderes do MDB, mas que devido a má atuação dos políticos locais a região acabou por se desintegrar. Estaria ela “sem motivação econômica, sem promoção econômica, sem perspectivas econômicas, essa grande área espera definições capazes de motivar sua prosperidade sócio-econômica.”<sup>271</sup> Em consequência disso, estaria a região subdesenvolvida, desintegrada, isolada, dispersa e em consequência, fraca.

A missão dos candidatos que no discurso do jornal seriam eleitos pelo MDB, era justamente romper com esse subdesenvolvimento, constituindo assim a micro-região que integraria os referidos municípios, tendo Irati como centro aglutinador da região. A sua dispersão era obra de quem “está fora do tempo e contra o tempo.”<sup>272</sup>

As candidaturas do MDB não tiveram sucesso, sendo derrotadas pela chapa da ARENA, da qual Edgard Andrade Gomes era o candidato, retornando assim à prefeitura

---

<sup>270</sup> *O Debate*. 21/09/1976.

<sup>271</sup> *Idem*.

<sup>272</sup> *O Debate*. 21/09/1976.

municipal.

O jornal interrompia assim sua circulação, não chegando nem a anunciar a derrota do MDB. Por dificuldades financeiras, enfrentadas desde 1973 quando voltou a uma circulação mensal, o jornal era fechado. Além dessas dificuldades, o proprietário possuía outros vínculos empregatícios, o que dificultava uma maior dedicação ao periódico. Uma última edição, porém esportiva, circularia ainda em 1977, marcando o desaparecimento de *O Debate* por quase três anos, retornando em 1980, já em um período de maiores liberdade políticas. Seria a volta do exílio, como afirmava Orreda na edição de 20 de abril de 1980.

Por certo, o jornal em suas 300 edições nessa primeira fase, agrupou vários nomes da intelectualidade local e foi um veículo para reivindicações em favor do desenvolvimento de Irati e região, publicando textos de crítica com relação ao estado autoritário em que se encontrava o Brasil sob um ditadura militar.

## Conclusão

Retornos ao passado são sempre permeados por caminhos tortuosos e muitas vezes obscuros, nos quais nem sempre encontramos aquilo que estávamos procurando, ou nosso objeto de estudo apresenta facetas ainda desconhecidas por nós, que muitas vezes podem mudar todo o rumo de uma pesquisa. Retornos a um período conturbado como a ditadura militar brasileira torna-se ainda mais complicado e pode ainda nos causar certo mal-estar e indignação. Como teria sido possível tanta violência e tanta força bruta, como diria Chico Buarque? Como foram possíveis vinte e um anos de arbítrio por parte daqueles que deveriam apenas proteger a nação e seus cidadão? O que tornou possível que uma ditadura se mantivesse no poder por tantos anos matando e torturando inúmeros civis? Tantos questionamentos fazemos ao estudar um período como esse, os quais são difíceis de obter uma resposta. Por certo, são também essas indagações que nos levam a sua pesquisa, que nos motivam a compreender esses períodos de autoritarismo e violência, entendendo que seu estudo é também uma forma de evitar outros momentos de brutalidade por parte do Estado. Seria o entendimento de seu cerne e não zombando dos seus excessos que podemos atuar para combater todo tipo de autoritarismo, defendendo assim, como afirmou Renato Janine Ribeiro, “a capacidade que têm o pensamento – e a fantasia de criar mundos novos.”<sup>273</sup> Devemos nos engajar na luta pela liberdade de pensamento, mas também pela concretização de uma verdadeira democracia, que efetivamente atenda a todos, a qual não reprima vozes dissonantes.

Buscamos ao longo do trabalho compreender a atuação de um jornal interiorano, que num primeiro momento foi tomado única e exclusivamente como de oposição, mas que ao longo da pesquisa foi apresentando outras perspectivas, nos mostrando que o objetivo inicial, era, se não equivocado, pelo menos superficial. Perderíamos e muito, caso deixássemos de considerar outros pontos de vista do jornal, outras formas de atuação, desconsiderando as tensões e disputas locais e as tomadas de posição do periódico ao longo de sua existência. Tais disputas mostram que por muitas vezes o jornal, bem como a sociedade, absorviam o discurso oficial, apoiando medidas vindas do governo, ou ainda, ampliando nossa reflexão, que era necessário a esse poder ouvir e atender esse pequeno poder local. Se a ditadura militar brasileira foi marcada pelo arbítrio e pela violência foi também marcada pelo jogo político, tão característico em nossa

<sup>273</sup> RIBEIRO, Renato Janine. *O direito de sonhar*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Op. Cit.* 2002. p. 18.

sociedade, onde acordos e acertos estão sempre na ordem do dia. Era necessário a essa ditadura obter apoio desse poder local.

O jornal ao longo de sua existência levantou inúmeras bandeiras, que estavam associadas à questão do desenvolvimento da região. A construção de uma estrada e de uma faculdade na cidade, bem como maiores investimentos na área da educação, além de uma maior atenção por parte do poder público ao meio rural. A região centro-sul, da qual Irati fazia parte, era vista como carente de recursos, sendo muitas vezes esquecida pelo governo, que privilegiava outras regiões. Muitas vezes as reivindicações atingiam um forte tom de crítica, ao denunciar o abandono que passava a região e as promessas de sempre. Por certo, hoje um posicionamento de crítica frente ao poder público pode soar como algo normal, mas em um momento de ditadura, no qual o governo suprimia os espaços de discussão, buscando eliminar uma oposição mais intensa, críticas ao governo adquiriam um aspecto arriscado.

Porém, esse período foi marcado por uma *autocensura* que fazia com que jornalistas suprimissem de seus discursos críticas mais intensas ao governo, levando por outro lado, a apoiarem medidas oficiais para manterem seus jornais funcionando.

Entendemos que nos momentos onde o jornal acabou por apoiar tais medidas não foi simplesmente por medo, mas por realmente acreditar nelas. As promessas emanadas do poder público levaram *O Debate* a aplaudir os governantes e os políticos locais, na esperança de que era chegada a hora e a vez de Irati. Porém, logo as promessas não eram cumpridas e novamente o tom de crítica retornava as páginas do jornal. Buscando defender o desenvolvimento da cidade, o jornal teve seus momentos de aproximação e de afastamento do poder público, seja ele local como o estadual.

Com relação a ditadura militar, em muitos textos pode-se perceber um posicionamento de crítica ao estado arbitrário em que se encontrava o país. Com textos de Pessoa e Orreda, o jornal assumiu um tom de oposição ao regime militar e as medidas arbitrárias aplicadas pelo governo. Matérias que criticavam as prisões de jornalistas e estudantes, a utilização da violência como meio de suprimir vozes dissonantes também estiveram presentes nas páginas do periódico. Matérias muitas vezes polêmicas e extensas que apontavam para a existência de um real estado de exceção e arbítrio. Em outras eram utilizados o humor e a ironia para se fazer a crítica, protegido que estava o proprietário atrás de um pseudônimo. Mas se houve a crítica a esse estado de exceção por parte do



jornal, houve em determinados momentos também o aplauso as medidas da “Revolução”, como o combate a corrupção, a eliminação da cena política de políticos ligados a atividades “suspeitas”.

Por certo, o tom de crítica maior surge com a criação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na cidade, com Orreda concedendo espaço em seu jornal para o partido, sendo que na grande maioria das vezes era ele próprio quem produzia os textos do partido. Ao destinar espaço ao partido, tomando assim uma posição política, *O Debate* passou a criticar a atuação do partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). A candidatura de Orreda a prefeito também ganhou grande espaço nas páginas de seu jornal, utilizando-o como meio para fazer campanha em seu favor, mostrando que o MDB poderia ganhar as eleições e que o partido era o único a ter plano de governo.

Esses posicionamentos vem a corroborar a idéia de que a imprensa não é neutra dentro da sociedade, mesmo que alguns apontem para uma certa profissionalização desse setor a partir da década de cinquenta. Atuando dentro do campo político, a imprensa é permeada por uma ideologia, que acaba por influenciar toda sua produção, onde as paixões políticas tornam-se mais perceptíveis, não possuindo assim uma pretensa neutralidade. O caráter parcial da imprensa nos leva ainda a refletir sobre sua tentativa de manipular seus leitores, almejando dar maior expressão às suas opiniões e valores. Por certo, seria equivocado atribuir todo poder de manipulação à imprensa, descartando assim, a capacidade interpretativa de seus leitores. Mesmo assim, a imprensa consegue uma penetração muito grande na sociedade, e por vezes suas matérias e suas opiniões são tomadas como verdade. *O Debate* buscou assim, influenciar seus leitores, mostrando que sua luta e suas campanhas eram objetivos justos, dos quais toda comunidade deveria também participar.

Este período foi marcado por um grande controle aos meios de comunicação, com a censura a vários jornais, acusados de publicarem matérias de caráter subversivo e contra à moral e aos bons costumes. Esses jornais eram obrigados a enviar o material para análise do censor, ou com a presença deste na própria redação. Outros jornais, não censurados previamente, recebiam informes sobre o que estavam proibidos de noticiar, com os chamados “bilhetinhos” da censura. O governo impedia que críticas fossem veiculadas, colaborando para uma melhor imagem do país. Essa censura contribuiu para um mascaramento da realidade brasileira, marcada pelo arbítrio e violência por parte do

Estado. Era permitido apenas a verdade oficial.

Por fim, entendemos que *O Debate* buscou a sua maneira lutar por melhorias na cidade e na região, fazendo reivindicações em prol do desenvolvimento local, sofrendo muitas vezes, críticas do poder local, além de enfrentar problemas de ordem financeira e também problemas com a justiça. Além das reivindicações o jornal constituiu-se em grande espaço para a intelectualidade local, que ao longo dos anos expressou-se através do jornal, mostrando os anseios de uma geração, de uma sociedade. O jornal caracterizou-se assim, em uma, das tantas vozes dissonantes da ditadura militar, que sofreram com o sufocamento e com o mal-estar dos anos que não devemos jamais esquecer.

## **Bibliografia:**

- ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Tradução Aurea Weisseberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Mortos sem sepultura*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a violência*. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Responsabilidade e Julgamento*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BANDEIRA, L.A. Moniz. *O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional*. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.) *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- BENEVIDES, Maria Vitória Mesquita. *1964: um golpe de classe? (sobre um livro René Dreifuss)*. Lua Nova, n. 58, 2003.
- BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BIROLI, Flavia. *Jornalismo, Democracia e Golpe*. Rev. Sociologia Política, Curitiba, **22**, jun. 2004.
- BIROLI, Flávia. *Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960)*. In: Revista Brasileira de História, vol. 24, nº 47. 2004.
- BRONISLAVSKI, Júlio Marcos. *Era uma vez Irati*. Irati, PR: Edições do Centenário: 2005.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa Omega, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus/FAPESP, 1998.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002.

- CHAUVEAU, Agnês e TÉTART, Philippe. (org.) *Questões para a história do presente*. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999.
- CODATO, Adriano Nervo e OLIVEIRA, Marcus Roberto. *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 24, n° 47.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (org). *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- DE LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- \_\_\_\_\_, MARTINS, Ana Luiza (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *1964: Temporalidade e interpretações*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois 1964-2004*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- DELGADO, Marcio de Paiva. *O “golpismo democrático”: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. Dissertação de Mestrado apresentada à UFJF. 2006.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. *Reinventado o otimismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997
- \_\_\_\_\_. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Além do golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004
- FONTANA, A. *Censura*. Enciclopédia Einaudi. Vol. 5. Porto: Casa da Moeda. s/d.
- FORGET, Danielle. *Conquistas e resistências do poder: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Lucimar de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1994.
- HELLER, Milton Ivan. *A resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- JEANNENEY, Jean-Noël. *A mídia*. In: RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- KUCINSKI, Bernardo. *A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org.) *Op. Cit.* 2002.
- \_\_\_\_\_. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- KUNHAVALIK, José Pedro. *Ney Braga: trajetória política e bases do poder*. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl. *A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar*. Revista Brasileira de História, vol. 17, nº 34.
- \_\_\_\_\_. *Paraná: Política e governo*. Curitiba: SEED. 2001.
- MAIA, Maurício. *Censura, um processo de ação e reação*. In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Op. Cit.* 2002.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia*. 2a. Ed. São Paulo: Ática, 1989.
- MARCONI, Paolo. *A censura Política na Imprensa Brasileira: 1968-1978*. 2. ed. São Paulo: Global, 1980.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- NOVINSKI, Anita. *Os regimes totalitários e a censura*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- OLIVEIRA, Marcus Roberto. *A ideologia anticomunista no Brasil*. Revista de Sociologia Política. Curitiba, 23. 2004.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois 1964-2004*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- RÉMOND, René. *O retorno do político*. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Op. Cit.* 1999.
- \_\_\_\_\_. *Do Político*. In: REMOND, René (org). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de*

- legitimidade 1964-1984*. Londrina: Ed. UEL. 2001.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 50*. Estudos de Jornalismo I. Campo Grande: 2001, v. 1.
- RIDENTI, Marcelo. *Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- ROSANVALLON, Pierre. *Pour une histoire conceptuelle du politique*. Apud. FERREIRA, Marieta de Moraes. *A nova "velha história": o retorno da história política*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992,
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Quem dará o golpe no Brasil*. In: Nanci Valadares de Carvalho, *Trilogia do terror. A implantação: 1964*, Rio de Janeiro, Vértice/Editora Revista dos Tribunais.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Tradução Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- SILVA, Emerson de Castro Firmo. *Uma tribo e suas trilhas num sindicato: concepção sindical de jornalistas no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná*. Dissertação de Mestrado apresentada à UFPR. 2002.
- SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, Réne (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *O golpe de 64*. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'Araújo, Maria Celina (orgs.) *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política: mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- TOLEDO, Caio Navarro. *A democracia populista golpeada*. In: TOLEDO, Caio Navarro (org). *Op. Cit.* 1997.
- \_\_\_\_\_. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia*. In: Revista Brasileira de História, vol. 24, nº 47.
- ZANOTTO, Gizele. *Tradição, Família e Propriedade: Cristianismo, sociedade e salvação*. In: Anais do XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade - Mundos

Religiosos: Identidades e Convergências. São Bernardo do Campo/SP: UMESP / ALER, 2006. v. I.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, Mensos e Colonos*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.